



**Programação das Apresentações e
Resumos das Monografias de Bacharelado**

**Primeiro Semestre de 2012
Curso de Graduação em História**

PROGRAMAÇÃO das apresentações

BANCA 1

Terça-feira, 26 de junho de 2012

Das 08:30 às 11:00 horas – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

Examinadores: Prof^ª. Marcella Lopes Guimarães (titular), Doutoranda Elaine Cristina Senko (titular), Doutorando André Leme (suplente)

CRISTIANISMO CONCILIADO AO PODER IMPERIAL NA OBRA DE ORÍGENES, POR VOLTA DE 250 D.C.

Aluna: Érica Patrícia Rueda

Orientador: Renan Frighetto

Horário: 08:30 às 08:45h

O PERFIL DE SANTIDADE MENDICANTE EM SÃO LUÍS SEGUNDO AS HAGIOGRAFIAS DE SÃO DOMINGOS E DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Aluna: Annelyse Maria Schneider

Orientadora: Fátima Regina Fernandes

Horário: 08:45 às 09:00h

A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES CULTURAIS DA JUVENTUDE CATÓLICA NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DA RCC (1980-2011)

Aluna: Camila Cristina Gazzola Schiffli

Orientadora: Karina Kosicki Bellotti

Horário: 09:00 às 09:15h

O DIREITO NATURAL E OS FUNDAMENTOS DA POLÍTICA POMBALINA

Aluna: Elizabeth Terezinha Scorsin de Oliveira

Orientador: Antonio César de Almeida Santos

Horário: 10:00 às 10:15h

O IMPERADOR ITINERANTE: D.PEDRO II NO EGITO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Aluna: Jacqueline Monteiro dos Santos

Orientadora: Renata Senna Garraffoni

Horário: 10:15 às 10:30h

PROGRAMAÇÃO das apresentações

BANCA 2

Terça-feira, 26 de junho de 2012

Das 14:00 às 15:30 horas – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

Examinadores: Prof^ª. Marcella Lopes Guimarães (titular), Doutoranda Ana Paula Peters (titular), Doutorando André Leme (suplente)

[FESTA OU DEVOÇÃO? HERANÇAS IMATERIAIS DA CONGADA EM DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL](#)

Aluna: Carolina Carteli da Silva

Orientadora: Roseli Terezinha Boschilia

Horário: 14:00 às 14:15h

[A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE CULTURAL JOVEM EVANGÉLICA A PARTIR DA ‘CULTURA GÓSPEL’ NO BRASIL](#)

Aluno: Luis Guilherme de Souza Cavalcante

Orientadora: Karina Kosicki Bellotti

Horário: 14:15 às 14:30h

[AS REPRESENTAÇÕES A RESPEITO DO MOVIMENTO DO CONTESTADO EM ROMANCES HISTÓRICOS](#)

Aluna: Angelita de Paula

Orientadora: Roseli Terezinha Boschilia

Horário: 14:30 às 14:45h

[CONTRACULTURA NORTE-AMERICANA NOS ANOS 1950: NOTAS SOBRE A PROPOSTA BEAT](#)

Aluno: Sérgio Luiz Rebelo

Orientadora: Karina Kosicki Bellotti

Horário: 14:45 às 15:00h

PROGRAMAÇÃO das apresentações

BANCA 3

Terça-feira, 26 de junho de 2012

Das 15:45 às 17:00 horas – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

Examinadores: Prof^ª. Marcella Lopes Guimarães (titular), Doutorando Ulisses Quadros (titular), Doutorando André Leme (suplente)

O DISCURSO JURÍDICO E A ANTROPOLOGIA CRIMINAL NA ANÁLISE DO RELATÓRIO DO CHEFE DE POLÍCIA DO PARANÁ DE 1912

Aluna: Clarissa KogikGottfried

Orientadora: Roseli Terezinha Boschilia; Co-orientador: Luiz Carlos Sereza

Horário: 15:45 às 16:00h

DESASTROSO OU MILAGROSO? O AUTOMÓVEL NA CENA URBANA DE CURITIBA A PARTIR DA PUBLICIDADE E DAS CHARGES DE A BOMBA

Aluna: Naiara Batista Krachenski

Orientadora: Rosane Kaminski

Horário: 16:00 às 16:15h

40 ANOS DE CAMPEONATO BRASILEIRO OU O TORNEIO RIO-S.PAULO (1971-2011)

Aluno: Thiago de Carvalho Miranda

Orientador: Luiz Carlos Ribeiro

Horário: 16:15 às 16:30h

PROGRAMAÇÃO das apresentações

BANCA 4

Quarta-feira, 27 de junho de 2012

Das 14:00 às 15:15 horas – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

Examinadores: Prof. Renan Frighetto (titular), Doutorando Luiz Carlos Sereza (titular), Doutorando Diogo Roiz (suplente)

PROPOSIÇÕES DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA NA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968: ALGUNS ELEMENTOS

Aluna: Bruna Estevão Costa Oliveira

Orientadora: Joseli Maria Nunes Mendonça; Co-orientadora: Nadia G.Gonçalves

Horário: 14:00 às 14:15h

UM CONSENSO HISTORIOGRÁFICO? OS ESTUDOS POPULACIONAIS NO MESTRADO EM HISTÓRIA DA UFPR ENTRE 1972-82

Aluno: Guiosepphe Sandri Marques

Orientador: José Roberto Braga Portella

Horário: 14:15 às 14:30h

DA BASILÉIA À VIDA NÔMADE: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS ENTRE A ‘SEGUNDA INTEMPESTIVA’ E O ‘CREPÚSCULO DOS ÍDOLOS’

Aluno: Murilo Mischiatti Pagotto

Orientador: José Roberto Braga Portella

Horário: 14:30 às 14:45h

PROGRAMAÇÃO das apresentações

BANCA 5

Quarta-feira, 27 de junho de 2012

Das 15:30 às 16:40 horas – Sala 612 do Ed. D. Pedro I

**Examinadores: Prof. Renan Frighetto (titular), Doutorando Diogo Roiz (titular),
Doutorando Luiz Carlos Sereza (suplente)**

[O JORNAL 30 DE AGOSTO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SINDICAL DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ, UM ATO NO CONTEXTO DE REORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOCENTE \(1978-1988\)](#)

Aluno: Wagner Tauscheck

Orientador: Dennison de Oliveira

Horário: 15:30 às 15:45h

[REVOLUÇÃO FEDERALISTA – RECRUTAMENTO E DISCIPLINA MILITAR NA FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO DA REPÚBLICA](#)

Aluno: João Carlos Moreira

Orientador: Dennison de Oliveira

Horário: 15:45 às 16:00h

[MAFALDA E O \(DES\)EQUILÍBRIO ENTRE KREMLIN E PENTÁGONO](#)

Aluna: Denise Miotto Mazocco

Orientador: Dennison de Oliveira

Horário: 16:00 às 16:15h

Banca 1

Resumos

CRISTIANISMO CONCILIADO AO PODER IMPERIAL NA OBRA DE ORÍGENES, POR VOLTA DE 250 D.C.

Palavras chave: Instabilidade política, Filosofia Helenística, Cristianismo.

Erica Patricia Rueda

Prof.º Dr Renan Frighetto

A problemática deste resumo discute a conciliação entre a obediência ao poder imperial e ao cristianismo, tratada por Orígenes no século III. O objeto de estudo do referido resumo é a fonte primária *Contra Celso*, escrita por volta de 250 d.C. pelo autor cristão Orígenes de Alexandria 185 – 252 d.C.. Este é um apologista cristão que se insere no contexto imperial romano que vai de meados do século II a meados do século III. A delimitação do tema da monografia é a polêmica literária entre os autores helenistas romanos pagãos e os helenistas cristãos, onde estes últimos tentam legitimar a religião de Cristo para a aristocracia romana e para os imperadores. Orígenes responde a obra do pagão Celso em todos os seus pontos, sendo possível a reconstrução da obra do mesmo o “*Discurso Verdadeiro*”, que foi perdida. O autor Celso, assim como outros autores pagãos, procura desmoralizar o cristianismo afirmando que os cristãos não são capazes de pensar filosoficamente, que creem numa fé cega e que a maioria de seus seguidores são formadas de gente simples e iletrada. Na verdade, a obra de Celso é um dos sintomas de que o cristianismo atingiu de maneira significativa elementos da aristocracia romana. O acirramento da polêmica literária na época de Orígenes denota o aumento do cristianismo entre o escol romano e o incômodo da expansão dessa religião pelo império. O papel dos escritores apologistas cristãos será o de tentar apresentar o cristianismo em termos filosóficos. Esta tarefa não se mostrara fácil pois o cristianismo não estava construído em termos filosóficos universais. Sua relação se baseava apenas na relação de Deus com um povo, o judeu, ao longo da história. Alguns termos emprestados da filosofia helênica sofreram alterações no discurso cristão e, mais adiante, tiveram de ser corrigidos. O tema desta monografia abrange a difusão da filosofia helênica entre o escol romano e entre os apologistas cristãos.

A introdução deste resumo vai explicar o contexto político e militar do Império Romano de meados do século II a meados do século III. Período este que viveu o apologista Orígenes. Este período político é o mais conturbado da história do Império. Nos anos 230 à 250 d. C., aproximadamente, as invasões bárbaras ocorrem de maneira incisiva e constante fazendo com que a fronteira imperial seja diminuída. Os germânicos invadem a parte ocidental do *limes* e os persas o lado oriental. Além dos inimigos externos os romanos também sofrem com rebeliões internas. Em virtude disto, o império chega a perder importantes territórios como a Hispânia, Gália e a Britania. Os imperadores são aclamados pelas legiões quando estavam em combate. Estes combates eram uma constante neste período, causando um grande custo aos cofres públicos do império. Todas as operações de batalha de períodos anteriores pareciam triviais perante a realidade deste momento. O Senado era apenas informado e não consultado sobre quem deveria assumir o trono. Os imperadores eram mortos nos enfrentamentos com os invasores ou eram eliminados por compatriotas descontentes com suas estratégias militares. As invasões bárbaras foram de certa maneira controladas pelo imperador da dinastia antonina Marco Aurélio. A crise, no entanto, começa a mostrar sinais visíveis logo no início do governo do imperador Cômodo, filho de Marco Aurélio. Aprofunda-se com o assassinato do mesmo em 192 d. C., pelo prefeito do Pretório Leto, sendo que Cômodo já havia sofrido em seu

governo duas conjurações de outros dois prefeitos do pretório Perênio e Cleandro, segundo o testemunho do historiador Herodiano. A Guarda Pretoriana alcançou cada vez mais poder no tempo dos Antoninos e se considerava responsável pela proteção do cargo imperial e pela indicação dos imperadores. O sucessor de Cômodo, o senador eminente Pertinax, permaneceu menos de três meses no poder. Os cofres públicos encontravam-se já escasseados e, para não piorar mais a situação, Pertinax recusou-se a distribuir um donativo para a Guarda. Assim, os pretorianos o assassinaram e leiloaram o trono. Então aparece o senador rico Dídio Juliano que ofereceu dinheiro para a Guarda em troca de ajuda para ascender ao poder imperial. Conseguiu apoio junto ao Senado mas não obteve apoio das tropas estacionadas nas fronteiras. As legiões da Panônia aclamaram Septímio Severo, as tropas da Síria aclamaram Pescênio Nigro e as da Bretanha indicaram Clódio Albino. Severo organizou-se mais rápido e entrou em Roma em 193d.C., declarando-se imperador. Fomentou a morte de Dídio Juliano e destituiu a Guarda Pretoriana de seus cargos. A Guarda estava identificada como a assassina de Pertinax do qual Severo se dizia vingador. Severo substituiu a guarda Pretoriana pelos melhores soldados vindos das legiões provinciais. Até então a Guarda era formada apenas por soldados da Península Itálica. Severo aliou-se a Clódio Albino prometendo-lhe a sucessão do trono. Mas quando ambos derrotaram Nigro na Síria, Severo indica seus dois filhos Caracala e Geta para seus herdeiros e sucessores do império. Albino revolta-se contra Severo mas é derrotado por este na batalha de *Lugdunum*. Os partidários de Albino também foram executados. Preparando-se para seu governo, Severo busca apoio dos senadores, vinculando seu nome a dinastia dos antoninos. No governo de Severo ocorreu um aumento no contingente de soldados nas fronteiras. Severo criou também uma força militar móvel nos Montes Albanos próximos a Roma; aumentou a segurança da cidade de Roma com as cortes urbanas. Septímio Severo buscou apoio dos soldados através de donativos. Criou novas estratégias para a defesa das fronteiras, reforçando fortificações e facilitou o recrutamento regional de soldados. Reorganizou a *annona* militar, responsável pela distribuição de alimentos para os soldados. As relações que manteve com o Senado eram tensas, pois confiou várias legiões e governos de províncias a elementos da classe militar. Fortaleceu também o cargo de Prefeito do pretório que passou a ser ocupado por famosos juristas, durante o período severiano como Papiniano, Ulpiano e Júlio Paulo, em detrimento do cargo de prefeito da cidade de Roma ocupado apenas pelo Senado. Septímio Severo procurou também, aproximar sua família do seu governo, dando títulos diversos a sua esposa, Júlia Domna, e a seus dois filhos, Caracala e Geta. Severo, ao contrário do que afirma a historiografia mais antiga, não buscou apenas apoio ao elemento militar mas também buscou apoio do Senado. Conseguiu colocar ordem ao Império. Morre em 211 d.C. de morte natural em York enquanto lutava contra os invasores na Bretanha.

O poder imperial é assumido de forma colegiada pelos seus dois filhos Caracala e Geta. Ambos assinaram um acordo de paz com os povos invasores da região da Bretanha, o que foi tido como uma demonstração de fraqueza dos novos imperadores. A rivalidade entre os irmãos era acirrada e Caracala mandou assassinar Geta e seus partidários do Senado. No governo de Caracala 212 – 217d. C. houve inflação, ocasionada pelo aumento dos soldos para os soldados das legiões. Em 212 d. C. editou a *Constitutio Antoniana*, uma lei imperial que dava a cidadania romana a todos os homens livres do Império. Esta medida aumentou a arrecadação de impostos e as inscrições dos soldados das legiões. Caracala obteve numa invasão ao oriente algum progresso, pois fez avançar a fronteira da Mesopotâmia e invadiu a Média, ao norte dela. Caracala foi assassinado por seu Prefeito do Pretório Opélio Macrino no ano de 217d. C. Macrino foi eleito imperador pelas legiões do Oriente. Este imperador conseguiu neutralizar as invasões dos partos mas não obteve o apoio da aristocracia romana nem das legiões estacionadas no Ocidente. Além disso, as

princesas severianas Júlia Mesa, irmã de Júlia Domna, e suas filhas Júlia Soêmia e Júlia Mamea conseguiram, através de suborno e da divulgação da notícia da existência de um suposto filho de Caracala, a aclamação de imperador, das legiões da Síria, para Heliogábalo, filho de Soêmia. Heliogábalo foi apresentado às tropas em 218 d.C., como filho de Caracala. Na tentativa de equilibrar as contas do Tesouro, multiplicou as execuções e os confiscos dos bens dos condenados. A aristocracia romana ficou descontente com seus costumes orientalizantes. A crise econômica continua e as despesas com o serviço de corte aumentaram. As invasões acirram-se principalmente do lado oriental, e Heliogábalo acaba sendo eliminado pelos pretorianos em 222 d.C.. Estes últimos entregam o poder para o filho de Júlia Mamea, Severo Alexandre. Este último buscou apoio do exército e do senado de forma conjunta, o que lhe deu boa fama na historiografia aristocrática. Tinha apenas quinze anos quando assumiu o poder e foi muito influenciado pelas mulheres de sua família. Júlia Mamea teve participação importante no governo. Antes da guerra contra os Persas Sassânidas surgiram rebeliões militares no Egito e na Síria cuja intenção era provocar uma mudança de imperador. Rebeliões dos soldados que queriam voltar para suas terras de origem, agitações internas, como a da Mauritânia em 227 d.C. e combates sucessivos contra os persas em 231- 232 d.C., e com os alamanos 234-235 d. C. enfraqueceram os cofres públicos, o exército e o imperador. Acusados de tentar fazer acordo com os inimigos, Mamea e o imperador Severo Alexandre foram assassinados por Maximino em 235 d.C. Este foi o primeiro camponês a ser imperador romano. Com Maximino se inicia o período chamado de “Anarquia Militar”, ou de “ Crise do Terceiro Século” ou período dos Imperadores Soldados, que se estendeu de 235 – 284 d.C. até o advento de Diocleciano com uma nova proposta de governo, a denominada Tetrarquia. Este período é caracterizado pelas aclamações de imperadores nos campos de batalha, seja para suceder imperadores mortos, seja pela escolha das legiões de um general que considerassem obter melhor estratégia de combate. Nenhum governante conseguiu determinar uma forma de sucessão imperial. Os senado não conseguiu se impor na escolha dos imperadores. Ele era apenas informado. Apenas no ano 238 d.C. foram eleitos sete imperadores, o último deles foi Gordiano III. Outro grupo subiu ao poder mas nenhum obteve êxito. Filipe, o árabe, 244 – 249 d.C.. foi aclamado pelas legiões e igualmente morto por elas . Depois dele veio Décio 250 – 251 d.C. Morreu em combate com os Godos, sendo sucedido por Treboniano Galo e Volusiano que também tomaram em combate. Estes dois últimos enfrentaram batalhas contra Godos, Francos, e Alamanos. Emiliano 253 d.C. ficou apenas poucos meses no poder e morreu em combate. Seu sucessor Valeriano 253d.C. - 260d.C. sofreu várias tentativas de usurpação de seu governo. Foi capturado pelos persas que o fizeram escravo. O império só começa a grande recuperação só a partir de Galieno, filho de Valeriano.

Nestas décadas de guerras a situação jurídica dos cristãos permanece desfavorável. O nome “cristãos” constitui por si mesmo um crime. Essa jurisprudência tem seu início com os Antoninos. Os apologistas vão procurar não somente melhorar seu estatuto legal mas também mostrar o cristianismo como a plenitude do ideal helênico. As primeiras apologias de que se tem notícia são do século II. O maior expoente das apologias desse século é Justino. Para ele a revelação cristã é a consumação de toda a filosofia. Orígenes de Alexandria é apologista do século III mas também insere-se nesse contexto dos duelos literários entre pagãos e cristãos. Ele foi o maior apologista do cristianismo do período estudado – meados do século II a meados do século III – e sua influência sobre outros pensadores cristãos foi a mais duradoura. A sua obra é extensa e importante. É composta em sua maioria de obras exegéticas. Ele é o expoente do neo-platonismo no cristianismo. Assim como o é Plotino para o paganismo. O *Contra Celso* é considerada a obra mais importante da apologética antiga. Os textos de Orígenes mostram a grandeza deste autor.

Foi o fundador da crítica bíblica com as Hexaplas. Foi o primeiro a aplicar o método alegórico nas leituras críticas da Bíblia. Suas obras de teologia e exegese são importantes, embora tenham maior contestação. Construiu um sistema cujo ponto central é a tradição eclesial, a fé comum que, em Orígenes, se prolonga numa gnose que é a especulação sobre os mistérios do tempo e do espaço sagrado, das nações celestes e dos mundos sucessivos. Para Orígenes, Deus criou uma comunidade de espíritos racionais, sem corpo e iguais. Os espíritos da primeira criação pecaram e, conforme a gravidade do pecado, se transformavam em anjos, homens e demônios. Depois da queda, Deus criou o universo para servir de morada aos espíritos caídos. Em Orígenes, o mundo foi criado por Deus e não por um poder maligno em si. Ideia que se afasta do gnosticismo. Dessa maneira, a ideia platônica de reencarnação dos espíritos, que percorrem distintos graus de escala, foi assimilada por Orígenes. Esta reencarnação poderia também ocorrer em ciclos cósmicos sucessivos até chegar a *apocatástasis*, a restauração de todas as coisas, quando os espíritos voltam a sua pureza e igualdade originais. Esta doutrina chocou a Igreja que o considerou herético.

A problemática apresentada neste resumo tem como objetivo mostrar a conciliação entre poder imperial e cristianismo que Orígenes procura demonstrar, refutando as afirmações do pagão Celso. O espaço temporal entre o *Contra Celso* de Orígenes e o Discurso Verdadeiro é de, aproximadamente, cem anos. No entanto, a discussão de Celso cabe muito bem ao contexto de Orígenes, pois nele está colocado que os cristãos recusam-se a participar da defesa do imperador e de Roma. A época de Orígenes é assolada pelas invasões bárbaras e uma resposta, com relação ao apoio imperial, precisa ser dada pelos cristãos.

Os objetivos principais desta problemática são: a legitimação do poder imperial dada pela lei da Providência, que se apresenta na figura do Deus dos cristãos; o reconhecimento que Orígenes faz da honra ao imperador no servilismo militar e a existência das duas cidades, a divina e a terrestre – a primeira superior, porém ambas de comum acordo.

Com relação ao primeiro aspecto, é necessário uma exposição de um trecho da fonte:

“ Celso declara em seguida : *Não se deve negar crédito ao antigo autor que outrora proclamou: “ Que apenas um seja rei, aquele a quem o filho de Crono, o astuto, tiver dado esse privilégio”!* Se recusas esta doutrina, é provável que o imperador te castigue. De fato, ainda que todos os homens façam como tu, nada impedirá que o imperador fique só e abandonado, que todos os bens da terra caiam sob o poder dos bárbaros muito iníquos e selvagens, e que não se ouça falar na terra nem da religião nem da verdadeira sabedoria. Sim, sem dúvida, que haja um só chefe e um só rei! Mas não aquele a quem o filho de Crono tiver concedido este privilégio, mas o homem a quem o tiver concedido aquele que estabelece os reis e os depõe, e que suscita na hora certa na terra o chefe útil. Não é o filho de Crono, o qual precipitou seu pai no Tártaro, como reza o mito grego, depois de o ter expulso do trono (...) mas é Deus que, governando todo o universo, sabe o que faz quanto à instituição dos reis.

Portanto, rejeitamos a doutrina de uma realeza outorgada pelo filho de Crono, o astuto, persuadidos de que Deus ou o Pai de Deus nada quer de astuto nem de tortuoso. Mas não recusamos a doutrina da Providência e das coisas produzidas por ela, nem principalmente, nem por via de consequência. Além disso, não é provável que um imperador nos venha a punir por nossa afirmação de que não é o filho de Crono, o astuto, que lhe outorgou o governo, mas aquele que estabelece os reis e os depõe. Certo, portanto, que todos os homens façam como eu, recusem a doutrina de Homero, mas conservem a

doutrina sobre o imperador e cumpram o mandamento:”Tributai honra ao rei!¹

Orígenes reconhece que o imperador possui uma legitimação de caráter divino. Concorda com a doutrina pagã da Providência, que destina o imperador que deve subir ao trono. Ele apenas exclui o mito grego. No lugar do filho de Crono – Zeus – é o Deus dos cristãos quem define o governante. Consequentemente, afirma para Celso que os cristãos devem tributar honra ao rei, deixando implícita o pensamento vigente no cristianismo – pelo menos no ortodoxo – de que toda a autoridade é constituída por Deus. Orígenes representa o cristão do século III, que mantém seus costumes e seu estilo de vida. Os cristãos do século III, em sua maioria, não querem se indispor com Roma. A “Igreja” não estimula que se traga para o seio da comunidade a ira das autoridades romanas. As atitudes insurgentes provém mais dos membros cristãos heterodoxos, como por exemplo, os montanistas, que viam nos mártires a autenticidade de sua fé. Um outro apologista do mesmo período, o norte-africano Tertuliano, já advoga uma atitude mais intransigente com relação ao Império. Ele também se converteu ao montanismo.

Ao que concerne o segundo objetivo, também se faz necessária a exposição de outro trecho que remete ao servilismo militar.

“Logo a seguir, Celso nos exorta a socorrer o imperador com todas as forças, colaborar com suas justas obras, combater por ele, servir com seus soldados se o exigir, e com seus estrategos. A isso devemos responder: quando se apresenta a ocasião, damos aos imperadores um socorro divino, por assim dizer, revestindo-nos da “armadura de Deus (Ef 6, 11) (...) E quanto mais piedade se tem, com tanto maior eficácia se socorre aqueles que reinam, bem melhor do que os soldados que saem a combate e matam tantos inimigos quantos podem.”²

Parece que Orígenes não vê problemas no serviço militar em si mesmo. Mas não admite que os cristãos “sujem suas mãos” com sangue das batalhas. As armas dos cristãos são a oração e a piedade. São elas que vão proteger o imperador e a pátria.

O terceiro e último objetivo são as duas pátrias e as duas leis. Para Orígenes os “(...) cristãos são até mais úteis às pátrias do que o resto dos homens: eles educam seus concidadãos, ensinam-lhes a piedade com Deus, guardião da cidade; fazem subir para uma cidade celeste e divina os que levaram vida honesta nas menores cidades.”³ No pensamento de Orígenes existem duas cidades: a celestial e a dos homens. Este conceito de cidade é o mesmo do pensamento romano, a pátria. Também existem duas leis: a lei de Deus e a lei da natureza ou dos homens. A lei dos homens é boa desde que esteja em consonância com a lei de Deus que é superior.

A conclusão deste resumo se dá na conciliação ou mesmo união de elementos cristãos com a filosofia helenística. Orígenes contribuiu para o desenvolvimento ulterior da teologia cristão calcada no helenismo. O apologista neoplatônico sugere aos pagãos um sentido de ordem para o Império em crise. Para Orígenes, o cristianismo poderia contribuir para o auxílio desta ordem com a atitude de seus cidadãos.

1 **ORÍGENES. Contra Celso.** Tradução Orlando dos Reis; Introdução e notas Roque Frangiotti. São Paulo: Paulus, 2004. p. 675 - 676

2 Op cit.; p. 681.

3 Op.cit.; p.682.

O PERFIL DE SANTIDADE MENDICANTE EM SÃO LUÍS SEGUNDO AS HAGIOGRAFIAS DE SÃO DOMINGOS E DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Autora: Annelise Maria Schneider

Orientadora: Prof^a. Dra. Fátima Regina Fernandes

Palavras-chave: espiritualidade mendicante, hagiografia, santidade medieval.

O século XIII é caracterizado pela ascensão de novas mentalidades decorrente de uma expansão das cidades, que, por sua vez, foi propiciada pelo desenvolvimento agrícola. As cidades, na visão dos clérigos medievais, se configuram, segundo Jacques Le Goff¹, numa mescla entre cidade real e cidade sonhada. Era uma cidade feita, para esses homens da Igreja, antes de homens e de cidadãos, do que de pedras. É na cidade, em torno da catedral – feita cerne urbano – que se desenvolve uma nova forma de se pensar o sagrado. É aqui que se desenvolve o pensamento mendicante.

É também nesse desenvolvimento citadino que se manifesta maior preocupação com a salvação. Nesse século XIII ainda se acredita que o enriquecimento se configura em grave pecado, assim, objetivando a salvação de suas almas, os homens de negócios e, principalmente, reis fazem grandes doações às Igrejas. Essas grandes doações resultam em competição por parte das cidades pelas mais ricas e portentosas Igrejas.

Ainda que não seja um processo isolado, o reino de França se destaca frente a esse florescimento urbano, pelo desenvolvimento de uma arte régia: a arte gótica. Este estilo congrega em si a espiritualidade emergente nos centros urbanos. É este o cenário do presente estudo que tem por objetivo analisar o tema da santidade medieval nas hagiografias de São Domingos e São Francisco de Assis, compiladas na obra *Legenda Áurea* de autoria do dominicano Jacopo de Varazze, bem como visualizar o modelo de santidade de São Luís.

Assim, a divisão estrutural do trabalho foi feita em três capítulos sendo que ao primeiro relegou-se o contexto em que se desenvolve a espiritualidade mendicante, contemplando a ascensão do ambiente urbano nos séculos XII a XIII, bem como o desenvolvimento da arte gótica, a qual desvela uma nova forma de espiritualidade, em que congrega a riqueza da Igreja com o ideal apostólico e de pobreza das ordens mendicantes. Ao que passo, então, a descrever sobre a participação das ordens franciscana e dominicana.

No segundo capítulo, detenho-me na descrição do reinado de São Luís. Início por sua infância, a educação dos pais e influência, não só dos pais, mas do avô também, bem como sua herança. Essas são características que darão o tom de sua forma de governo, tanto a educação estritamente religiosa da mãe, bem como o exemplo de governo do avô Filipe Augusto, que chega a citar nos ensinamentos a seu filho. Assim, adentro à estrutura de monarquia santificada que Jacques Le Goff explora na obra *São Luís, Biografia*² e que utilizo na análise da santidade do santo rei.

O terceiro capítulo é reservado à análise da fonte e à análise do discurso hagiográfico em que me atenho aos relatos sobre São Francisco de Assis e São Domingos. Como fundadores das duas principais ordens mendicantes – respectivamente a ordem dos frades menores e a ordem dos irmãos pregadores – são eles que compõem o catolicismo apostólico na Baixa Idade Média, bem como são, juntamente com São Luís, expoentes da perseguição do exemplo da pobreza de Cristo.

¹ LE GOFF, Jacques. “Cidade” In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. 1. Bauru: EDUSC, 2006. P. 219.

² LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Biografia. CASTRO, Marcos de (trad.). São Paulo: Editora Record. 2002.

Assim, a análise gira em torno da espiritualidade gótica, sobre a qual me detenho aos estudos de Georges Duby em *O Tempo das Catedrais*³ e de André Vauchez em *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental*⁴. Enquanto Duby faz um estudo sobre a teologia que envolve o nascimento do estilo gótico e das mutações que se estabelecem no que concerne à espiritualidade medieval, Vauchez traz uma análise das mutações espirituais na Idade Média pautado mais nos movimentos sociais do que na teologia envolvida no processo.

Neste contexto, as ordens mendicantes nascem da necessidade de uma forma de religiosidade que viesse a combater os pecados entre os pecadores. Diferentemente dos monges que se enclausuram em seus claustros e se isolam do século, os monges mendicantes veem a proferir a palavra de Deus entre os homens, em língua vernácula, se fazem acessível a seu público. Fixam-se nas cidades, onde há a carência do exemplo de Cristo, já que as igrejas e as antigas ordens monásticas enriquecem a largos passos. É preciso que se leve a conhecer o exemplo da pobreza de Cristo. Não rejeitam a Igreja, mas sim a riqueza com que se adorna.

No que concerne a São Luís, amparo-me no estudo de Le Goff. Concatenado ao seu tempo e às suas mudanças, o santo rei promove a expansão do estilo gótico, bem como é grande adepto das ordens mendicantes. Trabalha ainda para enfatizar a religiosidade cristã e não poupa esforços à glorificação divina. São Luís congrega sua função real com sua devoção a fim de obter a paz em seu reino e, assim, conquistar a salvação sua e de seus súditos.

Governa visando o bem comum, pois é uma amante da paz. Ama os pobres e incita a firmeza da fé e o resguardo à tentação do diabo. Apresenta um governo monárquico direto, pessoal. O santo rei gosta do contato humano, no que é comparado a Cristo em relação a seus apóstolos, além de sua grande sensibilidade com a mentira. É, segundo Le Goff, um amante dos sermões e tem grande simpatia pelas ordens mendicantes de onde tira sua inspiração religiosa. Utiliza-se de sua espiritualidade, de sua religiosidade concatenada a sua obsessão pela justiça para obter a paz em seus territórios. São Luís respeita a doutrina cristã e se modela a partir daquilo que acredita ser a vontade de Deus. Faz com que política e moral se coincidam em sua conduta e a cobra de seus súditos. Transforma, segundo Le Goff, “suas fraquezas individuais em poder pessoal”⁵.

O santo rei, afirma Le Goff, ainda que respeite inteiramente a Igreja, limita seu poder quando este adentra nos assuntos do reino de França, este é o seu domínio e não aceita interferência exterior. Entretanto, apoia largamente a atuação das ordens mendicantes que, diferentemente dos monges, vivem entre os homens nas cidades, misturam-se ao século e são os grandes difusores das práticas religiosas: *a confissão, a crença no purgatório, a pregação*⁶.

Um dos instrumentos de apoio a essa pregação é a hagiografia. Segundo Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva⁷, o termo Hagiografia é utilizado desde o século XVII para designar textos que tratam de santos com objetivos religiosos, bem como o estudo sistemático e crítico, que se inicia neste mesmo século. O material hagiográfico possui como temática central a biografia, assim a natureza desses documentos é diversa.

³ DUBY, Georges. *O tempo das catedrais*. A arte e a sociedade 980 – 1420. SARAGAMO, José (trad.). Lisboa: Editorial Estampa. 1993.

⁴ VAUCHEZ, André. *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental*. Séc. VIII – XIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

⁵ *Idem*. p. 450.

⁶ LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Biografia... *Op. Cit.* p.661.

⁷ SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. *Hagiografia*. In: <http://www.ifcs.ufrj.br/~frazao/hagiografia.htm> (acessado em 02/11/2010).

Frazão ainda afirma que esses textos têm por objetivo guiar a liturgia (missas e ofícios monásticos), atrair adorações e doações, doutrinar e edificar. Sendo assim, esses escritos são de grande importância para a dispersão de modelos e padrões morais. Porém, salienta que não são textos teológicos ou canônicos, mas festivos, que visam comemorar a vitória do santo contra o mal.

Percebe-se que as hagiografias, no século XIII, têm grande atuação no cenário de construção da santidade, haja vista, como atesta Carolina Fortes⁸, ser possível identificar traços característicos da época do texto estudado. Segundo a autora, a contextualização da fonte escrita é considerada como um discurso. Assim, estando o ideológico presente nestes textos, representado por traços da geração, pode-se analisar o processo social de produção da fonte.

Vauchez afirma que as hagiografias, no século XIII, dotavam o santo de um caráter heróico e que sua vida tinha o propósito de atestar sua santidade através da evidenciação de suas virtudes. Assim, mártires e confessores, segundo Sofia Gajano⁹, são os primeiros cultuados como santos, são mortos excepcionais, mas se tornam, rapidamente, intercessores pela proximidade evidente que têm com Deus. São esses mártires, vitimados pela perseguição aos cristãos, os primeiros alvos das Hagiografias.

A obra *Legenda Áurea*, que é objeto de estudo deste trabalho, tem, segundo Hilário Franco Júnior¹⁰, grande valor moral e pedagógico. Sendo assim podemos aventar a importância dessa obra para a pregação. O autor salienta que a palavra *Legenda* tem o significado de “aquilo que deve ser lido” ou ainda de “vida dos santos” e *Áurea* de ouro, assim sendo, conclui-se que são escritos de grande valor. Segundo Franco Júnior, a intenção de Jacopo de Varazze ao realizar a obra é o de fornecer material de apoio a seus irmãos pregadores na elaboração de seus sermões. Não se limita a compilar as hagiografias já existentes, mas também as comenta. As escreve em forma de *Exemplum* - (“relato breve dado como verídico e destinado a ser inserido num discurso”¹¹). O autor salienta que a *exempla* enriquece as hagiografias e possibilita a criação de uma identidade de sociedade na medida em que se configura em uma cultura intermediária considerada como espaço comum à elite e ao vulgo, onde eram trabalhadas de formas diferenciadas pelos dois lados.

Segundo Franco Júnior, Varazze tem intenção de mostrar a vida dos santos de forma universalizada, sob um mesmo enquadramento geográfico, ainda que se percorra várias regiões, e marcada por atemporalidade. Além disso, salienta a imagem tradicional de santidade, com seus poderes taumatúrgicos e seus corpos imaculados pela morte, mostrada por Varazze. O historiador atenta, também, para o fato de o santo ser visto como um interlocutor entre o fiel e o divino, sendo que ambos são passíveis de punição em ocorrência de desobediência de suas obrigações: o fiel não cumprindo com as orações e jejuns e o santo homem quando não conquistadas a saúde e salvação eterna do fiel.

Jacopo de Varazze, autor da *Legenda Áurea*, nasce em 1226 e entra para a ordem dominicana com 18 anos e chega, em 1267, à liderança da ordem, na província da Lombardia, onde ficará por 20 anos. Sua notoriedade era tanta que, quando Gênova foi excomungada, foi ele escolhido pela população para, junto do franciscano Rufino de Alessandria, interceder pela cidade em Roma. Foi sagrado arcebispo de Gênova, em 1292,

⁸ FORTES, Carolina Coelho. Pressupostos Teóricos para o Estudo da Hagiografia. In: *Atas da IV Semana de Estudos Medievais*. <http://www.pem.ifcs.ufrj.br/AtasIVSem.pdf>. pp. 173-179. (acessado em 02/11/2010).

⁹ GAJANO, Sofia Boesch. Santidade. In: LE GOFF, Jacques e SHMITT, Jean-Claude. *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. II. Edusc: SP. 2006. Pp. 449-462.

¹⁰ VARAZZE, Jacopo. *Legenda Áurea*. Vidas de Santos. FRANCO JUNIOR, Hilário (trad.). Companhia das Letras: São Paulo, 2003.

¹¹ *Idem*. p. 13.

pelo papa Nicolau IV. Morreu em 1298 admirado por seus concidadãos e tornado, em 1645, patrono da Varazze e foi beatificado em 1816 pelo papa Pio VII.

A obra de Jacopo, *Legenda Áurea*, conheceu, mesmo em sua época grande sucesso, tendo sido traduzida diversas vezes e com várias edições. A versão escolhida pelo historiador Hilário Franco Junior para a tradução da edição brasileira “*abarca a integralidade do texto comprovadamente de Jacopo de Varazze*”¹². Por respeito ao frade dominicano, Franco Junior não seleciona os apêndices de outros autores, bem como não faz interferências diretas no texto nos muitos erros de citações bíblicas que eram, muitas vezes, feitas de cabeça. Assim, o historiador opta por utilizar a versão de 1845 publicada por Theodor Graesse.

Nas duas hagiografias escolhidas – São Francisco de Assis e São Domingos – percebemos a presença das características de uma espiritualidade gótica representada não só pela escolha da obra, como um todo, mas do recorte dela, pela escolha dos dois santos, contemporâneos entre si e à produção do livro. Assim, percebe-se a presença da peregrinação, da pregação, da presença dos pregadores no século, o combate às heresias pela palavra.

São Domingos, que funda a ordem dominicana propõe que o combate aos infiéis, aos hereges e aos pecados seja feita pela pregação que, por sua vez, se faz mediante a peregrinação sem adornos, sem riquezas, sem mulheres, seguindo o exemplo apostólico de Cristo, pois as ordens cistercienses, que pretendiam estabelecer a ordem cristã, se encontravam desanimadas. Suas pregações eram verdadeiros embates de eloquência, em que se utilizavam da teologia para trazer à fé cristã àqueles que dela se distanciavam.

A pregação na *Legenda Áurea*, e em particular em São Domingos, aparece, segundo a historiadora Néri de Almeida Souza¹³, como meio de obtenção do martírio. Assim, na descrição da atuação de São Domingos, Jacopo mostra que o santo homem tinha predileção em pregar àquelas pessoas que lhe injuriavam, em especial quando se tratavam de hereges. Percebemos, ainda, que São Domingos dá grande importância ao estudo. A penitência, como aparece na *Legenda Áurea*, no que concerne ao santo pregador, é feita por ele mesmo: recebia de si mesmo três chicotadas, sendo uma para si, outra pelos pecadores que rondavam pelo mundo e a terceira por aqueles que padecem no purgatório.

No que concerne a São Francisco de Assis, sabemos que em sua juventude vivia na luxúria do mundo secular. Nos primeiros anos do século XIII, porém, se converte ao Culto de Cristo. Mais que isso, Dele toma seu exemplo e se alija de todo adorno e dinheiro que possuía. Passa, então, a ser “*jogral de Deus*”¹⁴. Seu maior objetivo é viver entre os pobres, trabalhar em prol deles e, não recebendo por isso, faz-se necessário que pedissem seu pão. Mesmo em São Francisco, vemos o objetivo da morte, usa o cilício como penitência e acolhe a morte com alegria: “*Seja bem vinda, minha irmã morte*”¹⁵. A simplicidade de São Francisco é demonstrada na *Legenda Áurea* pela sua fala com os animais, bem como pelo fato de determinar sua ordem como ordem dos frades menores, para que não tivessem intenção de se sobreporem a ninguém. Assim como São Domingos, Francisco dava predileção aos insultos, sempre que era elogiado de alguma forma em decorrência de suas virtudes e de sua santidade, pedia que alguém lhe injuriasse.

Em consonância a esses ideais encontramos o governo de Luís IX. Jacques Le Goff afirma que o rei governa pela busca da humildade, da justiça, da renúncia, de acordo com o ideal pregado pelos frades mendicantes. O autor divide o reinado de São Luís em duas

¹² *Idem*. p. 23.

¹³ SOUZA, Néri de Almeida. Hipóteses sobre a natureza da santidade: o santo, o herói e a morte. In: *Signum*. Revista da ABREM. Número 4, 2002. Pp. 11 – 47.

¹⁴ DUBY, Georges. *O Tempo das Catedrais...* Op. Cit. p. 145.

¹⁵ VARAZZE, Jacopo. *Legenda Áurea...* Op. Cit. p. 846.

partes: antes de se fazer cruzado pela primeira vez e depois da cruzada, em que é feito cativo. Anteriormente é caracterizado como um reinado de simples piedade e de um governo normalmente cristão. Posteriormente à cruzada, empenha-se em um período de penitência e de ordem moral.

Sendo Luís IX um grande fanático por sermões, é lógico que ele se aproxime das ordens mendicantes, que tem por base a pregação de modelo apostólico. Ainda que a Igreja não reconheça São Luís como mártir, Joinville¹⁶ defende que, assim como Cristo, teve morte pela cruz, pois era cruzado quando morreu em Túnis, em 1270. Luís era ainda amante da paz e dos pobres. Le Goff assim o caracteriza: “*é bem um rei franciscano de feição sorridente que transmite uma mensagem não de tristeza, mas de alegria*”¹⁷.

Jacques Le Goff traz o debate sobre a construção da personagem de São Luís, no sentido do quanto podemos, ou poderemos, saber sobre o santo rei e o quanto é uma imagem montada pelos hagiógrafos e biógrafos que se empenharam na narrativa dos costumes e feitos desse rei, em virtude do desejo de torná-lo santo, ou ainda, de tornar um monarca francês santo. Além disso, Le Goff cita a documentação feita por Joinville como passível de se identificar defeitos humanos no santo. Assim, podemos aventar que a imagem de Luís IX como santo é uma construção com base numa espiritualidade mendicante em que tem seu modelo em São Domingos e, principalmente, em São Francisco de Assis.

¹⁶ LE GOFF, Jacques. *São Luís. Biografia... Op. Cit.* p. 421.

¹⁷ *Idem.* p. 467.

A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES CULTURAIS DA JUVENTUDE CATÓLICA NO BRASIL SOB A PERSPECTIVA DA RCC (1980-2011)

Aluna: Camila Cristina Gazzola Schiffli.

Orientadora: Karina Kosicki Bellotti.

Palavras-chave: Identidade Cultural, Juventude, Renovação Carismática Católica.

O presente trabalho busca discutir, sob a ótica da História Cultural, os processos de construção das identidades culturais dos jovens católicos, mais especificamente dentro da Renovação Carismática Católica (RCC) no Brasil, ao longo das duas últimas décadas do século XX e da primeira década do século XXI. Para tal, analisa-se um *corpus* documental composto por: a “Carta aos Jovens”, redigida em 1985 pelo então papa João Paulo II; a coletânea de textos datados entre 2005 e 2010 do pontífice Bento XVI intitulada “Bento XVI fala aos jovens: A proposta da vocação cristã no mundo contemporâneo”; a apostila de formação do “Ministério Jovem” da RCC, elaborada por Aldo Quiroga e Fabiana Flores; o material organizacional e de divulgação do “Ministério Universidades Renovadas (MUR)” no formato perguntas/respostas elaborado por Ierecê Correia junto à Equipe Nacional de Serviço do MUR em 2008; e um grupo de entrevistas realizadas no segundo semestre de 2011 com jovens carismáticos do Grupo de Jovens “Leão de Judá” da Arquidiocese de Curitiba¹.

A monografia divide-se em três capítulos. O primeiro deles sustenta-se em três eixos: o levantamento das discussões sobre os conceitos de cultura e identidade cultural; a discussão sobre as mudanças no cenário religioso brasileiro nas duas últimas décadas do século XX e da primeira década do século XXI e que lugar ocupam, neste cenário, respectivamente, o catolicismo e a Renovação Carismática Católica; e, por fim, o debate acerca do conceito juventude, seus anseios identitários e possibilidades dentro do quadro religioso atual. O segundo capítulo dedica-se, em primeiro lugar, a analisar o discurso dos dois últimos pontífices em atividade, refletindo como a Igreja Católica, em seu discurso oficial, idealiza, transmite expectativas e se adapta ao nicho jovem, e, em segundo lugar, dedica-se a analisar os documentos de produção carismática no Brasil debatendo, principalmente, que estratégias este grupo adota na formação dos jovens. Por último, no terceiro capítulo, analisam-se as respostas obtidas em entrevistas, discurso em que os próprios alvos da pesquisa definem quem são.

No mundo globalizado, do qual fazem parte as três décadas aqui analisadas, os meios de produção, circulação e troca cultural têm se expandido, através das tecnologias e da revolução da informação. A nova mídia eletrônica possibilitou a compressão do tempo e do espaço, anulando a distância entre pessoas e lugares, causando uma revolução cultural a nível global que teve impacto sobre os modos de viver dos indivíduos, sobre os sentidos que dão à vida e sobre suas aspirações para o futuro².

Nas sociedades globalizadas, a identidade cultural, tida como a forma com que as pessoas entendem, concebem e rotulam quem culturalmente são³, tornou-se uma “festa móvel”⁴ e está sujeita a ser formulada como um conjunto de elementos e informações

¹ A escolha do grupo Leão de Judá se deu de forma aleatória, a partir de uma lista de contatos (fornecida pela coordenação geral da RCC em Curitiba), por melhor disponibilidade de horário e localização central (Bairro Água Verde).

² HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, jul./dez.. Página 1.

³ A definição é de Gordon Mathews. MATHEWS, Gordon. *Cultura Global e identidade individual à procura de um lar no supermercado cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2002. Página 23.

⁴ HALL, Stuart. *A Questão da Identidade Cultural*. Tradução de A. B. M. Jacinto e S. M. Frangella. Textos didáticos-IGCH/UNICAMP. Nº 18 – Junho de 2003. 3ª edição. Página 11.

disponíveis para serem escolhidos e apropriados pelos indivíduos, estejam eles onde estejam, constituindo uma espécie de supermercado global.

Para o sociólogo Gordon Mathews, nesta realidade fervilhante de opções oferecidas por este supermercado, a formação cultural do “eu”, ao mesmo tempo em que não é mais confinada a um determinado lugar, também não é radicalmente livre. Embora exista o sentimento de que os indivíduos escolhem livremente as ideias pelas quais querem viver - como a preferência por música clássica, *rock* ou *reggae*, pela posição política conservadora ou liberal, ou da adesão ao cristianismo, budismo ou ateísmo, dentre alguns dos milhares de exemplos possíveis - é relevante ter mente que existe uma série de fatores que condicionam e limitam as opções disponíveis. O mundo social em que o indivíduo está inserido funciona como um censor, peneirando as proposições culturais que lhe parecem plausíveis, aceitáveis e passíveis de apropriação. Da mesma maneira, assim como no mercado material, no mercado cultural alguns artigos são mais essenciais à vida do que outros, e alguns artigos recebem maior propaganda e visibilidade em detrimento dos demais. Além disso, as identidades pessoais e coletivas caminham interligadas e o indivíduo está sob a constante cobrança de provar sua identidade frente ao grupo⁵.

As expressões religiosas não ficam à parte da realidade de supermercado cultural. “Com a intensificação da globalização, o campo religioso das diferentes sociedades nacionais tende a se pluralizar e os monopólios religiosos são ameaçados”.⁶ Este pluralismo, consequência do respeito à liberdade de escolha e à autonomia do sujeito e da troca intensa entre culturas, gera uma forte competição entre os bens simbólicos oferecidos pelas igrejas, levando-as a adaptar suas mensagens ao público, que passa a ser visto como fiel-consumidor.

Ao longo do século XX, em pesquisas do IBGE e DataFolha, pôde-se perceber no Brasil uma queda no percentual “católico” da população. Ao mesmo tempo, notou-se um contínuo e acelerado crescimento de expressões religiosas *não católicas romanas* ao longo do período, evidenciando um país cada vez mais evangélico por um lado, e mais secularizado de outro⁷. Além disso, mesmo dentro do catolicismo, a bagagem cultural própria de cada fiel ou de cada grupo de leigos desempenha um papel diversificador da experiência de ser católico, à medida que há uma espécie de sincretismo, uma fusão dos símbolos oferecidos pela Igreja e aqueles que compõem a realidade que os cerca. Resultado disso é um pluralismo interno, formado por grupos como Opus Dei, Redentoristas, Maristas, RCC, etc., cada um com propostas e estratégias autônomas (embora intencionem consonância com a Igreja Católica)

Esta “crise do catolicismo”, de proporções globais, fruto das tensões da modernidade e da concorrência religiosa motivou profundas transformações na Igreja, que passou a aderir aos meios de comunicação de massa e procurar seu espaço em meio à sociedade de consumo. O Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965, é considerado marco inicial no reconhecimento da Igreja da necessidade de tomar novos rumos frente à modernidade, propondo que se prestasse atenção aos “sinais dos tempos” para repensar a presença da Igreja no mundo. O papado de João Paulo II e seu carisma midiático são

⁵ Idem. Página 52 – 57.

⁶ MARIZ, Cecília Loreto. *Catolicismo no Brasil Contemporâneo: reavivamento e diversidade*. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Página 53.

⁷ De 1940 a 2000, houve queda na porcentagem de católicos (de 95,2% para 73,9%), aumento percentual de evangélicos (de 2,6% para 15,6%) e pertencentes a outras religiões (1,9% para 3,5%), e explosão dos denominados “sem religião” (de 0,2% para 7,4%). CAMPOS, Leonildo Silveira. Os Mapas, Atores e Números da Diversidade Religiosa Cristã Brasileira: Católicos e Evangélicos entre 1940 e 2007. *Revista de Estudos da Religião* dez/2008. Página 13.

considerados, por sua vez, a consolidação deste processo (razão pela qual a década de 1980 foi escolhida como marco inicial do recorte temporal adotado nesta pesquisa).

Segundo Cecília Mariz, entretanto, essa crise também parece estar sendo acompanhada por um relativo reavivamento religioso. Isto é, a competitividade criada por uma situação de pluralismo religioso fomentou uma maior participação confessional, maior mobilização religiosa e aumento no fervor e na prática dos fiéis.⁸ Os discursos também aparecem mais engajados no campo moral e ético, ávidos por controlar sistemas sociais e retomar a estabilidade doutrinária, sem qualquer compromisso com as exigências da racionalidade moderna.⁹

Portanto, ao mesmo tempo em que a Igreja busca os veículos modernos “de ponta” (mercado editorial, fonográfico, radiofônico, discográfico e internet) para a divulgação de suas ações de evangelização e presença no mundo, ela adota uma rígida postura de condenação e confronto em relação ao sistema de valores secularizados e modernos (condenando o aborto, a eutanásia, as pesquisas com células-tronco, o preservativo e a pílula anticoncepcional, a homossexualidade, etc.)¹⁰

A RCC faz parte deste contexto de um catolicismo cada vez mais midiático e ao mesmo tempo mais intransigente¹¹. Surgiu na década de 1960 em Pittsburgh nos Estados Unidos e chegou ao Brasil no início da década de 1970, instalando-se primeiramente em Campinas-SP e Telemaco Borba-PR. Esse movimento tem sido foco de inúmeras pesquisas, principalmente no campo da Sociologia. Autores como Cecília Mariz e Brenda Carranza, argumentam que, além de uma maior participação confessional (na observação de práticas morais e dos sacramentos da Igreja), é própria do comportamento Carismático a busca por uma maior visibilidade dos católicos renovados no cotidiano das paróquias, nos noticiários de TV e jornais, na política eleitoral e na produção de mídia católica. Carranza aponta como características primordiais desse movimento a *espetacularização* e a *personalização*, promovidas através de caristotecas, carnavais de Jesus, Rebanhões, missas-show, programas televisivos e de figuras emblemáticas como Pe. Marcelo Rossi e outros padres e leigos cantores.¹² Este é o ramo católico que mais cresce numericamente no Brasil, e sua preferência pela mídia como instrumento de difusão é resposta à competição que a Igreja Católica vem tentando estabelecer em relação aos evangélicos pentecostais (principais responsáveis pelo crescimento evangélico e o decréscimo católico, abordados anteriormente).

Para o público jovem, assim como para as demais categorias sociais, as religiões aparecem como artigos do supermercado cultural passíveis de fazerem parte da composição da sua identidade. A “juventude” nas pesquisas recentes¹³ é vista não como um grupo concreto e coeso delimitado por uma faixa etária objetiva que compreende o processo de transição entre a infância e a vida adulta, mas como uma concepção formulada pelos grupos sociais (mundo adulto), e pelos próprios sujeitos tidos como jovens, para

⁸ MARIZ, Cecília Loreto. *Catolicismo no Brasil Contemporâneo*. Op. Cit. Página 55.

⁹ CARRANZA, Brenda. **Catolicismo Midiático**. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Página 72-73.

¹⁰ CAMURÇA, Marcelo A. Tradicionalismo e meios de comunicação de massa: o catolicismo midiático. In: CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília; CAMURÇA, Marcelo. **Novas Comunidades Católicas: em busca do espaço pós-moderno**. Aparecida SP: Idéias & Letras, 2009. Página 72.

¹¹ O termo “catolicismo intransigente” é emprestado por Carranza de Danièle Hervieu-Léger e refere-se justamente à postura *intransigente*, de antimodernismo e retomada da estabilidade doutrinária que a Igreja adota na conjuntura descrita acima.

¹² CARRANZA, Brenda. **Catolicismo Midiático**. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (orgs.). *As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Página 75.

¹³ Exemplo a de Afrânio Catani e Renato Gilioli: CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Souza Porto. *Culturas Juvenis: múltiplos olhares*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

significar uma série de comportamentos e atitudes. Na medida em que estes comportamentos e atitudes divergem, sob a influência das indústrias culturais, da moda, da comunicação e dos cenários da vida cotidiana nas cidades, surgem as “subculturas” juvenis, ou as chamadas “tribos”.

Neste sentido, o *corpus* documental discriminado nos primeiros parágrafos nos dá matéria para analisar de que comportamentos e atitudes a Igreja Católica se vale para significar a subcultura dos jovens católicos, de quais se vale a RCC para significar os jovens carismáticos e de quais se valem os jovens carismáticos para se auto-significar.

A carta de João Paulo II¹⁴ foi escrita pelo pontífice em 1985, em razão deste ano ter sido proclamado pela Organização das Nações Unidas como o “Ano Internacional da Juventude”. Neste documento, João Paulo II caracteriza a juventude como o período da vida em que há a mais intensa descoberta e formulação do “eu”, isto porque, segundo o autor, é nesta etapa que o indivíduo escolhe, prevê e assume suas decisões pela primeira vez, de maneira autônoma e pessoal. A carta, dividida em capítulos temáticos, aborda questões que, segundo o papa, estão no âmago da juventude como o fato de fazer interrogações constantes e de se sentir instável na fé e em dúvida diante daquilo que é oferecido pelo mundo moderno. Segundo João Paulo II, a solução é amar o mundo e ao mesmo tempo chegar ao desapego interior em relação às coisas mundanas.

A coletânea de textos de Bento XVI¹⁵ reforça a preocupação da formação católica do jovem em oposição ao mundo moderno. Segundo o pontífice o mundo vive em dramática e contínua transformação e a juventude teme tomar uma decisão definitiva como a de ser católico, e ter de abrir mão de sua liberdade e disponibilidade. Este temor deve encontrar sossego no exemplo dos jovens que manifestam a aspiração de construir relações autênticas de amizade, amor e família e de alcançar uma estabilidade pessoal e uma segurança real ao invés de se apoiar nos exemplos daqueles que cedem a um amor comercial, egoísta, incapaz de castidade e de pureza, proposto pela mídia e pela internet. Para Bento XVI é fundamental que os jovens não caiam no que ele chama de “relativismo difuso” da modernidade em que não existem verdades, nem pontos de referência o que gera instabilidade, desorientação e conformismo às modas do momento. É relevante no discurso dos pontífices, em primeiro lugar, a percepção do papel ocupado pelos jovens em um cenário de fluidez da formação de identidades. Em segundo lugar, a tradução que os documentos representam do seu tempo, mergulhados em embates travados com a modernidade e a secularização.

Os documentos carismáticos são analisados em seguida com o objetivo de identificar quais são as estratégias autônomas adotadas no Brasil pelas lideranças da RCC para atrair e manter a juventude em seus organismos de funcionamento, avaliando o grau de consonância com as expectativas da Igreja expressas nos dois documentos anteriores. Os documentos carismáticos fazem parte de uma série de apostilas produzidas no Brasil com o intuito de ser material referencial na atuação dos diversos ministérios. O Ministério Jovem possui papel importante dentro da Renovação Carismática Católica, pois procura articular programas, temas e metodologias de evangelização voltadas para o público juvenil participante dos grupos de oração¹⁶. As atividades baseiam-se no “diferencial do jovem” que é visto como um sujeito atento às novidades do mundo da música, dos esportes, do entretenimento, etc. O material de formação elaborado para o Ministério Jovem¹⁷ é curto e com texto bastante pontual e objetivo ao apontar normas de conduta do

¹⁴ João Paulo II. Carta aos Jovens. São Paulo: Quadrante, 1985.

¹⁵ Bento XVI fala aos jovens: A proposta da vocação cristã no mundo contemporâneo (2005-2010).

¹⁶ SOFIATI, Flávio Munhoz. **Religião e Juventude: os jovens carismáticos**. São Paulo: USP, 2009. Página 111.

¹⁷ QUIROGA, Aldo; FLORES, Fabiana. “Ministério Jovem: Formação Humana”. 1ª edição, s/ data.

jovem carismático. Dos sete capítulos que compõe a apostila, dois são relativos à temática da sexualidade e elencam em longos tópicos o que a Igreja chama de “desordens na vivência da sexualidade” (luxúria, fornicção, pornografia, prostituição e homossexualidade). Aqui, entram em cena os discursos de forte cunho moral e ético que caracterizam a RCC como articuladora de um catolicismo cada vez mais midiático e ao mesmo tempo mais intransigente. O segundo ministério abordado é o Universidades Renovadas (MUR) que trabalha com o universo acadêmico em duas frentes: com os estudantes, a partir de Grupos de Oração Universitários e com os já graduados, a partir de projetos profissionais. O material elaborado sobre o MUR¹⁸ na leva de apostilas de formação tem um formato bastante didático de perguntas e respostas que enumeram dados históricos, organizacionais e da razão de ser do ministério. O documento manifesta sua gênese no interesse dos jovens carismáticos em continuar cultivando sua espiritualidade mesmo em ambientes seculares, como universidades, e dos profissionais em se tornarem profissionais do reino, comprometidos com o Evangelho e projetos de Deus no mundo.

Por fim, a terceira parte do *corpus* documental analisado é composta pelas entrevistas realizadas no segundo semestre de 2011 com jovens carismáticos do Grupo de Jovens “Leão de Judá” da Arquidiocese de Curitiba¹⁹. Este material consiste em respostas obtidas da aplicação de um questionário de questões abertas (com respostas livres, não limitadas por alternativas apresentadas²⁰) e padronizadas (apresentadas a todas as pessoas exatamente com as mesmas palavras e na mesma ordem, de modo a assegurar que todos os entrevistados respondessem à mesma pergunta, sendo as respostas mais facilmente comparáveis²¹). Os jovens responderam de forma escrita e discorreram sobre a sua opinião acerca da juventude atual, do ideal que têm sobre os jovens católicos, sobre o que os levou a participar da RCC e se conhecem e consideraram a participação em outros grupos católicos (tais como Opus dei, Arautos do Evangelho, Toca de Assis, etc.). Percebemos no discurso dos jovens que eles se identificam, em consonância com os textos papais e os materiais da RCC, como jovens corajosos na luta contra os valores mundanos da modernidade e que carregam para o futuro a responsabilidade de evangelizar e servir de exemplo aos demais jovens.

Assim, a pesquisa proporcionou a percepção e análise dos usos e sentidos dados à juventude pela Igreja Católica, mais amplamente, e pela RCC, localmente, e as estratégias adotadas por elas para desempenhar um papel relevante na formação identitária dos jovens em um contexto de embates travados na pós-modernidade, tendo de disputar espaço em um cenário de pluralismo religioso e supermercado cultural. Os jovens são identificados e passam a identificar a si mesmos como grupo potencial de visibilidade, de atualização e de atribuição de novos sentidos e funções da religião na sociedade.

¹⁸ CORREIA, Ierecê. “RCC responde: Universidades Renovadas”. Equipe Nacional de Serviço do MUR. Brasil, 2008.

¹⁹ Foi realizada também observação participante realizada junto ao cotidiano dos entrevistados em duas reuniões do grupo no mês de setembro de 2011.

²⁰ GOLDENBERG, Mirian. A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2005. Página 86.

²¹ Idem.

O DIREITO NATURAL E OS FUNDAMENTOS DA POLÍTICA POMBALINA

Aluna: Elizabeth Terezinha Scorsin de Oliveira

Orientador: Prof. Antonio Cesar de Almeida Santos

Palavras-chave: Iluminismo – Pombalismo – Jusnaturalismo

Portugal, na segunda metade do século XVIII, se caracterizava por adotar um regime absolutista, com uma política de feição centralizadora expressa pelo pombalismo. Nessa época, as ideias iluministas que viscejavam pela Europa também chegavam ao país através dos “estrangeirados”.¹ A ideia de que o país se atrasara no desenvolvimento e que deveria se equiparar às nações mais civilizadas não era nova, mas tomara sob o pombalismo um novo impulso. A influência do Iluminismo europeu em Portugal permitiu que o próprio país tomasse iniciativas de modificações institucionais e conduzisse um processo que se poderia denominar “Iluminismo português”².

As mudanças internas foram sendo realizadas de acordo com os interesses do Estado. O setor educacional passaria por muitas alterações, logo em seguida da expulsão da Companhia de Jesus dos territórios portugueses. Assim, privilegiou-se uma nova formação corporativa, visando inclusive a mudança de mentalidade nacional, adequando os objetivos do ensino com as diretrizes do Estado. Em 1759, foi criada a Aula de Comércio e, em 1761, o Colégio dos Nobres. As reformas nessa área culminaram com a reforma da Universidade de Coimbra, em 1772. A base filosófica para garantir a legitimidade da política pombalina veio do jusnaturalismo racionalista, pela obra de Grócio, Locke, Descartes, Pufendorf, Wolff, Leibniz, Thomasius entre outros. A repercussão das ideias do direito natural propiciou aos pensadores nacionais ligados à política pombalina a escolha de princípios norteadores para o empreendimento de ações reformistas. A ideia de promover o progresso e o desenvolvimento do país, por um viés iluminista, está expresso, por exemplo, em alguns documentos oficiais do período pombalino, onde são citados alguns pensadores do jusnaturalismo moderno, como a **Dedução Cronológica e Analítica** (1767) e o **Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra** (1771).³

Entre as diversas modificações nos setores sociais, o governo se preocupou com o sistema jurídico, que se transformara num emaranhado de leis e onde as interpretações jurídicas alcançavam maior relevância que a própria legislação. A promulgação da Lei da Boa Razão, em 1769, deu uma nova condução para a prática jurídica, ao priorizar a jurisprudência racionalista em relação ao sistema doutrinal interpretativo. O ensino do direito também passou por profundas alterações. Em 1770, foi criada pelo rei D. José I a Junta de Providência Literária, para que ela levantasse todos os problemas do ensino universitário e propusesse novas diretrizes. Todas as cátedras foram revistas, e, para o ensino do direito, o método sintético-compêndiarista substituiu o anterior, escolástico-aristotélico. Novas disciplinas foram introduzidas nos currículos modificados, dando-se

¹ Para Francisco Falcon “estrangeirado” é um temo que não tem um significado preciso. Pode estar relacionado com a questão do “sangue, referência aos judeus; ou ainda, se referir àqueles que completaram a educação no estrangeiro”. Falcon também mostra que, no contexto português da época pombalina, significaria o que se estrangeirou e aquele que foi estrangeirado (não foi aceito, ou pelas ideias ou pela condição social). FALCON, Francisco. **A época pombalina**. São Paulo: Ed. Ática, 1982, pp. 320-321.

² CARVALHO, Flávio Rey de. **Um Iluminismo Português?** São Paulo: Annablume, 2008, p. 126. Carvalho, aponta para a influência do Movimento das Luzes no contexto português, mostrando que em Portugal configurou-se um “Iluminismo” muito próprio.

³ SILVA DIAS, José da. **Pombalismo e Teoria Política**. Lisboa: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1982, pp. 36-46. Silva Dias comenta que na *Dedução* as referências aos jusnaturalistas modernos, como Wolff e Pufendorf, são poucas, mas no *Compêndio histórico* os nomes de Pufendorf e Thomasius aparecem “às escâncaras”.

ênfase à Filosofia e ao Direito Natural. A reforma da Universidade de Coimbra foi oficializada com a promulgação dos novos estatutos, em 1772.

Em Portugal, vários foram os pensadores que conheceram os estudos dos jusnaturalistas modernos, e que também se dispuseram a contribuir com suas ideias no sentido de produzir, no país, um ambiente mais dinâmico, moderno e progressista. Alguns intelectuais e funcionários do Estado, mesmo vivendo no exterior, mantinham contatos com o país; esses “estrangeirados” também trocavam informações com pensadores de outros locais da Europa.

Dentro desse ambiente, Tomás Antonio Gonzaga, formado em Direito pela “antiga” Universidade conimbricense, redige e oferece ao Marquês de Pombal, o **Tratado de Direito Natural**, obra inédita em Portugal, como o próprio autor a referenda, pois que não havia no país, outra que tratasse desse assunto escrita por um “nacional”.⁴ Ao considerar a obra sem vícios e em conformidade com os princípios adotados pelo pombalismo, Gonzaga escreve no preâmbulo que o texto não conduziria os principiantes do Direito aos “erros das obras dos naturalistas”.⁵

O **Tratado** apresenta uma concepção de feição peculiar, porquanto o autor, ao dialogar com os pensadores modernos mais expoentes do direito natural, conforma um jusnaturalismo racionalista cristão, conforme aponta Lourival Gomes Machado. Aliás, como esse autor explica, o **Tratado** propõe como fundamento para o direito natural a ordem divina. Machado também esclarece que, sem descuidar do absolutismo, Gonzaga usa o princípio teológico para explicar a origem do poder do soberano. Nesse sentido, a questão da razão divulgada pelo Iluminismo adquire, no sistema de Gonzaga, um significado de adequação à vontade divina.⁶ Aparentemente, na contra-mão das teorizações modernas do racionalismo, a obra de Gonzaga propõe um fundamento teológico para o direito natural, e é nesse sentido que tomamos o texto gonzaguiano como fonte de análise, o que nos propiciou um entendimento mais profundo a respeito dessas questões, que parecem contraditórias também ao pombalismo que se alinhava ao ideais iluministas. Nessa perspectiva, algumas questões nos incitaram à pesquisa: como o regime político expresso pelo pombalismo adequou as ideias iluministas aos interesses do Estado visando as reformas institucionais? Quais os fundamentos da política pombalina?

Para responder a essas questões, utilizamos como fonte para nossa pesquisa o **Tratado de Direito Natural**, de Tomás Antonio Gonzaga, cuja data de escrita é imprecisa. Silva Dias entende que o texto gonzaguiano foi escrito entre 1773 e 1778, pois nessa última data o autor teria se habilitado à magistratura, sendo nomeado em 1779.⁷ Keila Grinberg, com base no prólogo do **Tratado**, onde Gonzaga expressa o oferecimento da obra ao “Marquês de Pombal”, supõe que o Tratado tenha sido escrito entre 1769, ano em que Pombal recebeu o título, e 1777, data da “Viradeira”, fim do governo do marquês.⁸

Consideramos que, ao tratar dos princípios do direito natural, o texto de Gonzaga se comunica com outros de mesma natureza e, ao mesmo tempo, estabelece ligações com os ideários do reformismo português. Nesse sentido, pelo **Tratado** temos uma outra visão do pombalismo, porquanto o texto gonzaguiano prioriza a discussão justamente com os princípios teóricos que o pombalismo evidencia como fundamentais. Para a discussão que realizamos, dividimos nosso trabalho em três capítulos, a saber: o primeiro, Europa do

⁴ GONZAGA, Tomás Antonio. **Tratado de Direito Natural**. In: **Obras Completas de Tomás Antonio Gonzaga**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p.365.

⁵ Idem, p. 366.

⁶ MACHADO, Lourival Gomes. **Tomás Antônio Gonzaga e o Direito Natural**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, pp. 147.

⁷ SILVA DIAS. Op. cit., p. 59.

⁸ GRINBERG, Keila. Apresentação. In: GONZAGA, Tomás Antonio. **O Tratado de Direito Natural**. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. VIII.

Século XVIII; o segundo, Direito Natural em Portugal; e, o terceiro, Direito Natural e Pombalismo.

Ao tratarmos de tema relacionado à política pombalina, consideramos ser relevante o entendimento do contexto português da segunda metade do século XVIII, relacionando-o ao período das “Luzes”. Assim, para saber como seria essa “Europa”, delineamos alguns aspectos geográficos, políticos, econômicos e ideológicos que, somados, nos permitiram formar um quadro aproximado daquela conjuntura. Procuramos entender a sua configuração espacial, recorrendo a autores da historiografia que fazem menção específica sobre esses aspectos.

Compreendemos que as fronteiras européias eram ainda espaços “móveis”, naquele período. E, devido a isso, alguns países estavam conseguindo expandir seus domínios, enquanto outros perdiam extensões territoriais.⁹ As disputas decorrentes das limitações geográficas traziam junto os conflitos políticos, e o enfrentamento armado não garantia a paz em todo o continente europeu. As monarquias absolutas se constituíam no regime político predominante do estado moderno. As alianças eram comuns e se estabeleciam, em geral, pelos casamentos entre os membros das famílias reais. Assim, em várias situações, era possível soberanos terem sob sua jurisdição mais de um território. Nas sucessões de governo, não raro ocorriam querelas entre os estados europeus, causadas pelas disputas dinásticas ao poder.¹⁰

Portugal não estava envolvido nas questões das delimitações geográficas de forma direta, e não interferia na política de outros países. Contudo, o país teve de enfrentar alguns problemas políticos surgidos pela Guerra dos Sete Anos. As disputas entre ingleses e franceses, numa batalha naval em águas territoriais portuguesas, acabou exigindo do país um posicionamento político. A recusa em aderir ao Pacto de Família tornou Portugal vulnerável, e o país foi invadido pelos franceses e espanhóis, em 1762. A resistência portuguesa acabou prevalecendo, e os invasores se retiraram.

Existiram outras questões conflitantes para o país, e que diziam respeito ao setor econômico-político, relacionadas com a manutenção das possessões coloniais, especialmente o Brasil. Além dos problemas locais, e isso envolvia o trabalho jesuítico junto às populações nativas, o governo entendia a atuação dos regulares como uma interferência nos negócios do Estado. Segundo Falcon, as divergências do absolutismo português com a Companhia de Jesus, tinha um sentido mais profundo: tratava-se da influência da Igreja Romana nos negócios do Estado, que deveria ser cerceada.¹¹

A política pombalina nos primeiros anos do seu exercício, favoreceu setores ligados ao comércio e a indústria, instituindo algumas concessões e privilégios. Os pequenos comerciantes sentiram-se excluídos perante as companhias monopolistas, o que gerou insatisfações e revoltas. Maxwell comenta que os grupos não favorecidos reagiram com violência e participaram de conspirações. Ainda, sobre a questão do monopólio comercial, Maxwell comenta que D. Luís da Cunha, no **Testamento Político**, recomendara ao governo a concentração da riqueza em poucas mãos, para que houvesse possibilidade do país ser mais competitivo no comércio com os estrangeiros. Porém, a adoção de medidas corporativistas pelo Estado, entrava em choque com os interesses de grupos que dominavam há muito tempo as atividades comerciais.¹² Todas essas questões foram

⁹ CHAUNU, Pierre. **A civilização da Europa das Luzes**. Vol.1. Lisboa: Editorial Estampa, 1985, pp. 169-177. Pierre Chaunu, comenta sobre as mudanças físicas da Europa das “Luzes”, e apresenta mapas geográficos mostrando a flutuação de algumas das fronteiras políticas daquele tempo.

¹⁰ IM HOF, Ulrich. **A Europa no Século das Luzes**. Lisboa: Editorial Presença, 1995, pp. 81-84.

¹¹ FALCON. Op. cit., pp. 378-380.

¹² MAXWELL, Kenneth. **O Marquês de Pombal**. Lisboa: Editorial Presença, 2004, pp. 90-91.

tratadas de modo enérgico pelo governo, que não se descuidava de manter a centralização política do Estado.

No segundo capítulo, procuramos entender alguns dos autores do jusnaturalismo referenciados no discurso oficial do pombalismo. Para isso, verificamos as citações existentes no **Tratado do Direito Natural**, de Gonzaga, e as referenciadas em dois documentos oficiais do pombalismo, a Dedução Cronológica e Analítica e o Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra. Em seguida, buscamos entender as bases filosóficas das teorias jusnaturalistas, procurando identificar os princípios das concepções mais destacadas no Tratado e no Compêndio, como as de Hugo Grócio, Samuel Pufendorf e Christian Wolff. Importante mencionar que, nesta discussão, consideramos essencial levar em conta a promulgação da Lei da Boa Razão, em 18 de agosto de 1769 que ensejou mudanças no sistema jurídico português e indicou uma direção para a mudança no ensino universitário do Direito. Conforme Rui Marcos, essa lei estava baseada na *recta ratio* jusnaturalista e causou uma mudança significativa no direito subsidiário português.¹³

Com o objetivo de promover o progresso do país, o governo empreendeu reformas institucionais. No projeto reformista, em especial da educação, a política portuguesa lançou mão de algumas ideias iluministas adequando-as aos interesses da nação. O pombalismo cuidou de dar um embasamento filosófico-jurídico às reformas, e assim utilizou as ideias jusnaturalistas modernas, ora para corroborar as ideias defendidas pela política, e assim mostrar a ideologia do Estado como útil ao bem-comum, ora para apresentar a discordância oficial em relação ao anteriormente instituído. A mudança na legislação, proposta pela Lei da Boa Razão, abriu caminho para a reforma no ensino universitário do Direito. O enfoque na boa formação dos futuros homens da lei visa a uma nova mentalidade das elites, como afirma José Eduardo Franco.¹⁴

No terceiro capítulo, comentamos as linhas gerais do **Tratado de Direito Natural** para, em seguida, indicarmos os fundamentos da política pombalina, de acordo com o entendimento que tivemos através dessa fonte. Ao apresentarmos o **Tratado**, destacamos os pontos do sistema construído por Gonzaga que remetem aos autores jusnaturalistas racionalistas modernos. Para tanto, nos apoiamos em estudo de Rui Marcos, que aponta os pontos basilares das teorias de alguns dos jusnaturalistas modernos mais proeminentes à época pombalina. Percebe-se, em geral, dois vieses nas teorias: a aceitação de Deus como Criador, sem que isso signifique exatamente a dependência do homem em relação a divindade; e, a moralidade como base para as ações humanas.¹⁵ A seguir, verificamos os princípios filosóficos que Gonzaga utiliza para organizar a sua teoria e, nesse aspecto, identificamos as proposições que ele comenta de cada pensador, as premissas que aceita e, as colocações que rejeita.

Entendemos que a teoria gonzaguiana está assente na ideia da criação divina e para essa construção, o autor buscou uma argumentação racional. A obra está dividida em três partes: na primeira, ele trata dos princípios do direito natural e civil; na segunda, trata dos princípios da sociedade cristã e civil; e, na terceira, trata do direito, da justiça e das leis.

Gonzaga inicia o tratado com a comprovação teórica da existência de Deus, e explica que a sociedade humana se formou pela vontade divina. Deus infundiu no coração do homem as regras morais.¹⁶ O direito natural é o conjunto de leis que Deus estabeleceu

¹³ MARCOS, Rui M. de Figueiredo. **A Legislação Pombalina**. Coimbra: Almedina, 2006, pp. 153-160

¹⁴ FRANCO, José Eduardo. **A reforma pombalina da Universidade Portuguesa no quadro da reforma anti-jesuítica da Educação**. In Compêndio Histórico da Universidade de Coimbra. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1972, Edição fac-símile, pp. 30-31. Franco enfatiza o caráter cientificista da reforma pombalina da educação, na qualificação das elites dirigentes para atuarem no plano de centralização e modernização do poder.

¹⁵ MARCOS. Op. cit., pp. 121, 123, 127, 131,132 e 137.

¹⁶ GONZAGA, Op. cit., pp.377-378.

para todas as pessoas se organizarem em sociedades, escolhendo um entre outros para comandá-la. Gonzaga entende que o direito natural tem dois princípios: o de ser e o de conhecer. O princípio de ser tem referência com a vontade do legislador: Deus, ao estabelecer o direito natural. O princípio de conhecer relaciona-se com o homem, que pelo amor entende e segue as leis do Criador. Outra questão importante na concepção de Gonzaga diz respeito à obediência do homem às leis de Deus. Gonzaga recorre à Bíblia, mais exatamente ao apóstolo Paulo, na Carta aos Romanos, para o respaldo dessas afirmativas.¹⁷

Na sua concepção de direito natural, Gonzaga ressalta a importância da razão e da liberdade humanas. De acordo com o seu pensamento, o homem recebeu esses atributos de Deus e pode fazer uso dos mesmos. O ser humano foi criado para a felicidade, e tem a liberdade de escolher o modo de agir, de optar em obrar para alcançar o bem ou o mal.¹⁸ No entanto, para Gonzaga, a ação humana não está desarticulada da religião. O homem tem uma “consciência certa”, e através desse “tribunal doméstico” – Gonzaga usa da expressão de São Gregório Nazianzeno – o homem pode se conduzir nos princípios do direito natural.¹⁹

O homem recebe as orientações de Deus pela revelação de Sua Palavra e é esse o caminho que conduz o homem ao bem.²⁰ Gonzaga também articula a ideia da ação com liberdade, com a necessidade de leis civis. A legislação cumpre no temporal a sanção pelos atos maus. Nesse sentido, o autor coloca que a Igreja tem domínio sobre os assuntos espirituais, enquanto o soberano tem o poder temporal, e a esse também a Igreja deve ser submissa.²¹

Encaminhando a nossa conclusão, compreendemos que, para Gonzaga, a admissão de um princípio espiritual na teoria jusnaturalista não a invalida quanto a sua inserção junto às concepções modernas e também de oferecimento teórico ao pombalismo. Nesse aspecto, Keila Grinberg afirma que o conceito de direito natural de Gonzaga “no que se refere, por exemplo, aos princípios divinos e ao poder dos reis, está de acordo com os preceitos firmados nos Estatutos da Universidade, nos quais o direito natural aparece como justificativa do despotismo”.²²

A partir da análise do **Tratado de Direito Natural**, redigido por Tomás Antonio Gonzaga, retomamos o processo reflexivo sobre os fundamentos da política pombalina. O sistema de Gonzaga pode ser entendido como obra de um tempo e lugar determinados pelo pombalismo. Ao mesmo tempo, o texto gonzaguiano torna perceptíveis as bases nas quais a política portuguesa setecentista se firmou: razão, racionalismo, poder e fé que não se misturaram, nem, tampouco, se apartaram.

¹⁷ Idem, pp.437-438.

¹⁸ GONZAGA, Tomás Antonio. *Tratado de Direito Natural*. In: **Obras Completas de Tomás Antonio Gonzaga**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942, p. 386.

¹⁹ Idem, p. 402. Ver nota 19. A obra de São Gregório, da qual Gonzaga retira a expressão é o *De Orationes*.

²⁰ Idem, pp. 439-443.

²¹ Idem, p. 510.

²² GRINBERG. Op. cit., p. XXVIII.

O IMPERADOR ITINERANTE: D. PEDRO II NO EGITO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

Aluna: Jacqueline Monteiro dos Santos

Orientadora: Renata Senna Garraffoni

Palavras-chave: D. Pedro II no Oriente; Egito antigo; Identidade Nacional

A presente pesquisa iniciou-se a partir de um desejo pessoal e uma admiração que sempre manteve pelo passado egípcio. Entretanto, o interesse por estudos relacionados às apropriações do antigo Egito pela sociedade brasileira é oriundo das reflexões sobre a Egiptomania, desenvolvidas na disciplina optativa ministrada em 2008 pela Professora Dra. Renata Senna Garraffoni e, posteriormente, do início de uma pesquisa de Iniciação Científica¹ sob a orientação da mesma professora, quando entramos em contato com o *corpus documental* selecionado para esta monografia: os diários de viagem do imperador D. Pedro II do Brasil (1825-1891) referente às suas passagens pelo Egito. O primeiro diário, escrito entre os dias 03 e 14 de novembro de 1871, se refere a uma versão digitalizada da caderneta original de viagens redigida pelo imperador, que se encontra disponibilizada pelo acervo do Museu Imperial do Rio de Janeiro por meio de uma publicação em CD-ROM, organizada por Begonha Bediaga e intitulada *Diário do Imperador D. Pedro II*²; o segundo diário, redigido entre 11 e 23 de dezembro de 1876, e traduzido por Affonso d'Escragolle Taunay, narra a volta do monarca brasileiro à terra dos faraós, tendo sido publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1909³ como *Viagem ao Alto Nilo*.

Nosso objetivo foi, com esta pesquisa, analisar e refletir, sob a óptica dos Usos do Passado, o lugar, no discurso de D. Pedro II, dedicado à construção do Oriente e, principalmente, do antigo e moderno Egito no projeto de identidade nacional brasileira. Tal corrente de estudos, surgida nas últimas décadas, visa repensar o lugar da História Antiga na modernidade e, ainda, refletir sobre as relações existentes entre presente e passado, assim como a manipulação e apropriação do passado por determinados grupos políticos e/ou sociais para a legitimação de discursos e práticas vigentes⁴.

A monografia foi desenvolvida em três capítulos. O primeiro é dedicado a uma reflexão sobre os principais eixos temáticos de nosso estudo: Usos do Passado, Orientalismo e Egiptologia. Neste capítulo, versamos sobre importantes pesquisas que possibilitaram o repensar sobre o caráter marcadamente político existente no estudo de História Antiga, discutimos o contexto histórico de produção da Egiptologia e a sua chegada ao território brasileiro e, ainda, delineamos, por meio da óptica de Edward Said, a construção cultural do Oriente pelo Ocidente num cenário caracterizado pelo imperialismo europeu e pela construção de identidades nacionais – o *Orientalismo*⁵. No segundo capítulo, buscamos discutir sobre o viajante e intelectual Pedro de Alcântara e a produção de seus diários de viagem às terras do Egito, ressaltando também o contexto notadamente

¹ O primeiro ano de pesquisa de Iniciação Científica, iniciado no Edital de 2010/2011, realizei como voluntária; já o segundo (Edital 2011/2012), como bolsista financiada pelo PIBIC/CNPq.

² BEDIAGA, B. (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999 (Publicação em CD-ROM).

³ TAUNAY, A. E. (Org.). “D. Pedro II. Viagem ao Alto Nilo, em 1876”. Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1909, tomo 72, parte II., p. 219-277.

⁴ JUNQUEIRA, N. M. “Uma viagem ao Antigo Egito: a relação entre presente e passado na narrativa de bordo de Gustave Flaubert”. In: *História – Questões e debates*. Curitiba: Editora UFPR, 1999, ano 25, nº 48/49.

⁵ SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

relacionado à construção de uma história para a emergente nação brasileira do século XIX e a busca por uma identidade nacional. Por fim, no terceiro e último capítulo, analisamos os discursos de D. Pedro II sobre o antigo e moderno Egito e de seu lugar na elaboração da identidade brasileira. A seguir, abordaremos os principais elementos levantados em nossos estudos, os resultados obtidos e as conclusões parciais.

O Egito antigo sempre exerceu um grande fascínio sobre a humanidade. Esta fascinação, motivada pela paisagem excepcional, pela cultura e pela intervenção humana no ambiente transcorreu por vários séculos, tendo atingido seu ápice em fins do século XVIII e no delinear do XIX, momento este definido por Federico A. Arborio Mella como *Redescoberta do Egito Faraônico*. De essencial importância para o nascimento e o desenvolvimento da Egiptologia, tal período iniciou-se com duas datas precisas: 1798 e 1824, sendo, respectivamente, a primeira concernente à aventura científico-militar de Napoleão Bonaparte (1769-1821) às terras do Egito, acompanhada não só de militares, canhões e espingardas, mas também de uma vastíssima equipe de estudiosos e intelectuais que delinearão todos os aspectos do território, e, a segunda, à decifração da escrita egípcia – os hieróglifos – por Jean-François Champollion (1790-1832), homem considerado como o “pai” da nova ciência.

Da invasão do território egípcio por Napoleão Bonaparte, que era, de certa maneira, uma forma de confrontar a Grã-Bretanha em suas disputas por territórios coloniais, foi legado aos europeus do século XIX, na forma de um saber sistematizado, a *Description de l’Egypte ou Recueil des observations et des Recherches qui ont été faites en Egypte pendant l’expédition de l’armée française publié par les ordres de Sa Majesté l’Empereur Napoléon le Grand*, obra esta que reuniu, esquematizou e organizou tudo o que foi observado, classificado e representado acerca do Egito em seu presente e passado, traduzindo-o para o francês e tornando-o aberto e acessível ao escrutínio europeu. Neste sentido, a França, para Edward Said, ao se apoderar e produzir uma série de saberes referentes ao Egito sob a credibilidade e o ideal de *mission civilisatrice*, corroboraria naturalmente sua força e justificaria sua história, sendo o destino próprio do país oriental se tornar uma anexação europeia. Ainda, da expedição napoleônica, foi transmitida a fonte que abriria o caminho para a decifração dos hieróglifos e o consequente enraizamento e desenvolvimento da Egiptologia: a pedra de Rosetta.

A nova ciência não tardou em atravessar os oceanos e se expandir para outros continentes. Sua entrada no território brasileiro nos remonta ao início de um novo momento político-cultural do país: a proclamação da independência do Brasil por D. Pedro I, herdeiro da Coroa Portuguesa, e o estabelecimento de uma nova nação, pautada em uma monarquia constitucional. Introduzidos pelas mãos de dois membros da família imperial brasileira e da casa de Bragança, os estudos sobre o passado egípcio e a relação entre Egito e Brasil, de acordo com a estudiosa Margaret Bakos, se principiam por meio da iniciativa de D. Pedro I e foram delineadas e aprofundadas por seu filho, D. Pedro II. Ao primeiro imperador coube o pioneirismo, já em 1827, na formação de uma coleção egípcia na América Latina; ao segundo, amante do conhecimento, das ciências e das letras, competiu o fortalecimento do vínculo iniciado por seu pai, por meio de sua notoriedade e dedicação à Egiptologia, estabelecida através de seus estudos sobre a antiga civilização, do aumento do número de antiguidades egípcias da coleção iniciada por seu pai e, principalmente, de suas duas idas ao Egito e suas reminiscências relacionadas à *terra dos Faraós*, realizadas em um momento onde as idas ao Oriente “faziam parte do itinerário de qualquer pessoa interessada a conhecer novas culturas”⁶.

⁶ JUNQUEIRA, N. M. *Op. Cit.*, p. 246.

A criação da Egiptologia e seu desenvolvimento, assim como a entrada da nova ciência no Brasil e as apropriações de elementos oriundos do Egito antigo em território nacional, foram marcadas por um contexto amplo e abrangente, que abarcou todo o Ocidente: o desenvolvimento de um discurso ocidental moderno postulado sobre a exterioridade e que pretendia descrever, explorar, classificar e esclarecer o Oriente para o Ocidente. Tal discurso, nomeado por Edward Said como *Orientalismo*, é delineado pelo estudioso como o modo pelo qual o Oriente é abordado tendo como fundamento o lugar deste na experiência ocidental – e essencialmente europeia. Neste sentido, as representações acerca do oriental, baseando-se minimamente no próprio Oriente, classificavam e generalizavam, através de oposições polarizadoras e arbitrárias, o *outro*. Ainda, através da bipolaridade entre Ocidente e Oriente, colaborou-se para a definição e o fortalecimento da identidade europeia tendo o oriental como o seu contraponto.

As ideias, para além de se limitarem a uma territorialidade, possuem grande circularidade. Assim sendo, as reflexões produzidas no século XIX sobre o Ocidente e o Oriente penetraram os trópicos em um cenário permeado pelo processo, segundo Manoel Luis Salgado Guimarães, de consolidação do Estado Nacional brasileiro e pelo delineamento de um perfil para a nova nação que fosse capaz de lhe garantir uma identidade própria no amplo conjunto das nações civilizadas⁷, buscando-se, sobretudo, definir a pátria brasileira enquanto representante do ideário de civilização no Novo Mundo.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB –, fundado em 1838 e que contou com a proteção financeira e participação pessoal do imperador D. Pedro II em suas reuniões, teve fundamental contribuição na construção identitária brasileira⁸, na constituição de uma história para a nação e até mesmo na viabilização da estabilização do poder monárquico. De acordo com José Carlos Reis, o país precisava de um passado do qual pudesse se orgulhar e que lhe permitisse avançar para o futuro com confiança⁹, passado este relacionado ao ramo português, aos fatos memoráveis da pátria e aos nomes de seus grandes e melhores filhos. O Brasil deveria, portanto, surgir como desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia, cabendo pouco espaço à história dos indígenas ou dos africanos.

As excursões ao exterior de D. Pedro II tanto ao interior de seu vasto império quanto ao exterior se inserem neste contexto de construção da identidade nacional. Grande viajante, o imperador brasileiro realizou suas primeiras incursões pelo interior das províncias do país ainda na década de 1840 com objetivos imperiais, pois conhecer o amplo território brasileiro era, conforme discorreram João Ricardo Ferreira Pires¹⁰ e Fernando da Cruz Gouvêa¹¹, uma estratégia de poder espacial calcada na visualização e no conhecimento da figura do imperador e, ainda, no reconhecimento, por parte do monarca, de seus súditos¹², demarcando, unindo, solidificando e pacificando os limites da jovem nação.

As viagens de D. Pedro II ao território além-trópico ocorreram apenas na década de 1870. Após quase três décadas de governo, havia chegado a hora de o imperador

⁷ GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*, 1988, v. 1, n. 1, pp. 4-27.

⁸ *Idem.*, p. 9.

⁹ REIS, J. C. Anos 1850: Varnhagen: o elogio da colonização portuguesa. In: _____. *As identidades do Brasil*: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

¹⁰ GOUVÊA, F. C. *O Imperador Itinerante*. Pernambuco: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

¹¹ PIRES, J. R. F. *Notas de um Diário de Viagem a Minas Gerais*: política e ciência na escrita viajante do Imperador D. Pedro II. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais em 2007.

¹² PIRES, J. R. F. *Op. Cit.*, p. 31.

extrapolar os limites territoriais de seu império e apreciar o mundo que até então conhecia por meio de sua paixão pelos estudos e pela leitura. Persona pública e com um espírito de verdadeira cultura, D. Pedro II manifestou interesse pelas letras e ciências desde muito cedo. Giselle Marques Camara, neste sentido, nos apresenta o imperador brasileiro como um *intelectual ilustrado*, ou seja, portador de uma personalidade que reflete a postura de um verdadeiro cientista, preocupado e engajado na elaboração de conhecimentos que cooperassem de maneira significativa para o “progresso da humanidade”¹³. Em suas três viagens ao exterior – maio de 1871 a março de 1872; abril de 1876 a setembro de 1877; e junho de 1887 a agosto de 1888 –, D. Pedro II contribuiu para a disseminação de uma imagem “civilizada” de seu império, pautada principalmente em sua figura de imperador intelectual: trajado com seu jaquetão preto e despejando conhecimento e erudição por todos os lados, esteve em várias escolas, museus e instituições científicas e acadêmicas; visitou e manteve um assíduo contato com ilustres personalidades, homens de letras, estudiosos e intelectuais da época; conheceu igrejas, conventos e bibliotecas.

Suas duas viagens às terras egípcias ocorreram em 03 a 14 de novembro de 1871 e 11 de dezembro de 1876 a 06 de janeiro de 1877. Delas restaram-nos cartas, fotografias e dois diários de viagem. Considerando que as narrativas de viagem de D. Pedro II são representativas de suas visões de mundo e que todo discurso é, como ressaltou a estudiosa Nathalia Monseff Junqueira, político, cultural e intencional – situação esta promovida pela mediação entre o homem e seu contexto –, empreendemos como metodologia de análise do corpus documental selecionado a *Análise do Discurso*. Para tanto, buscamos compreender, por meio de algumas questões levantadas, quais eram os objetivos da escrita, os destinatários, os principais elementos que constituíam o antigo e moderno Egito e as maneiras pelas quais o *outro*, ou seja, o oriental aparece e é delineado.

Evidenciamos, ao analisar os dois diários de viagem, que o primeiro deles, escrito com uma linguagem simples e de fácil compreensão, era destinado a uma pessoa em específico: uma grande amiga, que supomos ser a Condessa de Barral¹⁴, devido à grande aproximação, intimidade e amizade existente entre os dois; no segundo, observou-se uma grande transformação na maneira de se escrever: a linguagem tornara-se polida, erudita e de difícil compreensão, onde o imperador brasileiro dialoga com importantes nomes da Egiptologia do período, conhecidos em ocasião de sua primeira viagem, e com autores clássicos que se dedicaram, em parte, à sociedade egípcia, tais como Heródoto, Diodoro e Estrabão. Supomos que este segundo diário fosse destinado a um público conhecedor de Egiptologia, mais provavelmente seus amigos egiptólogos, devido à sua forma analítica da geografia, dos descobrimentos arqueológicos, dos baixos relevos e hieróglifos, assim como dos templos que visitou ao longo de sua viagem pelo rio Nilo.

No que tange ao primeiro diário, referente à suas passagens por algumas localidades do Baixo Egito - Gizé, Heliópolis, Menfis, Saqqara e Alexandria -, definimos três principais temáticas: *esplendor do antigo Egito*, *descrições do moderno Egito*, e *descrição e classificação do outro – o oriental*. Em relação à primeira, D. Pedro II, conhecendo um pouco do antigo Egito, se sentiu “*maravilhado do grau de perfeição da*

¹³ CAMARA, G. M. *Então esse é que é o Imperador? Ele não se parece nada com reis*: Algumas considerações sobre o intelectual brasileiro Pedro de Alcântara e suas viagens pelas terras do Nilo. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2005, p. 61

¹⁴ De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, a Condessa de Barral foi tutora das filhas de D. Pedro II e, posteriormente, dama da imperatriz. Educada na França e portadora de talentos excepcionais, a Condessa trouxe em sua bagagem, devido a uma grande convivência na corte de Luís Filipe, os hábitos da nobreza francesa. Na moradia Imperial, em São Cristóvão, estabeleceu uma forte amizade com o imperador, havendo até mesmo a suspeita de os dois serem amantes. Cf.: SCHWARCZ, L. M. *As Barbas do Imperador*: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 380-381.

*escultura entre os Egípcios [...]*¹⁵”, sendo as antiguidades egípcias consideradas por ele como um tesouro de inestimável riqueza e os monumentos como imponentes e majestosos. No que concerne à segunda, o território egípcio é caracterizado climática e geograficamente como apreciável, mas atrasado: as ruas que ainda não se encontravam europeizadas eram, para D. Pedro II, verdadeiros e imundos formigueiros com fétidos odores; os edifícios, que geralmente tentavam imitar padrões arquitetônicos europeus, eram considerados feios; a difícil navegação pelo rio Nilo tinha um motivo: o Egito ainda engatinhava rumo à civilização. Em relação à última temática, os egípcios eram classificados pelo olhar do imperador como um povo que lhe parecia “*uma nova espécie cínica em todo o sentido [...]*”¹⁶. Neste sentido, os egípcios modernos, para D. Pedro II, além de terem uma poesia destituída de metrificacão e contemplada por pensamentos banais, de tocarem instrumentos semelhantes aos dos negros boçais, os muçulmanos provavelmente mais cochilavam e dormiam do que estudavam o Alcorão e diziam asneiras.

É em *Viagem ao Alto Nilo*, diário de sua segunda viagem ao Egito, que D. Pedro II constrói um antigo Egito, traçando, através de seus monumentos e registros encontrados nas paredes, uma histórica com aspectos míticos, religiosos, políticos e culturais. Observamos, ao analisar este diário, a presença de algumas temáticas: descrições de paisagens, onde a geografia e o clima são sempre apontados como fascinantes; conhecimento dos estudos que estavam sendo desenvolvidos, onde constrói um antigo Egito a partir de uma confluência entre o que se leu e o que se viu; e preservação patrimonial e preservação da memória.

Neste sentido, há a presença, nos diários de viagem do imperador, de *dois Egitos*: um antigo e um moderno. Embebido por ideias e conhecimentos oriundos do Velho Mundo, o imperador brasileiro observou o Egito como uma territorialidade que havia sido imponente e esplendorosa em um remoto tempo, vivido há mais de quatro mil anos; entretanto, na modernidade, examinou o contrário: uma civilização decadente, apenas se salvando, neste panorama de hábitos atrasados, aqueles que mantiveram contato com as populações europeias e com os modelos civilizatórios desejados e difundidos, principalmente, pela Inglaterra e França, cujo intuito era levar a “civilização”.

O conhecimento sistemático sobre o passado egípcio, observado no segundo diário do imperador, nos leva a refletir sobre o lugar do antigo Egito em seu pensamento. Este é construído e delineado, por D. Pedro II, a partir de sua ligação com a tradição ocidental e judaico-cristã. Neste sentido, o imperador brasileiro observava não somente o passado do Egito por ele mesmo, mas também por meio de representações ocidentais oriundas de textos clássicos, bíblicos e orientalistas.

D. Pedro II, considerando a si mesmo e o seu império como ocidental, civilizado e ligado à Europa, traçou uma oposição entre “*nós*”, civilizados ocidentais e “*eles*”, os egípcios modernos e bárbaros orientais, reforçando, desta maneira, a identidade brasileira como intimamente ligada ao Ocidente. Neste sentido, sendo o representante do império brasileiro, D. Pedro II, ao classificar o *outro*, classificava a si e à sua nação, tendo como ponto de referência o espaço oriental do saber. Apesar de o Egito maravilhar o imperador por sua antiguidade, delineada pelo esplendor arquitetônico e pelas belas artes, ele acaba assumindo uma posição de desvalorização em sua contemporaneidade, tornando-se um lugar de peculiaridades contraditórias ao que se ansiava para a nação brasileira. Oposto do que se buscava para o Brasil Nação, o Egito era, em suma, um contraponto para a construção identitária brasileira, pautada na ideia de civilização e tendo como aporte o homem branco, sobretudo europeu.

¹⁵ BEDIAGA, B. (Org.). *Diário do Imperador D. Pedro II*. Petrópolis: Museu Imperial, 1999 (Publicação em CD-ROM).

¹⁶ *Idem*.

Banca 2

Resumos

FESTA OU DEVOÇÃO? HERANÇAS IMATERIAIS DA CONGADA EM DIFERENTES REGIÕES DO BRASIL

Aluna: Carolina Carteli da Silva

Orientadora: Roseli Boschilia

Palavras-chave: Congada, manifestação cultural, patrimônio imaterial.

O presente trabalho analisa a manifestação cultural conhecida como Congada, uma comemoração recriada em várias regiões do território nacional que conjuga os espaços do sagrado e do profano, associando festa e devoção. Esta manifestação foi analisada, no período do século XX, por diversos pesquisadores, entre eles os denominados folcloristas, mas foi a partir da segunda metade desse século, com o crescimento das discussões a respeito do patrimônio cultural imaterial, que as pesquisas no campo das ciências sociais começaram a produzir um estudo mais significativo sobre este tema.

A nova historiografia passou a analisar as transformações e privilegiar o papel social e cultural do negro, na construção da sociedade brasileira. E partindo do estudo da contribuição negra para a construção da cultura nacional, a Congada passou a ser um instrumento para se conhecer comportamentos e significados dessa cultura, com o objetivo de não apenas questionar datas, como ocorria anteriormente ou de simplesmente saber quem participava dessas manifestações, mas de problematizar historicamente comportamentos, rituais, e relações de sociabilidade ligadas a esses diferentes grupos.

Nessa direção, o recorte do objeto escolhido para a análise privilegia a Congada em três diferentes regiões do Brasil; Lapa - PR no Sul do país, Catalão-GO Centro Oeste e Serra do Salitre - MG Sudeste.

No primeiro momento a intenção era analisar a Congada em apenas uma região brasileira. Mas, após as leituras bibliográficas sobre o tema percebeu-se que esta manifestação, devido às transformações sociais e culturais esteve sujeita a constantes modificações ou manutenções de suas tradições no decorrer dos anos, passando por um processo de apropriações, similaridades, diferenças e rupturas nas diversas regiões do Brasil. Isto pode ser percebido no enfoque dado a partir desta multiplicidade de apropriações culturais presentes na Congada, sendo possível perceber processos de permanência e de mudança. Neste sentido, a análise desta manifestação cultural em distintas regiões do país possibilita investigar historicamente as diferentes formas de apropriação que a Congada teve e continua tendo no interior da sociedade brasileira.

Se anteriormente o tema da Congada era tratado apenas por antropólogos e folcloristas, a partir do ano 1990, essa manifestação passou a ser analisada também por historiadores. Um dos primeiros trabalhos nesta direção foi realizado por Marina de Mello e Souza. Preocupada não só com a dificuldade de conceituação, mas também na tentativa de traçar os processos históricos, a partir dos quais as festas de coroação do rei congo se constituíram, privilegiando a perspectiva do encontro de culturas diferentes que, em dado contexto de dominação social, produziu manifestações culturais mestiças, a autora aprofundou o conhecimento da história e da cultura da África Centro-Occidental, - Congo e Angola - dos séculos XVI ao XIX, preenchendo assim, uma lacuna nos estudos culturais afro-brasileiras, no que diz respeito às contribuições do mundo banto. Para esta autora, a Congada é em cada ano de sua comemoração um mito fundador de uma comunidade católica negra, na qual a África ancestral é invocada em sua versão cristianizada, elaborado a partir de heranças africanas, e também de apropriação do universo simbólico dos senhores.¹

¹ SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2002. p.20.

A perspectiva de se escrever uma história vista de baixo, resgatando as experiências passadas é muito atraente, mas como diz Jim Sharpe², envolve muitas dificuldades, a primeira gira em torno das evidências ou documentação. No caso da Congada, tida como manifestação cultural relacionada aos negros cativos, as referências documentais devem ser buscadas na transmissão oral que possibilita recuperar a ancestralidade que norteia suas organizações, assim como a herança do universo simbólico e cultural das sociedades africanas. Na definição do antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, a congada é uma criação popular, coletivizada, persistente, tradicional e reproduzida através dos sistemas comunitários de transmissão do saber.³

No Brasil, originada no âmbito das irmandades, as festas assumem formas européias de organização para manifestar valores culturais próprios permeados de valores africanos. Realizada anualmente, a manifestação cultural Congada tem por objetivo principal louvar seus santos protetores, os “santos dos pretos”, como São Benedito, Santa Ifigênia e Nossa Senhora do Rosário.

Os diversos elementos que compõe a Congada são ricos em significados e representam a singularidade de cada grupo. A corte assim como a família real ou reino do Congo é comum em todas as manifestações, o rei, que possui em sua maioria um nome de origem africana, a rainha, príncipes e princesas, são considerados tradição entre os congadeiros possuindo permanência vitalícia. A corte é o grupo de pessoas mais próximo da família real, compondo-se de fidalgos, secretários, cacique, general e capitão, e as crianças que participam da manifestação cultural são sempre chamadas de conguinhos.

O cortejo é o momento que define o início da celebração nas ruas, sempre após a missa realizada dentro da igreja em homenagem ao santo específico, este momento é marcado pelo encontro da corte e dos ternos nas ruas ou praça onde será realizada a homenagem ao santo padroeiro, este também é o momento de entoarem cantos, danças e a encenação. Os *ternos* são os “brincadores” ou soldados, músicos oficiais da festa, os instrumentos utilizados por eles são em sua maioria, tambores, caixa, reco-reco, violão, cavaquinho e pandeiro. O capitão, acompanhado de um bastão e um apito é o responsável por guiar os ternos, marcando assim o ritmo da música. Cada terno pode possuir dez, vinte ou até mesmo trinta pessoas, o que distingue um grupo de terno do outro são as vestimentas, a maneira de se portar no momento do cortejo e o gingado da música, cada qual possui um capitão e um nome, mas todos prestam obediência à família real, que segue sempre a frente do cortejo. A vestimenta da família real é a mais luxuosa, o rei e a rainha possuem coroas e manto, é comum que o rei possua um cetro e a rainha muitas jóias. Mas todos os participantes saem vestidos a caráter para a Congada, as cores escolhidas para as roupas são sempre chamativas e cada traje define nos detalhes o papel dos devotos, por isto é tão importante para os congadeiros estar bem vestido para o grande dia.

A partir deste embasamento, procurei refletir sobre o tema da Congada, com o intuito de investigar como essa manifestação foi apropriada por diferentes grupos que tradicionalmente mantêm essa prática cultural.

Para tanto, me utilizei de fontes bibliográficas, produzidas por autores que refletiram sobre a Congada, a partir da reconstrução da memória e da utilização da metodologia da história oral. Paralelamente fiz uso da documentação referente à legislação do patrimônio cultural imaterial brasileiro, que vem num processo recente, se esforçando para abranger a diversidade cultural do Brasil.

² SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In.: BURKE, Peter (org). **A escrita da História: Novas perspectivas**. Ed. Unesp: São Paulo, 1992. p. 42.

³ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore**. Coleção primeiros passos. Editora Brasiliense, 7º edição, 1986. p.56.

Através de leituras realizadas sobre a legislação do patrimônio imaterial do Brasil, em sua maioria produzidas pelo IPHAN, percebi que o desenvolvimento das reflexões sobre essa questão levou a uma espécie de refinamento do conceito de patrimônio, e a Constituição de 1988 explicita que o patrimônio cultural brasileiro é constituído de bens materiais e imateriais. Desde então há uma intensa mobilização para a formulação de instrumentos e meios de implementar políticas eficazes para a área. Essa mobilização culmina em 2000, com a criação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial e com a instituição do instrumento Registro a ser feito em quatro livros do IPHAN: Celebração, Saberes, Lugares e Formas de Expressão. Autores como Márcia Sant’Anna, Pedro Paulo Funari, Maria Cecília Londres Fonseca, entre outros, foram de vital importância para compreender um tema recente nas políticas brasileira e em constante discussão e pesquisa para a área do historiador.

A partir dessas leituras, foi possível selecionar as obras específicas sobre as Congadas da Lapa/PR, Catalão/GO e Serra do Salitre/MG. Autores como o antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, que pesquisou sobre a Congada de Catalão/GO, o pesquisador José Loureiro Fernandes e a historiadora Cláudia Bibas do Nascimento que analisaram a Congada da Lapa/PR e a antropóloga Patrícia Trindade Maranhão Costa, foram de vital importância para esta pesquisa.

Para refletir sobre as variações existentes em torno da manifestação da Congada, busquei auxílio na história cultural, principalmente em Roger Chartier, que defende que as representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam.⁴ Neste sentido, podemos, interpretar a Congada como prática social, transmitida de forma indireta e construída a partir de apropriações que obedecem aos interesses dos grupos para os quais essa manifestação tem valor simbólico.

A partir destes referenciais teórico-metodológicos, realizei a análise das fontes, estruturando o trabalho em três capítulos.

O primeiro capítulo teve como objetivo traçar um panorama sobre os estudos relacionados ao avanço das discussões em torno do conceito de patrimônio imaterial, que se constitui a partir da pluralidade cultural envolvida neste processo. Esta afirmação nos leva a pensar na constituição do patrimônio a partir de um conjunto de formas de cultura tradicional. Tais formas, chamadas de “obras coletivas” emanam de uma cultura e se fundamentam nas tradições transmitidas oralmente, tornando-se coletivas no “vivido e pensado” do povo. Neste sentido foi desenvolvida uma discussão a respeito da formação do conceito de patrimônio imaterial num contexto nacional e mundial, como também sua relação com o folclore.

O segundo capítulo propõe a investigação da trajetória da manifestação cultural Congada através de análise dos autores selecionados que estudam o tema, assim como a importância das irmandades no período colonial para sua formação e difusão.

Neste mesmo capítulo também foi analisado a história da formação da Congada em cada região, assim como o mito de origem proferido pelas irmandades e pelos devotos, a relação da sociedade em geral com estas manifestações culturais, como também o papel da irmandade no momento da “grande festa”.

O terceiro capítulo contempla as discussões recentes referente às políticas públicas do patrimônio imaterial do Brasil e sua relação com a manifestação cultural Congada. Ainda no mesmo capítulo discutimos as diferenças e semelhanças que a Congada foi adquirindo no decorrer dos séculos, com apropriações próprias de cada região, não podendo ser simplificada como uma manifestação homogênea. O capítulo três também discute o declínio que estas manifestações culturais, de uma maneira geral passaram no

⁴ CHARTIER, Roger. História cultural. **Entre prática e representação**. Lisboa: Difel, 1990. p 17.

decorrer do século XX. O sentimento de perda em relação a uma manifestação cultural tão importante na história do Brasil e a crescente investida de políticas públicas e privadas para achar soluções sustentáveis para que as mesmas permaneçam ativas em suas determinadas regiões.

Por fim, vale destacar que através da análise destas obras foi possível perceber as diferenças entre as manifestações culturais, como a data que é realizada, que apesar de serem comemorações para o mesmo santo seus dias são diferentes nas determinadas regiões, a teatralização no momento de devoção e os personagens que possuem diferentes sentidos, é o caso do *Cacique*, parte da corte da Congada da Lapa - PR ou o *Bordão* em Serra do Salitre - MG, o responsável por guardar o mastro tão importante para marcar o início e o fim das comemorações na cidade.

Enfim, a composição desse trabalho evidenciou que a congada não é uma manifestação homogênea e que suas constituições e apropriações foram transmitidas e aceitas por todos que participam deste momento tão especial para cada localidade. Neste sentido, políticas do patrimônio têm contribuído para maior visibilidade e preservação do patrimônio, longe de considerá-las como algo homogêneo preservando-as dentro da sua diversidade. Sendo assim, parte desta manifestação cultural festa e devoção, uma manifestação plural que diz muito a respeito da cultura forjada pelo negro escravo no Brasil colonial e que, portanto, merece ser preservada e difundida respeitando sua heterogeneidade e riqueza cultural.

A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE CULTURAL JOVEM EVANGÉLICA A PARTIR DA “CULTURA GÓSPEL” NO BRASIL.

A Igreja Evangélica Bola de Neve Church (1980 – 2010)

Aluno: Luis Guilherme de Souza Cavalcante

Orientadora: Karina Kosicki Bellotti

Palavras-chave: *Religião, Juventude, cultura evangélica.*

Tendo como principal característica ser predominantemente constituída de e voltada para Jovens, a Igreja Bola de Neve Church, foco do presente estudo, entra no cenário de sincretismo cultural religioso brasileiro como uma das instituições evangélicas que mais chama a atenção pela singularidade de suas pregações e pelo caráter *híbrido* que suas inter-relações assumiram. Seguindo a abordagem pelo prisma da História Cultural, utilizamos as fontes que foram recolhidas para a pesquisa realizada para o projeto de iniciação científica do CNPq (edital 2010-2011) intitulado “Levantamento de Fontes sobre juventude evangélica no Brasil Contemporâneo (1980 – 2000)”, orientado pela professora dra. Karina Kosicki Bellotti, iniciado em 01 de Agosto de 2010 e finalizado em 31 de julho de 2011, que teve como objetivo levantar fontes a respeito da Bola de Neve Church e da UMADC (União das Mocidades da Assembléia de Deus em Curitiba) e analisa-las relacionando um grupo com o outro à procura de convergências e diferenciações.

Para este trabalho optamos por suprimir as análises mais detalhadas que dizem respeito à UMADC por uma questão de disponibilidade de fontes e abertura do campo de pesquisa. Utilizamos as comparações feitas entre os dois grupos, focando predominantemente na Igreja Bola de Neve, para avaliar através da problematização da juventude no meio acadêmico, da cultura evangélica no Brasil e do *hibridismo* cultural, na forma como ele é concebido como regulador da cultura juvenil na mídia evangélica brasileira, a construção de uma identidade cultural juvenil por parte da instituição, suas estratégias para arraigar e manter os jovens e, principalmente, como estes vêm a si mesmos e se apresentam ao mundo.

Os trabalhos acadêmicos em torno da juventude vêm, há quase um século, trazendo diversas formas de compreender suas identidades culturais. Segundo Afrânio Catani e Renato Gilioli nas últimas décadas, “Na esfera do consumo, há uma imagem construída da condição juvenil como etapa áurea da vida, idade na qual se pode desfrutar do tempo livre, do lazer, do vigor, dos esportes, da sexualidade e da criatividade artística.”¹ Portanto, as expressões juvenis e o modo que são reproduzidas pelos outros setores da sociedade se tornam essenciais para a compreensão dela como um todo.

Apesar da apropriação dos estilos jovens por parte da indústria cultural, as subculturas juvenis seriam, sobretudo, reinterpretações feitas dos rumos do mundo que os cerca. Neste sentido, entre os aspectos inseridos no espaço público que mais influenciam a experiência jovem, a religião é fundamental, e, para além das diferenças sociais e culturais, são eles que têm grandes chances de atualizar os novos sentidos dela na sociedade.

Atrelado à ideia de cultura *híbrida*, um conceito central do trabalho, retirado do livro de Magali Cunha², é o de “cultura *gospel*”. Segundo a autora, “a cultura *gospel* é uma cultura religiosa, um modo de vida construído por um segmento cristão brasileiro – os

1 CATANI, Afrânio Mendes; GILIOI, Renato de Souza Porto. Culturas Juvenis: múltiplos olhares. São Paulo: Editora UNESP, 2008. Página 20.

2 CUNHA, Magali do Nascimento. A explosão gospel: Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil. MAUAD Editora Ltda. Rio de Janeiro, 2007.

evangélicos³”. A autora destaca que para compreendermos o *gospel* como uma expressão cultural, temos que problematizar a articulação dos três principais elementos que o formam: música, consumo e entretenimento inseridos na cultura midiática brasileira.

A música tem um papel fundamental nos elementos que configuram o *gospel* como um fenômeno cultural, ela “dá sentido a esse modo de vida religioso não como simples expressão litúrgica, mas como mediação do sagrado. Na cultura religiosa *gospel*, por meio da música pode-se chegar a Deus e até mesmo pode-se tornar como Deus.”⁴ Consumo e entretenimento formam uma dupla hegemônica que influencia consideravelmente a cultura de mercado neste início de século XXI. Ao lado da mídia, estes espaços de lazer e de consumo de bens aparecem como principais compensações do sistema excludente em que as pessoas vivem e a cultura *gospel* acompanha este fluxo: “No *gospel*, o duo consumo-entretenimento leva a expressão cultural para além da música e a transforma num modo de vida, cuja forte marca é a inserção no mundo moderno”⁵ sem se desvincular da tradição evangélica e da vida religiosa. Cunha defende a tese de que o *gospel* é híbrido porque entrecruza aspectos da modernidade e da tradição, mas não representa um modo de vida que traz em si o novo, a criação, como seus promotores buscam pensar e fazer pensar.

Esta pesquisa, baseada em revisão bibliográfica e estudo de casos, realizou-se por meio da investigação, seleção e coleta de fontes que ilustram a construção de uma identidade cultural jovem evangélica no grupo analisado. Primeiramente, foi feita a leitura da bibliografia a cerca das culturas juvenis e seus estudos mais recentes e da religião evangélica no Brasil, assim como leituras mais relacionadas à metodologia que problematizam conceitos centrais à pesquisa como a própria ideia de *cultura*. Após as leituras, foram analisadas as fontes que nos dariam base para as conclusões.

As fontes foram divididas em: Fontes impressas, os materiais de divulgação em que a BNC se apresenta e se comunica internamente. Fontes orais e oculares, através de entrevistas e pesquisa de campo. E as fontes audiovisuais e iconográficas, manifestações culturais e institucionais através de fotos, vídeos, músicas e sites da internet.

As fontes impressas foram recolhidas nas principais sedes da instituição e em alguns sites da internet disponibilizados pelos próprios membros do grupo. A maioria delas são panfletos distribuídos ou publicados na internet a fim de informar o público sobre os cultos especiais ou para mandar mensagens específicas: cursos oferecidos pelas próprias instituições ou por instituições vinculadas a elas, eventos de lazer, retiros espirituais entre outros.

As fontes orais inicialmente se constituíram na pesquisa de campo feita em três diferentes sedes da BNC no Paraná e na presença do pesquisador em diversos cultos realizados, além da participação no maior evento evangélico da cidade de Curitiba do ano de 2011: a Marcha para Jesus, que ocorreu no dia 21/05 e uniu as principais lideranças evangélicas da cidade, contando com mais de 40 mil pessoas. Também foram feitas entrevistas com jovens evangélicos, estas foram analisadas de modo a contrapor os discursos oficiais implícitos e explícitos com as opiniões e ações individuais dos membros, de modo a identificar as semelhanças e as diferenças que formam o prisma cultural do grupo.

As fontes audiovisuais variam entre sites, rádios, jornais, estações de TV via internet, álbuns de bandas *gospel*, fotos e vídeos de cultos e eventos. Estas foram utilizadas para verificar de que maneira os novos meios da cultura midiática estão se relacionando com as estratégias institucionais e com as manifestações culturais do universo *gospel* brasileiro.

3 Idem, p. 31.

4 Idem, p. 87.

5 Idem, p. 137.

Segundo o site da Bola de Neve Church⁶, a Igreja, fundada em 1993, é voltada para “Proporcionar resgate, libertação e restauração através da exposição e pregação da palavra de Deus” para o que eles chamam de “X-Generation”, que pode ser denominada como a geração nascida a partir da década de 1960, mas principalmente aqueles indivíduos nascidos no final da década de 1970 e durante a de 1980⁷. Portanto, observamos a partir deste discurso oficial da instituição os dois pilares que, de acordo com a própria Igreja, dão base para a construção da identidade cultural do grupo: O dom da cura divina e o foco em uma determinada faixa etária.

Mas de que problemas estes jovens estão sendo curados? De que “doenças” estamos falando? Foi observado que a maioria das pregações e dos testemunhos focam no problema das dependências químicas e nos problemas psicológicos como a depressão, por exemplo. No lugar destas angústias é oferecido aos jovens um ambiente de convivência tranquilo e uma série de produtos culturais que viriam no intuito de aproximar estes ao mundo religioso e afasta-los destes problemas “mundanos”.

Apesar de ser relativamente recente em comparação a outros movimentos cristãos, como o Protestantismo histórico e o Catolicismo, o Pentecostalismo apresenta-se de forma multifacetada após um século de sua existência. “Um fator próprio ao Pentecostalismo é sua capacidade de construção, adaptando-se a novos conceitos e práticas sem promover grandes cismas.”⁸ Para os pentecostais, apesar do fato de que, como no protestantismo histórico, a Bíblia continua sendo o caminho principal para a prática religiosa, uma série de inovações foram sendo construídas com o tempo. A primeira delas foi a glossolalia, onde o crente recebe a habilidade de falar línguas que lhe são desconhecidas, demonstrando a atualidade dos dons do Espírito Santo. “Ao longo das décadas do século XX foram acrescentadas também a cura divina, a batalha espiritual e a prosperidade material. Exceto pela teologia da prosperidade, defendida e combatida ao mesmo tempo dentro do Pentecostalismo, todas as inovações convivem pacificamente em diferentes intensidades”.⁹

A glossolalia esteve presente em todos os cultos analisados. A cura divina esta presente de maneiras diferentes na BNC. A batalha espiritual, pelo foco na luta contra o “diabo” e seus seguidores, também esteve presente durante o período de estudo do grupo. O que nos cabe a destacar é o caráter difuso que a teologia da prosperidade possui nos meios pentecostais e a maneira que a Bola de Neve Church lida com isso.

Em um dos cultos observados¹⁰, foi categoricamente afirmado pelo pastor Victor¹¹ que na Bola de Neve “nós não pregamos o evangelho da prosperidade”, o que é um fato curioso tendo em vista a relação próxima que a Igreja tem com Silas Malafaia¹², um dos pastores de grande destaque na Assembléia de Deus e em toda esfera cristã, conhecido por sua pregação enfática da teologia da prosperidade. “A teologia que adere a esse sistema passa a pregar que os vencedores da grande competição social são os “escolhidos de Deus” e a acumulação de bens materiais é interpretada como bênçãos para os “filhos do Rei””.¹³

Como já foi dito, a cura divina é pregada na BNC como uma das principais formas de proselitismo da instituição. Mas de que problemas estes jovens estão sendo curados? De

6 Fonte 1.

7 Apesar de ter sido observado na pesquisa de campo que jovens muito mais novos, na faixa etária de 14 a 18 anos, compõem uma parte significativa das cadeiras nos cultos.

8 REZENDE, Elaine. Marketing Pentecostal: inovação e inspiração para conquistar o Brasil. Revista de Estudos da Religião junho/2010, p. 21.

9 Idem.

10 Culto do dia 16/01/2011 às 19h45min. na Igreja Bola de Neve Church sede em Foz do iguaçu.

11 Pastor da BNC em foz do Iguaçu.

12 Fonte 4.

13 CUNHA, Magali do Nascimento. A explosão gospel: Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil. MAUAD Editora Ltda. Rio de Janeiro, 2007, p. 182.

que “doenças” estamos falando? Foi observado que a maioria das pregações e dos testemunhos focam no problema das dependências químicas e nos problemas psicológicos como a depressão, por exemplo.

Segundo Magali Cunha “os evangélicos construíram no Brasil uma cultura de repressão do corpo e do todo prazer que pudesse advir dele ou a ele ser direcionado. Numa outra etapa, pressionadas pelo fato de o lazer e a diversão serem parte do quadro das necessidades humanas, as igrejas históricas passaram a permiti-los”.¹⁴ Hoje se observa a utilização destas mesmas formas de lazer antes proibidas para aproximar os fiéis às Igrejas, “o que demarca a diferença desses programas de lazer e entretenimento para outros, com o mesmo formato é que são lazer e entretenimento religioso, em outras palavras é um lazer consagrado”.¹⁵

Na BNC uma gama extensa e variada de produtos culturais são oferecidos aos fiéis. Como parte integrante desta nova “cultura *gospel*” o duo consumo-entretenimento está presente de maneira expressiva e difusa. Podemos constatar que estes produtos são predominantemente oferecidos via internet, a “Bola TV”¹⁶: um canal de televisão on-line que traz diversos programas voltados para o público da igreja, a “Bola News”¹⁷: uma revista eletrônica mensal que ilustra uma série de reportagens e *merchandising*, e a “Bola rádio”¹⁸: que transmite também via internet uma programação musical e um leque de programas tanto gravados como ao vivo, são exemplos desta disposição. Aqui é interessante destacarmos que nos três casos citados acima muitos produtos culturais oferecidos não possuem uma relação direta com a BNC e algumas vezes não possuem relação alguma com a religião evangélica.

Na “Bola TV”, apesar de conter uma seção voltada apenas para pregações e outra para testemunhos, observamos que a maior parte da programação em destaque é formada por reportagens sobre a prática de esportes radicais, competições esportivas e paisagens naturais, tudo isso sem se relacionar oficialmente com nenhuma denominação cristã. Nas edições da “Bola News” analisadas¹⁹, podemos observar uma relação mais estreita com o universo da BNC, isto muito pelo fato de que a revista é produzida pela igreja local e dirigida pelo pastor Marcelo Bigardi (pastor da Bola de Neve Church Curitiba). Porém, encontramos em cada edição uma seção considerável do periódico que traz indicações de livros e filmes que em sua maioria (principalmente os filmes) suas produções não possuem nenhuma relação direta com denominações cristãs e muitas vezes as temáticas também não convergem necessariamente ao universo evangélico²⁰. Na “Bola rádio”, encontramos uma profusão de recursos interativos que fazem alusão à própria rádio e aos seus ouvintes, e, uma parte dedicada a notícias de interesses gerais, na maioria das vezes sem nenhuma relação específica com a Igreja ou com religiosidades, porém, focando nos interesses dos mais jovens, trazendo informações que os proporcionem o entendimento do mundo de uma forma mais “sadia”.

Portanto, podemos afirmar que passa pela estratégia de arraigamento de fiéis da Bola de neve o foco implícito em uma determinada faixa socio-econômica: Aqueles que possuem condições financeiras de alcançar estes produtos culturais e também que valorizam a cultura do entretenimento secular e vêem a convergência desta com o mundo religioso como algo positivo.

14 CUNHA, Magali do Nascimento. A explosão gospel: Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil. MAUAD Editora Ltda. Rio de Janeiro. 2007, p. 202.

15 Idem,

16 Fonte 6.

17 Fonte 7.

18 Fonte 8.

19 Fonte 9.

20 O filme “A Origem”, dirigido por Christopher Nolan e estrelado por Leonardo DiCaprio, aparece em uma das edições e é um bom exemplo do que foi constatado.

A música também ocupa um lugar de destaque na BNC. Entre as pregações e os testemunhos, a banda, geralmente formada por jovens da Igreja local, se apresenta tocando algumas composições de artistas *gospel* de maior alcance mercadológico intercaladas com composições próprias destes jovens. Segundo o *Entrevistado nº1*, um jovem fiel e músico *gospel* de dezenove anos: “A música faz parte do culto, ela é muito importante na hora de adorar a Deus, você coloca o seu melhor ali na música porque está fazendo isto para ele”.

Podemos observar que a Igreja está profundamente inserida na “cultura *gospel*” nacional, prova disto é a presença maciça de artistas e pastores de outras denominações evangélicas nos cultos da Bola de Neve²¹, o que não é tão freqüente em outros segmentos, mesmo tendo sido verificado durante a pesquisa que o jovem evangélico em geral não vê uma separação entre artistas de igrejas evangélicas diferentes, a própria estética dos cultos da BNC possui um apelo musical maior. As imagens da apresentação musical de Rodolpho Abrantes²², ex-componente da banda de “forró-core” Raimundos, demonstram como o culto pode passar de uma pregação aparentemente sem grandes diferenças de outras Igrejas Evangélicas (exceto pelo número elevado de jovens) a um espetáculo típico de bandas de rock “seculares” de grande apelo mercadológico, com grande produção visual e um público eufórico.

Transformar ou preservar? Como unir elementos tão distintos? Daí o hibridismo *gospel*. Não uma mescla que possibilita um elemento de resistência para se sobreviver na modernidade ou para se driblarem poderes hegemônicos, mas a adesão à modernidade e suas tendências sem comprometimento da expressão cultural já conhecida e aprovada no coração da Igreja (CUNHA: 2007: 193).

Inseridos nesse universo de um novo jeito de ser evangélico, a primeira impressão que se tem é que a BNC se diferencia de igrejas como a Assembléia de Deus e se aproxima de outras como a Renascer predominantemente pelo caráter socioeconômico de seus membros e pela herança cultural herdada de seus fundadores e antecessores. Porém, ao analisar profundamente os espaços em que os membros da instituição convivem, vemos que laços estão sendo feitos e paradigmas desfeitos a partir do contato com esta cultura que produz seus próprios ídolos, seus próprios produtos e sua própria linguagem.

A questão central é se esta “nova cultura *gospel*” nacional está mudando o quadro comportamental de alguns jovens evangélicos brasileiros. A minha resposta é que sim, a inserção de outros elementos midiáticos que antes não tinham um papel tão importante no mundo evangélico brasileiro está mudando consideravelmente a cabeça destes jovens e permitindo uma maior abertura às culturas “externas”. Porém, não podemos considerar este fato uma ruptura com os principais paradigmas da religião e os principais elementos que caracterizam estes jovens ainda são os mesmos que o restante da comunidade cristã evangélica.

Os protestantes históricos abriram uma brecha na negação dos prazeres mundanos presentes nas raízes católicas, os pentecostais clássicos entenderam que esta abertura passou dos limites e uma parcela mais recente de evangélicos defendem que o lazer pode existir se for voltado para Deus e cercado pela santidade.

21 Fonte 12.

22 Fonte 13.

AS REPRESENTAÇÕES A RESPEITO DO MOVIMENTO DO CONTESTADO EM ROMANCES HISTÓRICOS

Aluna: Angelita de Paula

Orientadora: Roseli Terezinha Boschilia

Palavras-chave: Contestado; romances; representação

O movimento do Contestado foi uma das mais importantes revoltas sociais brasileiras. Ocorrido durante os anos de 1912 e 1916, este fenômeno social recebeu este nome por ter ocorrido numa região do interior catarinense disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná.

No final do século XIX, as mudanças políticas decorrentes da passagem do regime monárquico para o republicano, associado ao advento da modernização, contribuiu para promover alterações substanciais no modo de vida da população que vivia naquela região.

A construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul pela empresa do norte-americano Percival Farquhar aliada à permissão concedida pelo governo brasileiro à empresa americana para a exploração de terras numa área de aproximadamente 15 km para ambos os lados da ferrovia fez com que grande parte dos caboclos que habitavam aquela região, atuando em regime de parceria, ficassem sem moradia e sem trabalho. Somava-se a isso o desinteresse do governo federal por aquele local.

Essa situação colaborou para que a região servisse de cenário para a eclosão de uma revolta social nomeada então de movimento do Contestado. Neste palco, o aparecimento de um monge conhecido como José Maria fez suscitar naquele povo desiludido a esperança de uma vida melhor. Atuando enquanto um agente social, a figura carismática do monge logo despertou a fé das pessoas. Isso fez com que, após a realização de uma Festa do Divino ocorrida na região de Taquaruçu, em Santa Catarina, os sertanejos não se dispersassem e continuassem na companhia do monge. Acompanhado por um grupo numeroso de seguidores, José Maria decidiu então partir e se manter próximo a um coronel de sua confiança, no território do Paraná. Esse deslocamento foi entendido pelo governo paranaense como uma invasão incentivada pelo governo catarinense, e o exército, a pedido do governo do Paraná, atacou o reduto dos caboclos. Durante o combate ocorreu a morte do monge José Maria e também do coronel João Gualberto, líder das forças do exército paranaense. Após o combate, os caboclos que estavam à volta do monge se dispersaram e voltaram para as terras catarinenses.

Um ano após este primeiro combate, incitados por uma jovem que dizia ter visões do monge, os caboclos se agruparam novamente para esperar pela volta de José Maria. Esta reunião foi vista como uma nova ameaça ao governo federal, e mais uma vez houve o ataque do exército ao reduto. Porém, os caboclos se encontravam organizados e receberam, com armas, as forças do governo. Foi o início dos conflitos armados entre os dois grupos, que se estenderam até o ano de 1916. Neste derradeiro ano, já com os redutos dizimados pela fome e pela miséria, o general Setembrino de Carvalho, que comandava as forças do governo, realizou um último ataque que pôs fim ao movimento.

E é, então, a representação deste movimento que se encontra no foco principal desta pesquisa.

A historiografia referente ao movimento do Contestado mostra que os primeiros relatos sobre o conflito foram escritos durante a própria revolta ou logo após o seu término. As primeiras narrativas são basicamente trabalhos escritos por militares. Nesse campo situam-se principalmente os trabalhos de Demerval Peixoto¹ e o Relatório² do General

1 PEIXOTO, Demerval. *Campanha do Contestado*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. 3 v.

Setembrino de Carvalho, comandante principal da última batalha do movimento. Este, como o próprio título informa, narra, ao seu superior, as experiências e condições do movimento. Conforme atesta a historiadora Márcia Espig, “quase todas as obras sobre o tema (...) vieram a incorporar a fala do General como indiscutível fonte de informação.”³. Inclui-se ainda nesta categoria o trabalho do Tenente Herculano D’Assunção⁴.

Entretanto, é no fim da década de 1950 que aparecem as primeiras análises acadêmicas sobre o movimento. Esses trabalhos, oriundos da área da Sociologia, até hoje constituem referências importantes para quem deseja conhecer o movimento; são reflexos de uma preocupação da academia pelos estudos do homem do interior, e pela mudança de olhar sobre o sertanejo. Os principais autores que fazem parte deste grupo são Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maurício Vinhas de Queiroz e Duglas Monteiro. Data de 1957 a obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz, *La “Guerre Sainte” au Brésil: Le mouvement Messianique Du “Contestado”*⁵. Tal trabalho aborda o movimento do Contestado pelo seu aspecto messiânico e vê os sertanejos “como uma forma de vida específica que deveria ser compreendida através de sua lógica interna”⁶. Já no fim da década de 1960, Maurício Vinhas de Queiroz publica *Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916*, no qual apresenta mais uma vez a questão messiânica, partindo, porém, de um estudo quanto às origens do movimento ligadas à terra. Juntou-se a esses dois autores, na tríade dos mais comentados livros sobre o assunto, Duglas Teixeira Monteiro com seu título *Os errantes do novo século*⁸, também do fim da década de 1960, que observa o movimento sob uma perspectiva religiosa. Ainda fora da História e temporalmente próximo aos trabalhos apresentados, encontra-se o nome do jornalista Nilson Thomé. O escritor catarinense é responsável por um grande número de obras⁹ acerca do movimento do Contestado, obtendo destaque pela paixão demonstrada pelo povo sertanejo.

No entanto é somente a partir da década de 1990 que o tema passa ao interesse dos historiadores. Dentre esses, destacam-se Ivone Cecília D’Avilla Gallo¹⁰, Paulo Pinheiro Machado¹¹, Márcia Janete Espig¹², Liz Andréa Dalfré¹³ e Eloy Tonon¹⁴. Na tese *O*

2 CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro. Imprensa Militar, 1916.

3 ESPIG, Márcia. *Breve estudo sobre o movimento do contestado: a historiografia militar e o caso dos operários da EFSPRG*. Revista Anos 90, Vol. 14, n. 25, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/5407/3064>>, acesso em 10 de Maio de 2012.

4 D’ASSUMPCÃO, Herculano Teixeira. *A campanha do contestado: as operações da columna do sul*. Bello Horizonte: Imprensa Oficial, 1917.

5 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *La “Guerre Sainte” au Bresil: le mouvement messianique du “Contestado”*. São Paulo: USP/FFCL, 1957.

6 DALFRE, Liz Andrea. *Outras narrativas da nacionalidade: o movimento do Contestado*. Curitiba, 2004. 156 f. Dissertação (Mestrado- História) Curso Pós Graduação – Universidade Federal do Paraná.

7 QUEIROZ, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912 – 1916)*. 3ª edição. São Paulo: Ed. Ática, 1981.

8 MONTEIRO, Duglas Teixeira. *Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

9 Citamos aqui principalmente as obras *Sangue, suor e lágrimas no território do Contestado* (THOMÉ, Nilson. Caçador: INCON/Edições UnC, 1992) e *Os iluminados* (THOMÉ, Nilson. Florianópolis: Insular, 1999).

10 GALLO, Ivone Cecília D’Avilla. *O Contestado: o sonho do milênio igualitário*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1999.

11 MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas (SP): Unicamp, 2004.

12 ESPIG, Márcia Janete. *A presença da gesta carolíngia no movimento do Contestado*. Porto Alegre-RS: Editora da ULBRA, 2002.

contestado: o sonho do milênio igualitário, Gallo busca uma visão do movimento a partir da luta pelo desejo de restauração da monarquia. Machado, no livro *Lideranças do Contestado*, aborda ineditamente o movimento por suas lideranças regionais. Espig também inova os estudos do movimento ao abordar a presença da literatura carolíngia para pensar a idéia de monarquia nos sertanejos. Enquanto isso o trabalho de Dalfré, *Outras narrativas da nacionalidade*, busca nas edições do Diário da Tarde, jornal curitibano da época do Contestado, a forma como foi construída a representação do sertanejo. Tonon, por sua vez, com a obra *Os monges do Contestado* trabalha principalmente com a questão da memória na região do Contestado. Destaca-se ainda o trabalho de Marilene Weinhardt¹⁵, na área da Literatura, que busca a análise de discursos ficcionais e não ficcionais sobre o movimento.

Paralelamente às reflexões de cunho acadêmico, o tema do Contestado também suscitou outros trabalhos como filmes, romances e peças de teatro. Nesse projeto, em particular, temos por objetivo o estudo das diferentes representações sobre o movimento do Contestado, bem como de seus principais personagens, a partir de romances históricos escritos sobre o tema.

Para tanto, foram selecionados os romances *Casa Verde* (1962), do autor paranaense Noel Nascimento; *Geração do Deserto* (1964), do autor catarinense Guido Wilmar Sassi e *O dragão vermelho do Contestado* (1998), do também catarinense Aulo Sanford de Vasconcellos.

As análises de obras literárias como fontes devem manter a atenção no fato de que os autores estão inseridos em diferentes contextos que resultam na maneira pela qual estas representações são construídas¹⁶. Tendo isto em vista, nossa problemática busca discutir em que medida existem aproximações ou diferenças entre os romances selecionados para a análise no que tange as representações sobre o movimento de seus personagens, apesar dos diferentes momentos em que foram escritos.

A discussão do uso da literatura enquanto fonte para o estudo da história ancora-se nas referências trazidas pela Nova História Cultural. Este momento na historiografia propõe um estudo das sociedades a partir de suas construções e pretende “enxergar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”¹⁷. Essa nova maneira de pensar a história busca, assim, explicar e entender as sociedades através das representações construídas por elas mesmas. Além disso, busca espaço nos caminhos informais, indo por um viés que não é contemplado pelas formas tradicionais. Um dos representantes desta Nova História Cultural é Roger Chartier.

O autor, no livro *A História Cultural: entre práticas e representações*¹⁸, defende a importância da história cultural para determinar como, em variados momentos, a sociedade é pensada e construída. Além disso, Chartier trabalha com elementos necessários para a

13 DALFRÉ, Liz Andréa. *Outras narrativas da nacionalidade: o Movimento do Contestado*. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

14 TONON, Eloy. *Os monges do Contestado* – permanências, predições e rituais no imaginário. União da Vitória: Editora Kaygange, 2010.

15 WEINHARDT, Marilene. *Mesmos crimes, outros discursos?* Algumas narrativas sobre o Contestado. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

16 Um dos exemplos a respeito destas diferenças é o que ocorre nas várias edições de cada romance. A cada nova publicação ocorrem mudanças que exemplificam o pensamento da época em volta dos responsáveis pela obra.

17 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e história cultural*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2004.

18 CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro; Lisboa: Bertrand Brasil: DIFEL, 1990

análise da literatura enquanto fonte histórica. Primeiramente, o autor expõe a importância de conceber a obra literária não como um objeto fixo, individualizado, mas como um portador de significados que, como tal, deve ser analisada em suas várias relações com outras obras, entre o autor e a obra e entre a obra e seus leitores.

Com o intuito de operacionalizar a análise, o autor trabalha com o conceito de *representação*. Esta, segundo Chartier, significa a transformação, através de signos e imagens, de algo que não está presente em existência. Estas formas de se representar o ausente são diferentemente construídas, feitas por diferentes grupos de pessoas – a construção simbólica está, portanto, relacionada à construção significativa. Esta maneira como as sociedades representam a realidade está diretamente ligado à forma como esta é concebida por tais sociedades, e é isto que orienta as suas práticas sociais. É, portanto a partir do conceito de Chartier que pretendemos fazer a análise das fontes selecionadas.

Os romances aqui analisados foram escritos nas décadas de 1960 e 1990, por autores oriundos de cidades da região do Contestado, sendo dois deles catarinenses, e um paranaense.

As duas primeiras obras foram escritas nos anos 1960, período conturbado da política brasileira, as vésperas do golpe militar, que instalou a ditadura no país. Já o terceiro romance foi escrito no início dos anos 1990, quando a política mais uma vez é decisiva e o Brasil encontra a volta das eleições diretas¹⁹.

Porém, antes da análise das fontes, foram realizadas pesquisas a respeito da própria história do movimento do Contestado e uma revisão historiográfica a respeito do tema, estudo que resultou na escrita do primeiro capítulo da monografia. Em seguida, o método de análise consistiu na comparação, através de quadro comparativo, entre os principais aspectos a respeito do movimento representado nos romances. Estes temas foram escolhidos por representar de uma forma geral os pontos de destaque dentro do movimento do Contestado. E este processo de comparação e análise deu origem ao segundo e o terceiro capítulo deste trabalho monográfico.

No segundo capítulo analisamos as representações a respeito dos antecedentes do conflito, bem como as causas que levaram à revolta. Ou seja, seguindo uma linha cronológica, foram abordados os principais pontos até a morte do monge José Maria considerando as representações sobre os sertanejos, a figura do monge e a primeira batalha. No que se refere ao enredo dos romances, vale destacar a preocupação dos autores em aproximar-se da historiografia e do que as fontes oficiais revelam sobre o tema. É a partir ainda do enredo que eles pensam o movimento do Contestado – há a narrativa ficcional que serve como linha de raciocínio das histórias e o contexto histórico a respeito do movimento é apresentado dentro de uma trama pensada anteriormente. Podemos perceber também neste primeiro momento de análise a presença de personagens fictícios que cumprem a função de corroborar na construção dos argumentos dos autores. Suas histórias se entrelaçam com as dos personagens históricos, porém sua existência é necessária somente durante a permanência do enredo criado pelo autor.

Já no terceiro e último capítulo nos preocupamos com a análise do segundo momento do movimento, que se estende da reunião do povo na região de Taquaruçu um ano após a morte do monge José Maria até o derradeiro ataque do exército aos caboclos. É nesta parte dos romances que a descrição do povo, seu cotidiano e suas motivações ficam mais fortes. E nas descrições sobre o povo os autores deixam transparecer, através de comentários e traços de personalidade dos personagens as suas opiniões, sendo, por exemplo, irônicos a respeito da fé cega dos caboclos. Além disso, é neste capítulo também que analisamos a representação dos personagens mistificados, conhecidos como virgens, e

19 FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

ainda o final do conflito, e a memória que este deixou. A forma como contam as histórias dos personagens mitificados além dos monges, no caso os virgens, também representam a preocupação dos autores quanto à construção de linhas narrativas para contar as histórias de cada personagem específico, o que não acontece com a historiografia. As representações nos romances acontecem de forma mais rica e mais detalhada que na bibliografia.

Tendo a pesquisa realizada em vista, podemos concluir a respeito dos romances históricos sobre o movimento do Contestado que, apesar das diferenças entre os momentos de produção, os livros guardam muitas semelhanças entre si. Primeiramente sobre os sertanejos, os três autores colocam como característica principal de seus comportamentos a fé. A religiosidade é um aspecto predominante entre eles na opinião dos autores. Ainda há a paixão com que os romances são escritos, e isto é recorrente nas três obras. O local de onde estas produções são realizadas é de destaque para se compreender este fato, e podemos observar que por serem catarinenses e paranaenses os autores demonstram uma ligação com a região e com o povo do Contestado que é expressa nos textos.

Também guardam entre si um ponto de vista em comum no que toca ao personagem do monge José Maria. Para os três autores, ele é mais um vilão que um salvador do povo. E não perdem a oportunidade de demonstrar isso a cada insinuação que fazem a seu respeito. Podemos concluir que isso se dá principalmente pela simpatia que os autores demonstram em relação ao povo do Contestado, encarando o monge como alguém que somente trouxe malefícios aos caboclos. Ainda ganha destaque entre as semelhanças a priorização da instauração do regime republicano como um dos principais motivos para a eclosão do conflito. A questão política prevalecendo perante outras motivações, talvez possa ser explicada também pelo contexto no qual os romances foram escritos, sobretudo no início da década de 1960, em que o país vivia num regime de exceção.

Entretanto, os romances ainda guardam entre si também diferenças. A principal delas é no que se refere as batalhas. Como o conceito de Chartier propõe a respeito da representação, nos romances somente o que é mais significativo para cada autor é representado. Noel Nascimento, paranaense, valoriza a fé dos caboclos e suas orações fervorosas, exaltando a religiosidade. Já os autores catarinenses, por sua vez, dão ênfase aos momentos de combate em si e às táticas, valorizando o aspecto guerreiro do sertanejo.

O movimento do Contestado é ainda um tema em aberto, com várias fontes e aspectos a serem explorados. Esta pesquisa pretendeu ser uma contribuição a estes estudos, buscando a pesquisa a partir de fontes pouco exploradas.

CONTRACULTURA NORTE-AMERICANA NOS ANOS 1950: NOTAS SOBRE A PROPOSTA *BEAT*.

Aluno: Sérgio Luiz Rabelo

Orientador: Dra. Karina Kosicki Bellotti

Palavras-chave: Contracultura, Geração *Beat*, Literatura

O objetivo dessa pesquisa foi analisar a literatura *beat* a partir de três obras em especial, o romance *On the Road – o manuscrito original*, de Jack Kerouac, o livro de poesias *Uivo e outros poemas*, de Allen Ginsberg e a autobiografia *O primeiro terço*, de Neal Cassady, procurando visualizar o estilo de vida *beat* como uma crítica ao modelo de progresso que o *American Way of Life* pregava, entendendo-o como uma proposta de vida alternativa a esse modelo.

Sabemos que, a partir do momento que sucede o término da Segunda Grande Guerra, em especial o período entre os anos 1950 e 1970, os Estados Unidos viveram um período de ampla prosperidade econômica, marcada pelo aumento exuberante da produção de bens de consumo duráveis, bem como investimento em infra-estrutura, como estradas, por exemplo. É nessa época que surgem os subúrbios nas cidades estadunidenses e, com eles, o ideal de uma vida suburbana passa a ser o sonho da população de classe média¹.

Essa vida suburbana pode ser caracterizada, entre outras coisas, pelo ideal de estabilidade almejado pelas famílias depois do final da guerra. A impossibilidade de se pensar em um futuro e a insegurança gerada pela perspectiva da guerra dão lugar a um desejo de estabilidade. Mesmo com a perspectiva de uma guerra nuclear que poderia estourar a qualquer momento, em que a classe média buscava empurrar “a ansiedade nuclear para longe comprando novos e brilhantes bens de consumo”², havia a possibilidade de se fazer planos para o futuro, de poder viver com a perspectiva de um *devoir*.

Entre esses bens merece destaque o automóvel, grande sonho de consumo da família suburbana e um dos maiores símbolos de status, liberdade e masculinidade. Marshall Berman lembra que um dos maiores símbolos da modernidade que despontava no início do século XX eram as grandes avenidas que cortavam os centros das grandes cidades, as quais “só podiam ser experimentadas de automóvel”³. Além disso, não esqueçamos que o valor da família também era, aqui, muito presente e valorizado, onde “a vida pacata e ordenada (as famílias domesticadas nas quais mamãe, papai e os dois ou três filhos cujas travessuras nunca os levaram muito além das fronteiras da obediência) era a prova da existência de uma sociedade pacífica”⁴. Caracterizamos, pois, o *American Way of Life*, dos anos 50.

No entanto, o “sonho americano” não foi vivido por todos os membros da sociedade estadunidense da época. O amplo crescimento econômico que o país vivia não chegou às parcelas menos favorecidas da população, separando-as dessa realidade. Essa desigualdade (não apenas econômica, mas também, e principalmente, baseada em uma desigualdade de valores morais e culturais, que não se sustentam mais para toda a sociedade) prepara o cenário para o surgimento de diversos movimentos de contestação nos Estados Unidos já a partir dos anos 1940, como o movimento *hipster* e,

¹ TEIXEIRA, Heitor Duarte. O outro lado do American Way Of Life: o retrato da desilusão através da literatura norte-americana do séc. XX. *Universos de História*. Rio de Janeiro, ano 1, vol. 1, 2008, pp.32-50.

² GOFFMAN, Ken; JOY, Dan. *Contracultura através dos tempos*. Do mito de Prometeu à cultura digital. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007, p. 225.

³ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 283.

⁴ ADELMAN, Miriam. *A voz e a escuta*. Encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea. São Paulo: Blucher, 2009, p. 29.

posteriormente, o movimento *beat*, sem falar nos movimentos negro, feminista e na própria contracultura dos anos 1960.

Embora faça uso do termo “contracultura”, não pretendo nesse trabalho um estudo do movimento assim conhecido, mas sim um emprego conceitual do termo, a partir do conceito de contracultura oferecido por Ken Goffman e Dan Joy, em seu livro *Contracultura através dos tempos*. O conceito proposto pelos autores referidos, em linhas gerais, busca compreender a noção de *contracultura* não a partir de um dado momento ou grupo específico, mas a partir de uma definição mais simples de oposição a um modelo de “cultura dominante”.

Como uma das dificuldades de se aceitar o termo *contracultura* é o fato do conceito, por si só, necessitar de uma definição de *cultura*, que é entendida como dominante, acredito poder pensar essa ideia de cultura dominante a partir do *American Way of Life*, não exatamente enquanto uma cultura dominante, mas como um modelo de padrão a ser seguido, e que, por sua vez, remonta também às tensões entre subúrbio e centro urbano, entre aqueles que usufruíram a prosperidade econômica e aqueles que acabaram deixados de lado, marginalizados.

Para compreender as obras dos autores *beats* à luz do conceito de contracultura, sendo esta a oposição ao padrão estabelecido pelo *American Way of Life*, estas devem ser analisadas também a partir de seu caráter autobiográfico, ou seja, a partir das representações de si mesmos e dos ideais de vida que os autores trazem em seus textos. Os três livros analisados apresentam, em algum momento, essa característica autobiográfica. *On the Road*, em sua versão original, é um romance escrito por Jack Kerouac em um grande único parágrafo, onde ele narra suas experiências de viagem ao lado de Neal Cassady, Allen Ginsberg e tantos outros. No entanto, é necessário lembrar que, embora os personagens do romance tenham os mesmos nomes dos protagonistas dos acontecimentos na vida real, e o desenrolar do livro narre as mesmas viagens que Kerouac teria feito através dos Estados Unidos, não são uma expressão fidedigna dos acontecimentos. Em outras palavras, não são “o que realmente aconteceu”, e sim “como Kerouac vê o que aconteceu”, ou talvez ainda “a forma como Kerouac vê que deveria ter acontecido”. São representações construídas por ele a partir de uma intenção de escrever sobre o acontecimento que antecede o próprio acontecimento, o que, segundo Foucault⁵, cria o ocorrido a partir da criação da narrativa sobre esse mesmo ocorrido. Narrativa essa que segue sua intenção original, não tendo necessariamente que ser fidedigna ao acontecimento “real”, mas sim à construção dele que é feita pelo seu duplo autor, a saber, do ato e do texto. Isso é visível em notas do próprio diário de Kerouac, uma vez que, embora o livro tenha sido redigido “em uma tacada só”, durante três semanas ininterruptas, Kerouac contava com diversos rascunhos e esboços do que viria a ser o livro, bem como uma preocupação constante de como proceder sua narrativa desde, pelo menos, 1948. Ou seja, como lembra Claudio Willer, “Kerouac se pôs a viajar para realizar um projeto literário; escreveu sobre viagens, mas viajou impulsionado pela escrita [...]”⁶.

Uivo, embora constitua-se enquanto livro de poesias, mantém também certa dose de biografia e autobiografia. É difícil localizá-las devido a estarem ocultas por trás de metáforas, tradicionais na linguagem poética, mas, uma vez que se consiga interpretá-las, é possível observar tal característica. O poema *Uivo*, por exemplo, inicia de forma que demonstra a vivência de experiência do autor: “Eu vi os expoentes de minha geração

⁵ FOUCAULT, Michel. Os Assassinos que se conta. In. FOUCAULT, Michel (Coord.). *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão...* Um caso de parricídio do século XIX apresentado por Michel Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1977, pp. 211-221.

⁶ WILLER, Claudio. *Geração Beat*. Porto Alegre: L&PM, 2009, p. 79.

destruídos pela loucura, morrendo de fome, histéricos, nus...”⁷, referência ao período em que passou internado em um sanatório para doentes mentais, onde também veio a conhecer Carl Solomon, para quem o poema *Uivo* é dedicado. Além dessa passagem, diversas outras contêm referências diretas ou indiretas a acontecimentos vividos pelo autor ou membros da *beat*. A partir disso, Ginsberg projeta um comportamento individual. O comportamento regrado não o agrada. No entanto, não era necessário negar a imagem do inimigo. Ginsberg não se sente inimigo da América, e sim dos americanos, pelo menos daqueles que abraçaram o *American way of life* como estilo de vida.

O livro de Cassady é ainda mais direto em sua proposta e estilo autobiográfico. O título de seu livro, *O primeiro terço*, já explica a proposta do autor, que é a de narrar “o primeiro terço” de sua vida. Infelizmente, os outros dois terços não foram escritos devido à sua morte precoce por overdose. No entanto, nesse livro Cassady narra sua infância em Denver durante o período da depressão, começando pela história de seus avós paternos e maternos, passando brevemente pela ascensão e queda de seu pai e culminando no relato de sua infância, crescendo e viajando entre vagabundos bêbados com seu pai. Observamos aqui a escolha e o estabelecimento de graus de importância aos temas relacionados com sua narrativa de vida, característica de narrativas biográficas, em que o seu pai ocupa um lugar de destaque, revelando forte influência no pensamento e modo de viver do filho Cassady. Essa importância que Cassady atribui a seu pai é visível também em *On the Road*, onde “o velho Neal Cassady” (pai e filho portavam o mesmo nome) é frequentemente comentado. Observamos também uma interessante diferença entre as imagens de Cassady construídas por ele mesmo em *O Primeiro Terço* e por Kerouac em *On the Road*, o que demonstra também interesses distintos de identidades almeçadas.

Vemos, portanto, a criação de representações idealizadas de si mesmos a partir dessa prática autobiográfica pelos *beats*. Para pensar essa questão, recorro aos autores Pierre Bourdieu⁸ e Michel Foucault⁹. Bourdieu argumenta que a biografia funciona enquanto uma forma individual de criação de uma identidade social a partir da seleção de acontecimentos de vida e da organização deles em uma ordem lógica, que tem por único ponto em comum sua relação direta com o ser biológico ao qual se referem. Já Foucault procura ver a escrita de si de forma que, ao mesmo tempo em que cria a imagem que se quer passar adiante, também fornece o espelho para que o autor se visualize e à representação que faz de si mesmo. Logo, podemos pensar que os *beats*, ao mesmo tempo em que criavam imagens idealizadas de si mesmos a partir da seleção, organização (e logo, manipulação) de acontecimentos referentes às suas vidas também tinham nessas obras um espelho de si, ou seja, uma forma de passarem de produtores a receptores de suas próprias representações, permitindo o seu aperfeiçoamento.

Além disso, outra característica importante contida nas obras *beat*, que diz mais respeito ao próprio ato de escrever em si, é o papel político desses escritos. No caso específico, a escrita se converte em canal de contestação política pois é através dela que é feita e difundida sua crítica social. Com efeito, não é apenas no seu modo de viver que os *beats* se rebelam contra os ideais do *American Way of Life*, mas também a partir de sua produção bibliográfica, uma vez que sua crítica é feita diretamente a partir dessas obras. Encontramos assim, nas obras literárias *beat*, um canal de formulação de sua crítica à sociedade e uma forma de expressão de sua indignação, bem como um modo de levar às cabeças dos leitores as reflexões sobre o mundo em que viviam. Nas palavras de Antonio

⁷ GINSBERG, Allen. *Uivo, Kaddish e outros poemas*. Porto Alegre: L&PM, 2006, p. 25.

⁸ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In. AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, pp. 183-191.

⁹ FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In. FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992, pp. 129-160.

Carlos Brandão e Milton Fernandes Duarte, a forma como “tentaram oferecer um estilo de vida alternativo ao mundo materialista da sociedade norte-americana”¹⁰. Isso ocorreu a partir de sua revolucionária forma de escrita. Claudio Willer salienta que, como “expressões de liberdade de criação, tais obras romperam com o beletismo, o exacerbado formalismo que dominava a criação poética e o ambiente acadêmico, e com seu correlato, o bom-mocismo da sociedade”¹¹.

Esse posicionamento é visível observando-se diretamente as obras de Kerouac, Ginsberg e Cassady. Em *On the Road*, Kerouac busca levar uma vida sem raízes e sem destino, mantendo-se sempre em movimento constante, opondo-se aos ideais de estabilidade pregados pelo *American Way of Life*. Seus casos de amor, seus empregos, seus destinos e as amizades que faz pelo caminho são passageiros, encerrando-se após decorrido determinado tempo. Um estilo de vida que prega o não apegar-se às coisas mundanas, tanto materiais como imateriais, propondo um aproveitamento da vida como regra máxima, comportamento esse inadmissível frente aos valores morais em voga nos EUA das décadas de 1940 – 1950.

Os poemas de Ginsberg mostram-se um pouco mais diretos em seu descontentamento e, logo, é mais visível sua atuação política. Aliás, o próprio Ginsberg foi o único entre Kerouac, Cassady e ele próprio que participou (e até mesmo liderou) manifestações políticas diretas, militantes, posteriores ao ciclo da geração *beat*, já durante a Contracultura dos anos 1960. No entanto, mesmo mostrando-se mais adepto aos canais tradicionais de contestação política, Ginsberg não deixa de fazê-lo a partir da literatura. Pelo contrário, seus poemas exprimem uma revolta e uma angústia não visíveis em nenhuma outra obra da Geração *Beat*. O pessimismo com que Ginsberg vê o mundo pode ser vislumbrado a partir do retrato detalhado de uma vida marginal e sua não inserção no estilo de vida moralmente aceito que faz em *Uivo*, bem como a crítica direta à política americana e aos princípios norteadores de uma moral que cega as pessoas elaborada em *América*. Na verdade, sua escrita chega a revelar um posicionamento até mesmo niilista. No entanto, é necessário lembrar que essa visão niilista do mundo é histórica, ou seja, é característica de um autor que só faz sentido dentro de um momento histórico específico, bem como sua expressão através da poesia, como Ginsberg faz. Portanto, podemos observar o caráter político do niilismo de Ginsberg a partir dessa afirmação, uma vez que tal expressão interfere na construção da visão política do restante do público, bem como dele próprio.

Já o texto de Cassady demonstra uma presença política diferente. O livro, escrito em forma de autobiografia, se dirige ao passado, ou melhor, busca refletir sobre tempos passados, ao qual se dirige com um misto de nostalgia e revolta. Nostalgia pois relembra com ar saudosista as passagens de sua infância em companhia de seu pai e dos vagabundos¹² que com ele viviam e viajavam, bem como as pequenas “aventuras” infantis. No entanto, constata-se um pouco de revolta ao observar-se que a construção de sua narrativa revela a intenção, mesmo que sutil, de apresentar a sua vida na infância como um importante condicional do que se tornou em sua vida adulta. Seus relatos de sofrimento e dificuldades passados durante a grande depressão, tempo em que vivia no edifício *Metropolitan* com seu pai, as dificuldades para se conseguir comida sendo necessárias

¹⁰ BRANDÃO, Antonio Carlos e DUARTE, Milton Fernandes. *Movimentos culturais de juventude*. São Paulo: Moderna, 2004, p. 32.

¹¹ WILLER, Claudio. Introdução. In. GINSBERG, Allen. *Uivo, Kaddish e outros poemas*. Porto Alegre: L&PM, 2006, p. 7.

¹² O termo “vagabundo” nesse contexto não tem o mesmo significado ligado à ociosidade e preguiça, como ocorre na língua portuguesa. Vagabundo, aqui, está sendo usado para referir-se ao *hobo*, figura mítica norte-americana que trata-se do andarilho sem rumo, personagem comum nos EUA na época da expansão para Oeste.

horas de espera nas filas de “sopão” popular que era distribuído gratuitamente por algumas entidades, e também a própria história de vida de seu pai, sua ascensão e queda, que configura-se como prefácio de seu texto, demonstram a crítica ao sistema, que seria o culpado por essas questões. Logo, a intenção autobiográfica de Cassidy, ainda mais do que criar uma imagem de sua infância, de seu passado, seria justificar sua existência atual, ou seja, quem ele era e como ele vivia no momento de sua escrita.

Assim, o fato de que “tenham demonstrado seu descontentamento ao se identificarem novamente com ‘a estrada’ e a ‘vida desregrada’ da aventura, rejeitando [...] a transformação do ‘sonho americano’ no *American Way of Life* da casa confortável, no consumo vazio e na vida doméstica dos subúrbios”¹³ torna-se visível a partir das obras analisadas. Cair na estrada sem rumo, fazendo uso de drogas, promovendo orgias e escrevendo obras com forma e linguagem coloquiais, buscando a aproximação máxima entre a obra e a própria experiência vivida, contestando os ideais de moral, religião e estabilidade do *American Way of Life*, seriam os ideais defendidos pela *beat* para expressar sua desaprovação aos padrões atuais. No entanto, essas práticas não excluem uma busca por identidade, nem mesmo a presença de um ideal político, apenas os apresenta de uma forma distinta, uma forma que quebra os próprios paradigmas de construção de identidade e de manifestação política vigentes à época.

¹³ ADELMAN, Miriam. *Op. Cit.*, p. 29.

Banca 3 Resumos

O DISCURSO JURÍDICO E A ANTROPOLOGIA CRIMINAL NA ANÁLISE DO RELATÓRIO DO CHEFE DE POLÍCIA DO PARANÁ DE 1912.

Aluna: Clarissa Kogik Gottfried

Orientadora: Roseli Terezinha Boschilia

Co-orientador: Luiz Carlos Sereza

Palavras-chave: discurso jurídico, antropologia criminal, relatório chefe de polícia.

Neste trabalho será realizada uma abordagem acerca do discurso jurídico presente no relatório do chefe de polícia de 1912¹ e sua relação com a antropologia criminal², bem como, com o pensamento exposto nas obras de autores brasileiros do período. Com o intuito de realizar tal tarefa buscou-se a leitura da trajetória do chefe de polícia, em relação ao contexto de época.

Sendo assim, os objetivos desta pesquisa monográfica foram estabelecidos como: a) buscar continuidades e rupturas no confronto entre o saber criminológico do período e o relatório b) analisar o contexto de elaboração do relatório do chefe de polícia; e c) utilizar o aparato metodológico da descrição densa para realizar uma leitura deste relatório.

Com base nestes objetivos, passou a ser analisada no trabalho a leitura dos escritos do chefe de polícia, bem como suas continuidades e rupturas. Podemos destacar aqui que a fonte utilizada neste trabalho foi o relatório de chefe de polícia de 1912 do Paraná, bem como as obras de Tobias Barreto e de Nina Rodrigues.

Justificamos que a escolha do período escolhido para este trabalho se deu com base no momento histórico que o Brasil se encontrava em mudanças políticas resultantes da transformação republicana. O período pós proclamação da república foi estudado em larga escala pela historiografia o que permite, hoje, ao historiador compreender algumas movimentações e apropriações de época, é o caso da percepção da influência de correntes do positivismo que influenciaram a leitura de brasileiros das primeiras década do século XX. Neste sentido, podemos então estabelecer alguns panoramas do contexto social e político do período, tanto brasileiro, como paranaense e curitibano.

Sendo proclamada a República no ano de 1889, buscou-se utilizar os preceitos liberais no contexto brasileiro. Cito, com base na obra de José Murilo de Carvalho,³ a grande reforma social que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, capital do país neste período, como um exemplo da modificação que o país passou neste período. Pois é justamente com estas ideias de progresso positivista que muitas áreas são desocupadas pelo governo para a construção de ferroviárias, em especial na região do porto, para um melhor escoamento de mercadorias.

José Murilo de Carvalho e Nicolau Sevcenko⁴ apontam que com esta retirada da população para outras regiões ocorreu então um grande aglomerado em outras áreas da cidade, sendo este um fator decisivo para a proliferação de doenças. Resta salientar que obviamente a população que foi retirada destes locais eram a de baixa renda, e, em sua

¹ CAVALCANTI FILHO, Manoel B. V. Relatório do chefe de polícia apresentado ao Snr. Dr. Marins Aloes de Camargo, secretario do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba. Typ. da República, 1913.

² Antropologia Criminal neste trabalho é utilizada com base nos preceitos de Cesare Lombroso presentes no livro “o Homem delinquente” e nas obras “Discursos Forenses” e “Princípios de direito criminal” de Enrico Ferri.

³ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo: Companhia das letras, 1987.

⁴ SEVCENKO, Nicolau. Introdução. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil, 3: República: da Belle Époque à era do rádio.** São Paulo: Companhia das letras, 1998

grande maioria, negros e mulatos. É justamente neste sentido que ocorre uma modernização desta sociedade que Sevcenko demonstra que

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte americanos.⁵

Já o Paraná, de economia basicamente subsistência com pouca expressividade no comércio, começa a crescer na década de 1920 com a exploração da erva mate. Quanto à cidade de Curitiba, também neste período, possuía uma relevância econômica devido aos lucros obtidos da produção do mate. E, por mais que sua população não alcançasse números tão grandes como a população do Rio de Janeiro ou São Paulo, era uma cidade que apresentava um grande índice de desenvolvimento, se destacando no país.

O relatório do chefe de Polícia de 1912 do Paraná possui um aspecto peculiar para seu estudo. Primeiramente ele foi escolhido aqui pelo seu conteúdo, é no relatório que se encontram as especificações sobre as prisões ocorridas no Paraná. Além disto, ele cita diretamente Enrico Ferri, utilizando-o de forma direta como base para suas argumentações, e inclusive, glorificando sua obra. Portanto, este relatório possui uma estreita ligação com os estudos da antropologia criminal.

Como embasamento teórico foi utilizado neste trabalho o conceito de descrição densa de Clifford Geertz para uma análise do relatório em seu contexto de produção, bem como, foram também utilizados os conceitos de apropriação e representação de Roger Chartier. Sendo que o conceito de representação⁶ pode ser apresentado como

(..)É um precioso apoio para que se possam apontar e articular (...) as diversas relações que os indivíduos ou os grupos mantêm com o mundo social: em primeiro lugar, as operações de classificação e designação, mediante as quais um poder, um grupo ou um indivíduo percebe, se representa e representa o mundo social; em continuação, as práticas e os signos que levam a reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo,(...)⁷

Nesse sentido o relatório de Manoel Bernardino expressa sua visão de mundo, logo representa a dinâmica social da qual, fez parte durante a escrita. Sua posição de desembargador, chefe de polícia e professor, no entanto, o lança em um jogo de apropriações distinto⁸. Assim foi necessária a introdução uma leitura que auxiliasse a compreensão das diferenças entre as nuances, do relatório, neste sentido Clifford Geertz e a noção de *descrição densa* foi uma maneira de adequar a leitura e relacionar os referencias teórico e metodológico. Afinal

A *descrição semanticamente densa* (...) tem exercido forte atração entre historiadores preocupados menos em fixar "o que aconteceu" do que em construir uma *leitura* do acontecimento quanto ao que ele diz. Em oposição à ingenuidade de uma epistemologia positivista, para Geertz a ação possui um conteúdo simbólico inscrito no discurso social, o que a torna pública e, portanto, passível de descrição de forma inteligível. Esta descrição é uma polifonia

⁵ SEVCENKO, 1998. p.27.

⁶ Para este trabalho utilizou –se o conceito de representação presente neste trecho.

⁷ CHARTIER, Roger. A construção estética da realidade: vagabundos e pícaros na Idade Moderna. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 34.

⁸ Segundo Roger Chartier a análise das apropriações tem relação direta com os processos de interpretações e usos de determinadas práticas sociais e como determinados grupos construíram suas identidades sociais. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, 11(5), 1991, pp. 173-191, p. 180 e 182.

dialógica, "interpretação de interpretações", na medida em que o antropólogo parte das descrições tomadas em segunda ou terceira mãos. Trata-se de "algo modelado" e apropriado a partir de discursos indiretos, diferindo da ficção literária porque seus personagens "são representados como verdadeiros".⁹

A estruturação da base metodológica teve como inspiração, principalmente à análise do relatório, a obra "**O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa**" de Robert Darnton que aborda não apenas um relatório, mas um arquivo completo escrito pelo inspetor de polícia francês, explorando visões de mundo pouco conhecidas até então. Ele se utiliza deste arquivo para entender como funcionava a produção intelectual da época, podendo então se relacionar com o tema aqui apresentado, ou seja, o relatório do chefe de polícia foi utilizado para entendermos os discursos proferidos pelos juristas no período. Assim ao ler o relatório de Manoel Bernardino observa-se a construção de um texto fronteiro, muitas vezes vinculado a fala dos juristas brasileiros, mas também da observação dos homens e mulheres que infringiram as normas de uma sociedade que se moderniza.

E é justamente sobre estes indivíduos que se estabelecem os estudos da antropologia criminal. Ela se baseia, em especial, na ideia de *criminoso nato* de Lombroso, e teve também grande participação não só na produção intelectual brasileira, mas também estrangeira, sendo utilizada como base científica no tratamento dado aos presos pelo relatório. Lombroso, considerado um dos precursores da criminologia estabeleceu em sua obra que os crimes não deveriam ser analisados por meio das ações criminosas, mas sim por meio dos criminosos. Sendo assim, grande parte do seu estudo se dedicou ao corpo e à genealogia destes delinquentes, tentando assim estabelecer um padrão presente nestes indivíduos para conseguir identificá-los antes mesmo do cometimento do crime.

Enrico Ferri, seguidor de Lombroso, estabelece que não seriam somente causas genealógicas que determinavam este sujeito como delinquente, mas também suas condições sociais, como o abandono de menores ou a falta de emprego, problema este diretamente ligado ao relatório de 1912. Ferri então teve grande influência, principalmente na América Latina, por ter residido aqui, participando inclusive na construção de prisões, como a de Buenos Aires. Porém, estas ideias não apareceram somente com estes autores, mas alguns brasileiros também se dedicaram a este estudo cientificista do crime. Neste trabalho, foram abordados apenas dois autores como parâmetros de análise para o relatório. São eles: Nina Rodrigues e Tobias Barreto.

Raymundo Nina Rodrigues se formou em Medicina pela escola da Bahia, e dentre as suas obras foi analisada neste trabalho apenas "**As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**". Tendo realizado um estudo sobre medicina criminal, em diversos momentos seu discurso se confunde com aquele apresentado pela antropologia criminal de Lombroso, inclusive, citando estes estudiosos em seu livro.

Nesta obra, Nina Rodrigues expõe um discurso sobre a diferenciação das raças, e o quão degenerados eram os brasileiros. Por diversos momentos ele compara as raças branca, negra e indígena como uma forma de estabelecer que a noção de justiça e criminalidade para cada uma destas possui um sentido diferente. É interessante apontar também que Nina Rodrigues faz uma análise antropológica das raças brasileiras, utilizando por diversas vezes os ensinamentos de Sylvio Romero. Ele defende ainda a ideia da utilização da antropologia criminal para a elaboração do novo código penal brasileiro, no qual a responsabilidade por crimes deveria ser mensurada de acordo com o grau de degeneração da raça.

⁹ SILVA, Fernando Teixeira da. História e Ciências Sociais: zonas de fronteira. *História*[online]. 2005, vol.24, n.1, pp. 127-166. ISSN 1980-4369. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742005000100006>.

Já na obra de Tobias Barreto “Menores e loucos em direito criminal” ele analisa a questão da maioridade e da loucura no Código Penal Brasileiro. Como jurista, ele aponta que os estudos de Lombroso não são totalmente dispensáveis, mas que deveriam existir limites para seu estudo. Para ele, o pior erro foi Lombroso querer tirar o papel do direito penal na análise do criminoso louco, e estabelecer que somente a psicologia teria poder para lidar com este problema.

Com base nestas leituras e a partir da análise da fonte selecionada, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo versa sobre a formação acadêmica de Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho, e a importância da Faculdade de Direito de Recife¹⁰. Nascido em Pernambuco, se formou em direito, sendo que a escola de Recife foi de suma importância no período, uma vez que de acordo com Lilia Moritz Schwarcz¹¹, no início da República houve uma desvinculação com os estudos jurídicos estrangeiros numa tentativa de se elaborar e estabelecer um pensamento jurídico brasileiro. Ainda neste capítulo é tratada a vinda deste jurista para o Paraná, que ocorre em 1895¹², e a sua inserção no contexto paranaense.

Já no segundo capítulo foi abordada a chegada de Manoel Bernardino em Curitiba¹³, bem como, tentou-se estabelecer um panorama do contexto curitibano neste período. Logo após, foi abordado em detalhes o cargo de chefe de polícia e suas atribuições, e com isto pretendeu-se compreender a função de um documento como o relatório do Chefe de Polícia em uma cidade como Curitiba da década de 1910. Dentre os encargos apresentados pelo cargo, o principal deles seria justamente elaborar este relatório para o Secretário de Instrução Pública, Justiça e Negócios do Interior, demonstrando em um panorama geral a situação das penitenciárias e dos órgãos de segurança pública do estado. Portanto, devemos observar que este documento é um documento oficial, elaborado por um jurista, mas que também tem um caráter político.

Porém, na análise do conteúdo do relatório se fez necessário uma abordagem dos estudos da antropologia criminal para se entender a produção teórica do período. Sendo assim, no terceiro capítulo, foi abordado o relatório propriamente, bem como se estabeleceu um panorama dos estudos da antropologia criminal e de seus reflexos em estudiosos brasileiros, como Nina Rodrigues e Tobias Barreto.

Sendo assim, buscou-se estabelecer diferenças e aproximações do relatório com o discurso da antropologia criminal. Destaca-se aqui que o país passou por uma grande ruptura neste período, sendo que neste mesmo período, a cidade de Curitiba se desenvolvia por meio de seu grande contingente de população imigrante. Assim como no Rio de Janeiro, buscou-se na cidade curitibana uma modernização e um embelezamento, nos moldes da cidade de Paris, que era muito admirada pelos curitibanos¹⁴.

¹⁰ Neste sentido, foi abordado no trabalho grande parte da trajetória de Manoel Bernardino. E, devido à falta de documentação sobre o desembargador, se fez necessário analisar alguns aspectos de sua trajetória de vida por meio da historiografia referente ao período, assim como a utilização de fontes do judiciário auxiliaram a compreender as tarefas e atividades dos juristas no período pesquisado.

¹¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

¹² Foi nomeado magistrado da comarca de Serro Azul. Logo após, é transferido para a comarca de São José dos Pinhais.

¹³ Em 1908, se muda para Curitiba exercendo o cargo de Procurador Geral de Justiça do Estado. Já 1910 é nomeado desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, e em 1912, acumulando ao cargo de desembargador, Manoel Bernardino é nomeado Chefe de Polícia exercendo-o até o ano de 1915 conjuntamente com o título de professor da cátedra de Direito Comercial da Faculdade de Direito do estado do Paraná. Neste mesmo ano ele assume também o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

¹⁴ BENVENUTTI, Alaexandre Fabiano. **As reclamações do povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916)**. 2004. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento

Portanto, com esta modificação na estrutura da cidade, foi necessária também uma mudança nos sistemas de coação e disciplina da população. Neste sentido, as obras de Erivan Karvat e Maria Ines de Boni¹⁵ nos trazem um panorama de como estas modificações ocorreram na cidade e da importância disto nos relatórios de Chefe de Polícia, uma vez que tratam da forma com que os controles sociais, por meio do trabalho especialmente, se davam sobre aqueles indivíduos indesejáveis pelos cidadãos.

Este relatório foi elaborado pelo chefe de polícia do período sendo que foi escrito no ano de 1913, mas se refere à retrospectiva de toda a situação criminal do ano de 1912. Este relatório é apresentado ao secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Dr. Marins Aloes de Camargo e se encontra no Arquivo Público do Paraná.

A análise do relatório apresentou que, já no início, há um relato sobre a ordem pública do estado. No âmbito geral, de acordo com o chefe de polícia, não ocorreram grandes eventos. Em relação ao número de crimes, em comparação com o ano anterior, não tiveram grandes mudanças também. Um dos grandes temas abordados por ele é o sistema prisional estadual, que o chefe de polícia estabelece diversas críticas, dentre elas: as más instalações e a falta de uma separação entre os cárceres. Pois para ele “Não é natural que simples autores de contravenções sejam colocados em cárceres promiscuamente com delinquentes de toda a casta,(...)”¹⁶. Por diversas vezes o chefe de polícia estabelece que a sociedade deve segregar aqueles indesejados, ideia esta que é apresentada na obra de Karvat, o pertencimento à coletividade, por meio inclusive do trabalho, deveria se realizar contribuindo para o organismo social como um todo.

Apontamos neste trecho que observa-se no discurso do chefe de polícia, a necessidade de segregação do indivíduo do convívio social para que ele possa se regenerar por meio de sua pena, voltando a agir de acordo com as regras de civilidade normais e auxiliando no bem social. Neste mesmo sentido, podemos entender que, para Manoel Bernardino, a responsabilidade pelo crime é de exclusividade do criminoso, pois ao ser tratado fora da sociedade, é o sujeito desvirtuado que deve se readequar aos padrões da sociedade. Além disto, o autor sugere que haja uma reforma na penitenciária do Ahú, sendo necessária a adoção da metragem estabelecida na penitenciária nacional de Buenos Aires, que de acordo com Manoel Bernardino, Enrico Ferri a elegeu como um verdadeiro modelo de presídio, não só sob o aspecto científico, mas também social e humanitário.

Ainda, outro aspecto muito importante apresentado no relatório é o que diz respeito aos menores. Para o chefe de polícia, os menores delinquentes não deveriam permanecer presos nos mesmos locais que os demais para não aprenderem os ofícios do crime. Sendo assim, novamente, Karvat aponta que neste período há uma estreita ligação entre a criminalidade e os menores abandonados, pois muitos destes se dedicariam à mendicância e à gaturagem, sem que tivessem a educação suficiente para o trabalho e assim, ficarem longe dos crimes.

Dentro ainda dos parâmetros de modificação que deveriam ocorrer no estado, o relatório aponta justamente para o gabinete de identificação, que naquele período utilizava o novo método de identificação: a datiloscopia. Método este, que é muito admirado por Enrico Ferri, de acordo com Manoel Bernardino. É justamente neste período que se torna obrigatória a identificação do criminoso, e facultativa a identificação dos cidadãos.

de História, UFPR, Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1884/1446>>. Acesso em: 03 jun. 2012.

¹⁵ BONI, Maria Ines Mancini de. **O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. 1985. 281 f Tese (Doutorado) -Universidade de Sao Paulo. Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.

¹⁶ CAVALCANTI FILHO, 1913.p.5.

Como conclusão, podemos estabelecer, portanto que o discurso jurídico de Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti por diversas vezes se relaciona com o discurso da antropologia criminal, o utilizando como embasamento teórico para seus apontamentos. Porém, devemos levar em consideração que este instrumento, por ser um instrumento muito mais político que criminológico, por diversas vezes o criminoso deixa de ser o enfoque principal, sendo substituído por problemas de caráter institucionais do próprio aparato policial. Aspectos estes que se relacionam com as obras de Nina Rodrigues e Tobias Barreto, que discutem justamente o tratamento que deve ser dado aos presidiários, que por diversas vezes está presente no relatório sendo que estes dois últimos textos tiveram um importante papel tanto ao relatório de 1912 como para boa parte das atividades realizadas na área jurídica e criminal da Primeira República¹⁷.

Porém, existem ainda muitos outros aspectos que podem ser estudados com base nestes escritos, mas sendo este um trabalho monográfico, apenas esta breve abordagem já nos dá um panorama sobre este tema.

¹⁷ KARVAT, Erivan Cassiano. **A sociedade do trabalho**: discursos e praticas de controle sobre a mendicidade e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.p.52.

DESASTROSO OU MILAGROSO? O AUTOMÓVEL NA CENA URBANA DE CURITIBA A PARTIR DA PUBLICIDADE E DAS CHARGES DE A BOMBA (1913)

Aluna: Naiara Batista Krachenski

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosane Kaminski

Palavras-Chave: Publicidade, Charges, Modernidade.

Uma propaganda, uma foto, um *outdoor* a todo o momento. A reprodução de uma obra famosa que todos podem ter em casa. É inevitável afirmar que a nossa relação com a imagem mudou drasticamente ao longo do século XX com as novas tecnologias de impressão e reprodução de imagens. Chega a ser até banal constatar que vivemos hoje em um *mundo de imagens*, cercado por elas e dependente delas. No entanto, nós, atores do século XXI, nos esquecemos por diversas vezes que tal relação não nasceu sem percalços. Assim como a interação dos indivíduos com tantas outras modificações tecnológicas. A vida cotidiana com objetos que hoje se nos apresentam como habituais possui sua própria história, cheia de contradições, amores e ódios.

Nesta pesquisa, procuramos entender como a introdução de alguns desses novos artefatos modernos – em especial o automóvel – se apresentou em Curitiba no começo do século XX, uma vez que verifica-se a existência de diferentes projetos de modernização para a cidade nesse período. Procuramos realizar esta tarefa tendo como fontes as imagens que circulavam na revista *A Bomba* de 1913, por si só uma novidade da época, coerente com a expansão das revistas ilustradas no Brasil. Em especial, colocaremos em confronto os discursos visuais das imagens publicitárias dos automóveis BENZ e das charges que ironizavam o automóvel e as mudanças que ele trazia à cidade.

A revista *A Bomba* circulou em Curitiba de junho a dezembro de 1913 e teve um total de vinte edições. Era editada por Marcelo Bittencourt e impressa pela *Typografia Internacional*, situada na Praça Tiradentes, n.27. A revista foi um dos periódicos dessa época que mais deu ênfase à imagem. Seu título possuía um aspecto bem típico do *art nouveau*, com letras desenhadas e sinuosas e em seu interior encontramos várias charges e caricaturas assinadas por ilustradores como Aureliano Silveira (o *Sylvio*), Euclides Chichorro (o *Félix*), Hélio Scotti e K.Brito, por exemplo. O periódico se apresentava ao público como uma revista irreverente. Em suas páginas, encontramos inúmeras charges e sátiras em relação aos aspectos políticos e sociais do período, além de um grande número de propagandas sobre os mais diversos produtos e serviços prestados na cidade. De fato, *A Bomba* é citada pela historiografia como uma das revistas de humor mais representativas deste período na capital paranaense.

O ponto de partida dessa pesquisa foi compreender o conceito de modernidade. O principal autor utilizado para esta discussão foi Ben Singer¹. A partir deste autor, entendemos a modernidade como algo além das esferas política e econômica, sendo também, portanto, um conceito que designa as experiências subjetivas distintas ocorridas no meio urbano graças aos choques de percepção neste novo ambiente – transformado pelas novas tecnologias. Dessa forma, a modernidade pode ser entendida como um *bombardeio de estímulos* que transforma os fundamentos fisiológicos e psicológicos da experiência subjetiva. Nesse sentido, vem à tona a noção da multiplicidade de sentidos que este conceito possuía naquele período. A noção de que a modernidade é definida pelas suas contradições é uma peça chave em nosso trabalho, uma vez que quando analisamos os

¹ SINGER, Ben. “Modernidade, hiper-estímulo e o início do sensacionalismo popular” In CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

discursos humorísticos e publicitários acerca de um objeto moderno como o automóvel percebemos contradições que ajudavam a definir aquele novo momento de transformações da cidade. Além de Singer, as obras de autores como Alain Tourraine², Jürgen Habermas³ e Renato Ortiz⁴ também nos auxiliaram a compreender este fenômeno. Sobre o contexto brasileiro e curitibano da época utilizamos as obras de Ângela Brandão⁵, Clóvis Gruner⁶, Luís Fernando Lopes Pereira⁷, Rafael Sêga⁸, Nicolau Sevcenko⁹, Márcia Padilha¹⁰, Elias Thomé Saliba¹¹ e Marilda Queluz¹².

Além disso, como o nosso trabalho envolve análise de imagem, os autores que utilizamos para delimitar nossa metodologia são pesquisadores não somente da área de História, mas também das artes plásticas e da semiótica. Sobre as teorias a respeito das questões teóricas e metodológicas sobre a imagem, trabalhamos com autores como Martine Joly¹³, Pierre Sorlin¹⁴ e Artur Freitas¹⁵. Em relação à publicidade e à caricatura e sobre as linguagens pelas quais se expressam, utilizamos as diretrizes apontadas por Jean Baudrillard¹⁶, Kim Schrøder e Torben Vestergaard¹⁷, Sylvia Leite¹⁸ e Michele Petry¹⁹.

Dividimos nossa monografia em três capítulos: no primeiro, discorreremos sobre o contexto curitibano no início do século XX, os projetos de modernização da capital e a presença cada vez mais marcante das revistas ilustradas no meio cultural da cidade. No segundo, trabalhamos com as propagandas dos automóveis BENZ presentes na revista A

² TOURAINE, Alain. “Parte I: O Triunfo da Razão” In *Crítica da Modernidade*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

³ HABERMAS, Jürgen. *Técnica e ciência enquanto ideologia*. Lisboa: Edições 70, 2009.

⁴ ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁵ BRANDÃO, Ângela. *A Fábrica de Ilusão: o espetáculo das máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba (1905-1913)*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1994.

⁶ GRUNER, Clóvis. “As letras da cidade ou quando a literatura inventa o urbano – leitura e sensibilidade moderna na Curitiba da Primeira República” In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, volume 23, nº45, janeiro-junho 2010.

⁷ PEREIRA, Luís Fernando Lopes. *O espetáculo dos maquinismos modernos – Curitiba na virada do século XIX ao XX*. Tese de Doutorado. História Social, USP: São Paulo, 2002.

⁸ SÊGA, Rafael Augustus. *Melhoramentos da Capital: a reestruturação do quadro urbano de Curitiba durante a gestão do prefeito Cândido de Abreu (1913-1916)*. Curitiba, 1996. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Paraná.

⁹ SEVCENKO, Nicolau. “A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio” In SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

¹⁰ PADILHA, Márcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.

¹¹ SALIBA, Elias Thomé. “A Dimensão Cômica da Vida Privada na República” In SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

¹² QUELUZ, Marilda Lopes Pinheiro. *Traços Urbanos: a caricatura em Curitiba no início do século XX*. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. São Paulo, 2002.

¹³ JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

¹⁴ SORLIN, Pierre. “Enganosas e Indispensáveis: as imagens, testemunhas da História” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: nº13, 1994.

¹⁵ FREITAS, Artur. “História e Imagem artística: por uma abordagem tríplice”. In *Estudos Históricos – dossiê História e Imagem*. Rio de Janeiro, nº34, julho/dezembro de 2004.

¹⁶ “Significação da Publicidade”. In LIMA, Luiz Costa (Org.) *Teoria da Cultura de Massa*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1969.

¹⁷ SCHRØDER, Kim & VESTERGAARD, Torben. *A Linguagem da propaganda*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

¹⁸ LEITE, Sylvia Helena T. A. *Chapéus de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)*. São Paulo: EDUSP, 1996.

¹⁹ PETRY, Michele. “As expressões gráficas de humor na História: uma metodologia de leitura para as fontes texto-visuais” In *Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Imagem*. Londrina, 2009.

Bomba ao longo do ano de 1913. Após discorrermos sobre algumas questões teóricas a respeito da publicidade, analisamos 5 propagandas veiculadas na revista para compreender quais elementos o discurso publicitário se utilizava para construir suas mensagens. Por fim, no terceiro capítulo, trabalhamos com as imagens humorísticas encontradas na revista que tinham o automóvel como principal objeto das suas zombarias. Na conclusão desta monografia, fazemos uma comparação entre os discursos das charges e das propagandas sobre o automóvel, a fim de compreender como estas duas linguagens auxiliavam na construção de uma mentalidade moderna dos seus leitores, bem como seus aspectos visuais faziam parte de um novo padrão estético constitutivo deste momento.

Entendemos que a característica principal das propagandas dos automóveis BENZ era auxiliar na construção da imagem do automóvel como um objeto moderno, símbolo do progresso técnico e científico, bem como apresentar este objeto ao leitor da revista inserido no cotidiano urbano, aliando sua imagem a uma mensagem de lazer, descontração e status social coerentes com a expansão de novos hábitos de vida aliados à expansão da modernidade. Além disso, como discorremos no capítulo 1, a própria proliferação de periódicos ilustrados no começo do século XX e dos anúncios publicitários que os sustentavam, denota uma pretensão de incrementar o comércio com os valores burgueses europeus e norte-americanos, também associados à ideia de modernidade que se queria construir para a capital paranaense naquela época.

Em um segundo momento, apresentamos as charges veiculadas na mesma revista que tinham o automóvel como o foco de suas zombarias. Nestas representações humorísticas vimos que os ilustradores colocavam à mostra as falhas do projeto modernizador da elite ao evidenciar os aspectos negativos da introdução do automóvel em um cotidiano urbano ainda despreparado para tais transformações.

Deste modo, paralelamente com as discussões acerca do caráter moderno do automóvel – tema por excelência das nossas análises -, procuramos evidenciar o caráter moderno da própria revista ilustrada e as maneiras pelas quais as imagens dos automóveis representavam este ideal não somente pelo seu conteúdo, mas também pela sua composição formal e pelas técnicas de produção. Como discorremos no capítulo 1, houve um importante processo de modernização na indústria gráfica paranaense com a implementação de técnicas de impressão como, por exemplo, a litografia, e com a presença de novas empresas que se dedicavam a este ofício como a *Typographia Paranaense* e a *Litografia do Comércio* o que auxiliava na proliferação das revistas ilustradas na cidade de Curitiba.

Quando voltamos ao estudo do caso norte-americano estudado por Ben Singer, vemos um evidente paradoxo nos retratos da modernidade apresentados pelas revistas ilustradas de Nova Iorque na virada do século XIX para o XX: existia, segundo o autor, uma nostalgia de tempos pré-modernos, teoricamente mais tranquilos, e ao mesmo tempo, uma fascinação pelo horrível, pelo grotesco, pelas novas técnicas modernas. No caso curitibano, entretanto, apresentava-se de outra forma a característica paradoxal entre um passado tranquilo e um presente caótico, visto que a cidade passava por um esforço de modernização, enquanto a economia local ainda era pautada na indústria do mate, de base extrativista e indicativa da importância do “campo” e da propriedade rural. Ainda assim, podemos afirmar que os autores e ilustradores das revistas curitibanas também colocavam à vista dos leitores a falta de relação entre o projeto modernizador da elite republicana que se espelhava em modelos internacionais e a realidade brasileira, mais especificamente curitibana, uma sociedade multifacetada que não havia passado pelos mesmos processos europeus ou norte-americanos de assimilação da modernidade.

Nesse sentido, podemos traçar algumas diferenças entre o discurso visual publicitário e o humorístico:

- Na publicidade, o automóvel e, conseqüentemente a modernidade que ele representa, é apresentado ao leitor como o auge do progresso que chegava ao Brasil e também à Curitiba. O conceito de modernidade apresentado aqui é a modernidade que preza pelo progresso técnico e científico baseado nos preceitos racionais. Dessa forma, o leitor e possível consumidor do produto em destaque terá a oportunidade de gozar do luxo, da praticidade e do status que ele oferece;

- Nas charges, observamos pelo menos dois tipos de discursos, ainda que ambos com a intenção de ironizar as transformações pelas quais a cidade passava. O discurso que é mais evidente é aquele que retrata o automóvel como um perigo aos transeuntes, dado o despreparo dos condutores e da própria infra-estrutura da cidade. No entanto, os ilustradores das charges também ironizam o fato de o automóvel ser um elemento de distinção social que molda as relações entre os indivíduos.

Para além das diferenças semânticas das imagens publicitárias e humorísticas, podemos traçar também importantes diferenças estilísticas em sua composição:

- Uma vez que na publicidade a preocupação é evidenciar o automóvel enquanto um objeto símbolo do progresso técnico e da descontração moderna observamos, pelo menos, duas maneiras formais apresentadas: a primeira é a utilização de um desenho com alusões ao desenho técnico nas propagandas, em que o automóvel ocupa lugar de destaque na diagramação da imagem; uma segunda técnica observada é a introdução do automóvel em um ambiente prazeroso e descontraído, construído por meio de imagens mais lúdicas, expressivas, sem o rigor do desenho técnico. Para tal, os desenhos das propagandas diferem sobremaneira dos anteriores. A imagem do automóvel é parte de uma cena ou paisagem, com cores e formas que podem ser associadas a esta outra interpretação da modernidade;

- As charges, por sua vez, utilizam uma conjugação extrema da linguagem verbal e da linguagem visual. A visualidade das charges aqui estudadas não dá conta de esclarecer a mensagem que pretende passar ao leitor, daí a importância da linguagem verbal para que o processo de compreensão se complete. No entanto, a visualidade do humor não deixa de ser importante por este fato. É a atração pelas imagens e a curiosidade pelo sentido das cenas estilizadas em linhas e cores modernas que leva o leitor ao texto verbal (legendas, diálogos) que acompanha as charges e que conduz a articulação do chiste às situações do seu entorno social. As imagens das charges se diferem das imagens publicitárias porque não apresentam nenhuma pretensão em evidenciar o automóvel enquanto um objeto moderno que só traz vantagens, tampouco os seus agentes como exemplos sociais a serem seguidos. A visualidade das charges traz justamente traços deformados e exagerados, com o propósito de ridicularizar personagens, seus trejeitos e modos de vestir em diversas situações urbanas, e esse escárnio remete a uma desconexão entre a realidade vivida e a expectativa sustentada pelos meios de comunicação da época.

Esta aparente contradição entre as mensagens vinculadas por estes meios visuais nos faz retornar às considerações de Ben Singer. Entendendo o ambiente urbano moderno como um ambiente repleto de estímulos novos – sejam eles visuais, sensoriais, auditivos etc – tentamos compreender este paradoxo de definições da modernidade curitibana como duas faces de uma mesma moeda. A multiplicidade das novidades no meio urbano desta época criou experiências subjetivas diversificadas nos indivíduos que se relacionavam com este novo ambiente. Dessa forma, a coexistência de diferentes discursos acerca do processo de modernização e das transformações sociais e culturais aí implicadas, nesta pesquisa exemplificada pela comparação entre especificidades discursivas das charges e da publicidade, é reveladora de um contexto em transformação, que envolve aspirações políticas e econômicas, inovações técnicas e culturais, mudanças de percepção e de formas de vida.



Quarta capa anúncio automóveis Benz A Bomba nº07 ago/1913



Quarta capa anúncio automóveis Benz A Bomba nº16 nov/1913



Humor visual A Bomba nº07 ago/1913. Ilustrador: Félix (Euclides Chichorro)

Os nossos chauffeurs

Comissário: - Qual é a sua profissão?

Chauffeur (distraindo): - Assassino.

Comissário: - Assassino?!

Chauffeur (caidendo em si): - Quero dizer, chauffeur.



Humor visual A Bomba nº6 jul/1913. Ilustrador: Félix (Euclides Chichorro)

Os milagres do automovel

- Tua mãe é que é o diabo, minha flor, não simpatiza comigo... como há de deixar que nos casemos?!

- O sr. nos convida para passear de automovel que ella deixa.

40 ANOS DO CAMPEONATO BRASILEIRO OU TORNEIO RIO-SÃO PAULO (1971-2011)

Aluno: Thiago de Carvalho Miranda.

Orientador: Luiz Carlos Ribeiro.

Palavras-chave: Futebol, Política, Clube dos 13, Televisão.

O presente trabalho visa discutir o processo de construção do Campeonato Brasileiro de futebol, as interferências do Estado e da Televisão dentro dessa esfera e a hegemonia dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Para tanto, será necessário compreender os motivos da criação, bem como a rede de interesses que se formou ao seu redor; o que consolida alguns clubes, dirigentes e estados brasileiros como superiores. Entender o porquê, as rivalidades e o jogo de interesses que permeia o campeonato, como também, o papel que o Estado brasileiro teve nesse processo, nos traz uma perspectiva da estrutura do futebol no Brasil e sua relação com o campo político e econômico. Assim, lança-se mão de uma perspectiva para pensar o futebol dentro da Nova História Cultural.

Para que seja possível realizar essa análise, será utilizado um arcabouço documental constituído por matérias do periódico Placar: “O Nosso Futebol vai Mudar em 71”, publicada em 16 de outubro de 1970; “O Futebol desses Estados Precisa de muita Ajuda”, publicada em 15 de janeiro de 1971 e “Até que Enfim o Campeonato Nacional”, publicada em 12 de fevereiro de 1971. Estas matérias serão utilizadas para discutir o início e os primeiros passos para a construção do campeonato, a disparidade da correlação de forças dos clubes e estados brasileiros e compreender a estrutura do futebol brasileiro naquele período. Outra publicação do mesmo periódico, de 15 de junho de 1984, relatando a criação do Clube dos 13 coloca-se de importância para o tema. Compreender como os clubes ditos “menores” são cotados pela mídia, principalmente a que se situa nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e tem circulação e abrangência nacional, ou seja, são formadoras de opinião em relação ao futebol no Brasil inteiro. A Revista Placar traz uma edição destinada ao campeonato de 1985, conquistado pelo Coritiba Foot Ball Club, de 9 de agosto de 1985, e outra dedicada ao título do clube Atlético Paranaense em 2001, publicada em 26 de dezembro de 2001¹. O conjunto de leis destinadas à atividade desportiva no Brasil, principalmente a relacionada ao futebol deve ser considerada: Decreto Lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941, que visava regular e centralizar nas mãos do Estado as atividades esportivas; o Decreto Lei n. 6251 de 1975; o Decreto Lei n. 80.228/77, que ratificava a Lei do passe de 2 de setembro de 1976; a Lei n. 8672/93, mais conhecida como Lei Zico, fruto da redemocratização e fortalecendo a iniciativa privada; e o Decreto Lei n. 10.671, de 15 de maio de 2003, conhecido como “Estatuto do Torcedor”².

A monografia divide-se em 3 capítulos. O primeiro, destinado à análise do campo teórico, a definição de campo esportivo e regulação do mesmo como esfera autônoma, outro aspecto importante levantado neste capítulo é o conceito de cultura de massa, que teve seu desenvolvimento quase concomitantemente com o futebol no Brasil e, consequentemente, o papel da TV e do rádio para tal definição e desenvolvimento. A perspectiva teórica sobre o futebol brasileiro como também as origens do campeonato brasileiro, destacando-se a rivalidade e o confronto entre Rio de Janeiro e São Paulo,

¹ Para aprofundar a análise dos títulos dos clubes paranaenses, principalmente a do Coritiba Foot Ball Club foi utilizado o artigo de FERREIRA, Daniel Vinícius, “É Campeão?”: A Trajetória do Coritiba na Conquista do Campeonato Brasileiro de 1985 Segundo a Revista Placar.

² MEZZADRI, Fernando Marinho; PRESTES, Saulo Esteves de Camargo; CAPRARO, André Mendes; CAVICHIOLLI, Fernando Renato; MARCHI JUNIOR, Wanderley. *As Interferências do Estado brasileiro no futebol e o estatuto de defesa do torcedor*. Publicado na Revista brasileira de Educação Física, São Paulo, 2011.

consolidados conjuntamente como os dois polos futebolísticos do país. Por fim, baseado nos estudos de Roberto DaMatta, centrado na distinção entre *éticas únicas e duplas*, será levantado o problema do *dilema brasileiro*³. Já o segundo capítulo, tem por objetivo discutir a organização do Campeonato Brasileiro, o jogo de interesses que permeiam a sua organização e como o Estado Brasileiro contribui para estruturação da esfera esportiva, considerando a relação dialética que se estabelece entre o Estado e as esferas autônomas, mesmo nos regimes ditatoriais. A abordagem da hegemonia e títulos de clubes dos estados de RJ e SP se dá em contraponto aos títulos nacionais dos clubes do estado do Paraná, a discussão em torno da rede de interesses políticos e econômicos que se forma através das federações e clubes e a utilização das fontes, para identificar como é abordado os títulos dos times do Paraná. Um acontecimento importante a se destacar é a criação da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) em 1979 e do Clube dos 13 em 1987. O terceiro e último capítulo discutirá a nova estrutura futebolística proporcionada pela Lei Zico, que será a fonte base de discussão deste capítulo, que transforma e define os times como clube-empresas, para cravar a profissionalização em todos os aspectos no futebol e chegar à racionalização – busca pelo lucro –, portanto, será trabalhada a relação entre empresas e também propostas para aumentar a competitividade do campeonato.

Pierre Bourdieu compreende *campos* como “*espaços estruturados de postos, cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinada por eles)*”. Cada campo possui sua especificidade, eles possuem leis gerais invariáveis que se definem como funções variáveis secundárias. Contudo, o que se compreende de um campo pode ser utilizado para interpretar e questionar outros campos, devido às relações existentes entre eles.

A funcionalidade de cada campo é impulsionada por disputas e jogo de interesses de pessoas dispostas a entrar nessa disputa, para entrar nesse jogo, no entanto, é necessário conhecer as leis gerais que o permeiam, esse conhecimento é denominado *habitus* que dá condição para existência e funcionamento dentro de uma determinada estrutura, pautada numa relação de força entre agentes ou instituições. Quem detém ou monopoliza um capital específico, engendrado num campo, tenderá a utilizar estratégias para a manutenção da ordem estabelecida, por outro lado, os agentes que detém menos poder buscam ações de subversão para mudança da estrutura, dentro de certos limites⁴. Esta lógica que Bourdieu nos apresenta tem extrema importância para compreender a disputa de interesses dentro da consolidação do campeonato brasileiro, bem como sua relação com a esfera estatal e empresas, como redes de televisão.

Destarte, a esfera esportiva é definida através da conceitualização que Norbert Elias dá ao *esporte*. Ele é articulado com a dinâmica social, que vislumbram detalhes específicos tanto do esporte como da sociedade na qual está inserido, é composto e regido por regras e normas bem definidas que impossibilitam tensões no momento de sua prática, proporcionando um equilíbrio. Com regras bem definidas e controladas não há muito risco de divergência entre os participantes. Ele figura como um “*ritual coletivo de intensa densidade dramática e cultural, pleno de conexões múltiplas com a realidade brasileira.*”⁵, a similaridade com a dinâmica social faz com que o futebol torne-se um importante refúgio de pessoas que busquem no esporte qualquer tipo de relação profissional, passional e lúdica.

³ DAMATTA, Roberto. *Carnavais Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar – 1979.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁵ MURAD, M. *Dos Pés à Cabeça – Elementos Básicos de Sociologia do Futebol*. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1996. P, 16.

Em relação à consolidação de uma *cultura de massa* no Brasil, ela se configura como um importante aspecto para estruturação e propagação do futebol. As transmissões radiofônicas e coberturas jornalísticas da mídia impressa no país contribuíram profundamente para que o futebol tivesse tamanha disseminação e adesão, principalmente nas décadas dos anos de 1930 e 1940, essa cobertura chegava à diversas regiões brasileiras, ajudando a consolidar o futebol paulista e carioca⁶. O papel da televisão corresponde uma incorporação de uma estrutura já definida, mas que ampliava sua comercialização e forçava uma profissionalização em relação a cumprimento de datas e horários devido às exigências dos patrocinadores.

O que ocorre é a exaltação da racionalização em detrimento do lúdico, o esporte moderno, segundo crítica de Magnane “*perde seu caráter lúdico para tornar-se uma empresa comercial, sujeitas às regras da propaganda e publicidade*”⁷. Assim o esporte moderno é destinado aos consumidores/espectadores, contudo, “*a ideia de que os espectadores são passivos, por exemplo, foi refutada por vários estúdios (Lasch, 1983; Sodré, 1977; Dunning e Sheard, 1979) que os consideram, inclusive, como parte inseparável do espetáculo.*”⁸. O esporte moderno, no caso o futebol brasileiro, não sucumbiu à comercialização, mas passou a incorporá-los a fim de recriar elementos sacros pertencentes ao campo tradicional.

Muito se discute a origem do futebol brasileiro, alguns dão créditos ao paulista Charles Miller, outros ao Carioca Oscar Cox, mas é notável que o esporte teve uma introdução quase simultânea em diversas regiões brasileiras. No Paraná, a prova documental mais antiga de uma disputa datada em 30 de dezembro de 1905. No entanto, o futebol brasileiro e sua estruturação se deu em torno do eixo Rio-SP, de um lado a capital da república e de outro, o maior polo econômico brasileiro, tornando-se os dois principais eixos no futebol brasileiro, organizando as primeiras ligas, ainda amadoras.

Marcado em suas origens por uma característica elitista e pautando-se numa dinâmica de competição civilizada, em que o *fair-play* é a característica fundamental, o caráter amador era uma tentativa de manter o esporte apenas como uma prática lúdica. Contudo, em 1915 surge o *profissionalismo marrom*, no qual alguns jogadores começam a receber dinheiro de integrantes ricos dos clubes tradicionais para poderem jogar, devido a habilidade demonstrada. O futebol excluía de sua prática pessoas de classes baixas e negros, mas a necessidade de formar um time competitivo e as transformações sociais mudou o panorama do esporte. Muitos dirigentes buscavam bons jogadores, bons resultados e melhora na estrutura, visando também uma ascensão política através do esporte.

O primeiro campeonato que ultrapassou o nível estadual foi o Torneio Rio-São Paulo, fortalecendo ainda mais a competitividade e o futebol desses dois estados. A disciplinarização das ações sociais e o controle do espaço público estavam em pauta no mesmo momento em que o torneio ganhava fama e força. Esses elementos propiciaram ao primeiro governo de Getúlio Vargas constituir uma ideia de verdadeira identidade nacional, centralizada e unida; o esporte não fica de fora dos planos do Estado, que agora figura como principal agente da sociedade. Ele condiciona todas as esferas sociais e o poder político é constituído pelo poder econômico e ideológico. “*No Estado totalitário*

⁶ JÚNIOR, Hilário Franco. *A Dança dos Deuses: Futebol, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. P, 79.

⁷ MAGNANE, Georges in HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e Cultura de Massa no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. P, 38.

⁸ *Ibidem, idem.*

toda a sociedade está resolvida no Estado, na organização do poder político que reúne em si o poder ideológico e o poder econômico. Não há espaço para o não-Estado.”⁹

Foi obedecendo a essa lógica e o reconhecimento do futebol em território nacional que em 1933, Getúlio Vargas cria a profissão de jogador e institui o Torneio Rio-São Paulo, demonstrando claramente a intervenção do Estado na esfera esportiva. Em 1941 cria o Conselho Nacional de Desportos (CND) pelo decreto-lei n. 3.199, que tinha a pretensão de utilizar os esportes em benefício aos interesses políticos do governo. Vargas interveio diretamente na estruturação autônoma do futebol e modificou a correlação de forças entre os clubes filiados a Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Em 1967, já no regime militar, criou-se um campeonato envolvendo clubes de cinco estados do Brasil – Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – conhecido como Robertão. O governo demonstrava nítida intenção de centralizar os poderes utilizando, como Vargas, todas as esferas ativas da sociedade. Mas ainda havia um déficit financeiro no caixa dos clubes e os campeonatos eram desorganizados e mal estruturados.

No cerne da estrutura do futebol encontrava-se um grande problema, que permeava a vida em todas as escalas na sociedade brasileira, evidenciado por Roberto DaMatta; a existência de uma *ética dupla*, que regula a vida em sociedade. Este problema denominado *dilema brasileiro*, consistia de um lado, o *domínio moderno* que encontrava e buscava um ideal de igualdade, direitos e leis impessoais e universais, bem como a racionalização das atividades da sociedade; e o *domínio tradicional* que é pautado pela ética da hierarquia, baseada nas relações pessoais, privilégios familiares, paternalismo e conexões sociais¹⁰. Os clubes conviviam com uma profissionalização dos jogadores, mas a parte administrativa ainda era ligada ao tradicionalismo, a paixão e relações pessoais, obtendo benefícios devido estas relações, tirando o caráter igualitário de disputa do esporte moderno. Após a década de 1970, esta estrutura começou a se mostrar cada vez mais inoperante, principalmente diante da modernização administrativa do futebol europeu e da diferença de salários pagos aos jogadores no exterior.

Os clubes reclamavam da desorganização dos campeonatos: a falta de um planejamento na elaboração do calendário, interrompendo competições e sobrecarregando jogadores e torcedores, mudanças repentinas dos regulamentos e tabelas no meio das competições. Está desorganização refletia um sentimento de anomia e quebrava a magia do ritual esportivo. O fim da década de sessenta e começo da setenta foi marcado pelo *milagre brasileiro* que consistia num fenômeno econômico no Brasil e a economia nacional teve taxas elevadíssimas de crescimento, com o PIB marcando 11% de alta. Ao lado dessa modernização o regime militar buscava ampliar a unidade nacional, diminuir o poder das elites locais e, a exemplo de Vargas, centralizar o poder. Para tanto, foi preciso um poder de barganha que teve como base benefícios financeiros e construção de estádios para dirigentes de clubes e federações estaduais.

O tão reivindicado Campeonato Nacional surge em 1971, teve como vencedor o clube Atlético Mineiro e definindo de vez a falência dos campeonatos e federações regionais¹¹. Em 24 de setembro de 1979 é criada a Confederação Brasileira de Futebol, uma administração exclusiva para o futebol, mas ainda o poder estava centralizado nas mãos do Estado e o regime afetava a organização. Em 1975 foi aprovada a lei 6.251 que,

⁹ BOBBIO, Noberto in MEZZADRI, Fernando Marinho; PRESTES, Saulo Esteves de Camargo; CAPRARO, André Mendes; CAVICHIOILLI, Fernando Renato; MARCHI JUNIOR, Wanderley. *As Interferências do Estado brasileiro no futebol e o estatuto de defesa do torcedor*. Publicado na Revista brasileira de Educação Física, São Paulo, 2011.

¹⁰ HELAL, Ronaldo. *Passes e Impasses: Futebol e Cultura de Massa no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. P, 28.

¹¹ *Ibidem*, p. 52.

entre outras medidas, institucionalizava o voto unitário nas federações e confederações, num claro jogo político para agradar oligarquias regionais através do futebol. Foi então que a célebre frase ganhou fama: “Onde a ARENA vai mal, um time no nacional”, quando em 1978 e 1979 o Brasil viu os campeonatos mais inchados de sua história, com 74 e 94 clubes respectivamente. O Estado contribuía para a crise e nem mesmo a CBF conseguiu organizar campeonatos mais racionais devido à *ética tradicional* e a cobrança por um campeonato mais competitivo que agradasse os grandes era recorrente.

Em 1987 surge o Clube dos 13 reivindicando uma organização mais racional, motivados pela redemocratização, que tinha como aspecto uma maior autonomia civil, as exigências passaram a ser, também, uma maior autonomia das entidades esportivas frente o controle do Estado. Em 1993 temos a aprovação da Lei Zico, transformando os clubes em clubes-empresa, visando uma maior competitividade e reestruturação financeira dos clubes. O C13 negocia separadamente com a TV Globo e outras empresas a questão do patrocínio, até 1987 não havia transmissões ao vivo das partidas de futebol e até maio de 1982 o patrocínio nos uniformes era proibido. Uma melhora nas receitas e no fluxo de caixa dos clubes foi percebida. As transmissões televisivas contribuíram para permanência da estrutura competitiva, os clubes estabelecidos como grandes possuíam um maior número de torcedores, reconhecidos agora como *consumidores*, e na lógica racional entre empresas os clubes grandes davam mais renda para patrocinadores e TV, que controlava a distribuição de renda frente ao C13 e a CBF, não teve grandes mudanças na questão da disputa por títulos a nível nacional, Verificando a lista dos campeões de 39 edições (exceto o campeonato de 1987 que teve dois campeões, Sport e Flamengo) constatamos que 12 deles (30,7%) são do Rio de Janeiro e 17 (43,5%) são de São Paulo. Ou seja, mais de 74% dos títulos do Campeonato Brasileiro foi conquistado pelo eixo Rio-SP¹².

Nesta lógica, o campeonato brasileiro ainda permanece com uma estrutura que favorece clubes de São Paulo e Rio, devido à distribuição de renda, valorizada em relação ao número de torcedores/consumidores espalhados pelo Brasil, garantindo mais verba aos clubes que possuem grande número de torcedores e preferidos pela TV devido a maior facilidade de lucro, tanto por parte das emissoras como dos patrocinadores. Outro fator é a concentração da mídia esportiva nacional nos estados citados, dando repercussão desfavorável aos clubes que não pertencem ao eixo, como zebra, no caso do Coritiba e Atlético Paranaense, em que as fontes demonstram claramente que a obtenção do título foi um mero acaso do destino. Outro aspecto que marca a organização dos campeonatos é a utilização do futebol como campo político, neste caso, onde há mais torcedores há mais eleitores, para tanto, os estados mais populosos e mais ricos, que conseguem impor sua cultura como nacional acabam se destacando. Uma medida para equilibrar ainda mais o campeonato e torna-lo mais disputado é uma distribuição de cotas de TV equilibrada, favorecendo a lógica de oferta e consumo imposta pela *ética moderna* e dando, ao fim do campeonato, um montante financeiro de acordo com a posição obtida pelo clube, como ocorre na Inglaterra. Discutir uma esfera que o lado passional é tão destacado e atrelado a vários outros fatores pode-se nos levar a uma leitura da sociedade brasileira ao passo que ela se conecta a outros temas de modo semelhante, como a esfera econômica e política.

¹² RIBEIRO, Luiz Carlos. *Brasileirão ou Torneio Rio-São Paulo?* Núcleo de Estudos Futebol e Sociedade – UFPR, 2011.

Banca 4

Resumos

PROPOSIÇÕES DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA NA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968: ALGUNS ELEMENTOS

Bruna Estevão Costa Oliveira

Orientadora: Joseli Maria Nunes Mendonça

Co-orientadora: Nadia G. Gonçalves

Palavras-chave: Reforma Universitária 1968; ESG; Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

O trabalho proposto tem por objetivo identificar *se* e *como* as propostas da Escola Superior de Guerra (ESG), sistematizadas em seu Manual Básico, estão representadas na Reforma Universitária de 1968, consubstanciada na Lei 5.540/68.

A Reforma Universitária foi intensamente discutida ao longo dos anos de 1960, tanto por estudantes quanto por professores. A necessidade de tal renovação no âmbito da educação superior era sentida e necessária a todos do meio acadêmico. Entretanto, tal reforma foi gestada e finalizada em um contexto autoritário, no qual a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento orientava fortemente as políticas então estabelecidas.

A Escola Superior de Guerra foi criada como um instituto de pesquisa que envolvia civis e militares e propunha diretrizes e estratégias para o Desenvolvimento e a Segurança nacional. A Reforma Universitária de 1968, apesar de reivindicada por civis, foi feita por militares. Nesse contexto, durante o Regime Militar Brasileiro, a ESG e suas propostas sistematizadas em seu Manual Básico, tiveram papel fundamental na direção política do país, além de no direcionamento da política educacional brasileira, naquele período.

A metodologia adotada neste trabalho consiste na análise de fontes primárias, tais como: a Lei 5.540/68, o Manual Básico da ESG, além de outros documentos e decretos, relacionados ao tema e que venham a melhor subsidiar o objetivo estabelecido. A intenção da análise foi buscar entender como a educação está representada no Manual Básico da ESG e, a partir disso, observar de que maneira essa representação está ou não presente na Reforma Universitária de 1968. Para tanto, utiliza-se o conceito de representação estabelecido por Chartier, no qual a forma como a sociedade representa a realidade consiste no modo como ela é assimilada por esses indivíduos. As formas de representação são construídas diferentemente por cada grupo de pessoas. Segundo Chartier, a compreensão através da representação se dá por meio de três modalidades:

(...) de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe.¹

Entende-se, portanto, que a educação está representada no manual Básico da ESG, conforme a visão de mundo dos militares, que regiam o governo do país no período, cuja orientação predominante estava consubstanciada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. A partir disso, o presente trabalho busca observar quais eram os objetivos da educação, segundo a concepção desse setor dirigente da sociedade e como/se eles estão representados na Reforma Universitária de 1968 e outros documentos a ela referidos.

¹ CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Revista das revistas. Estudos Avançados, 1991, p.183. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n11/v5n11a10.pdf> (acesso em 30 de maio de 2012)

O trabalho estrutura-se em três capítulos através dos quais busca-se expor o contexto no qual a Reforma Universitária está inserida; as reivindicações que estavam sendo feitas no âmbito das universidades; os relatórios elaborados a pedido do governo a respeito da Reforma; a Escola Superior de Guerra – seu nascimento, seus objetivos e seu funcionamento; a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento; O Manual da Escola Superior de Guerra e as conceituações que ele apresenta; e as relações entre as proposições da ESG e o que está presente da Reforma Universitária de 1968.

O primeiro capítulo apresenta uma breve contextualização do início do Regime militar brasileiro até sua medida mais repressiva, o AI-5. Segundo Boris Fausto, “o movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado, aparentemente, para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia”². Para manter a aparência democrática, “o Congresso não foi fechado definitivamente (embora tenha sido mutilado) e o Judiciário continuou a funcionar, ainda que como apêndice do Executivo”³. Medidas autoritárias são uma constante na história do Brasil, segundo Germano, “na verdade, a denominada ‘Revolução de 1964’ se constituiu, pois, numa restauração da dominação burguesa, confirmando-se aquilo que tem sido uma constante na nossa história política: continuidade, restaurações, intervenções cesaristas, transformismo, exclusão das massas populares, autoritarismo”⁴

Através dos chamados Atos Institucionais (AI), o governo militar buscou fortalecer o Poder Executivo, de modo que os demais poderes (Judiciário e Legislativo) ficassem submetidos a ele.

Com o decreto do Ato Institucional nº5, em 13 de dezembro de 1968, a ditadura civil-militar brasileira⁵ atinge sua fase mais repressora e violenta. O Estado atinge o grau máximo de autonomia, no que diz respeito ao seu aparato repressivo e às Forças Armadas⁶

O AI-5 não teve a sua ação limitada no tempo⁷; ele se tornou permanente, duradouro, como se fosse uma espada de Dâmocles a pairar sobre os setores oposicionistas da sociedade civil. Em tal contexto, todas as pessoas foram transformadas em inimigos potenciais do Estado.[...] As forças repressivas passaram a atuar sem nenhum controle, abrindo o caminho para a instauração do terror do Estado: prisões arbitrárias, torturas e assassinatos de presos políticos faziam parte da cena brasileira da época. Ao lado disso, foi instituída a censura à imprensa, à educação e à cultura⁸

O uso do termo ditadura civil-militar, adotado neste trabalho, está em acordo com os novos estudos historiográficos, que levam em consideração a participação civil no período ditatorial brasileiro. De acordo com Nádia G. Gonçalves,

Por muitas décadas a expressão ditadura militar foi utilizada. Ela trazia a compreensão de responsabilidade quase que absoluta dos militares por todas as mazelas políticas, sociais e econômicas daquele contexto, desconsiderando a participação efetiva de civis, e mesmo a adesão – ou ao menos omissão e

² FAUSTO, Bóris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006, p. 257.

³ GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1994, p. 55.

⁴ *Ibid*, p. 53.

⁵ Cabe ressaltar que a ditadura civil-militar brasileira foi a mais duradoura da América Latina.

⁶ GERMANO, 1994.

⁷ Os demais Atos Institucionais tiveram, em sua promulgação, o prazo de vigência.

⁸ *Ibid*, p.66.

passividade – de grande parte da população brasileira a ideais, ideário e realizações dos governos militares do período⁹

A Escola Superior de Guerra é criada antes do início do Regime Militar ser instaurado no Brasil, entretanto, é nesse período que suas ideias são mais utilizadas, tendo em vista que a maioria dos militares governantes do país possuem formação nessa Escola.

Após a experiência da II Guerra Mundial, muitos países viram necessidade na criação de espaços, destinados à elaboração de planejamentos contra inimigos externos e internos. A Escola Superior de Guerra brasileira foi criada em 1949, através da Lei 785/49, sob os moldes da escola norte americana *National War College* e estava subordinada diretamente ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas. Segundo a Lei de criação da ESG,

Art 1º [A Escola Superior de Guerra, instituto de altos estudos seria] destinado a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional.¹⁰

No interior da ESG, há a formulação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Segundo Alves,

Trata-se de abrangente corpo teórico constituído (...) de diretrizes para a infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e planejamento administrativo periódicos¹¹

O segundo capítulo busca tratar da Reforma Universitária, abordando as medidas oficiais que resultaram em relatórios – cujos conteúdos estão, em grande parte, presentes na Reforma – além de fazer um panorama do nascimento da Universidade no Brasil e apresentar quais eram as reivindicações do meio acadêmico e, destas, quais foram atendidas pela Reforma.

Buscando estudar as estruturas da Universidade para a futura Reforma, estão os relatórios: “Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira”, conhecido como Plano Atcon, de 1966, o “Relatório Meira Mattos”, de 1968, e o relatório do “Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GRTU)”, também de 1968.

Promulgada pela Lei nº 5.540/68, constata-se que a Reforma Universitária atende a reivindicações do meio acadêmico, entretanto, não podemos desconsiderar que tais exigências eram distintas para o setor civil – que a reivindicava, e para o Estado Militar – que a instituiu. Segundo Nadia G. Gonçalves, na concepção de Desenvolvimento da Doutrina, a educação contribuiria para o Desenvolvimento, tendo em vista que tornaria acessíveis à população, a cultura e o trabalho¹². Ainda segundo a autora, “no manual da ESG, destaca-se ‘a importância fundamental da educação do homem como investimento mais produtivo para o desenvolvimento’”¹³. Portanto, a reforma da Universidade sob a ótica do Estado estaria mais voltada para o desenvolvimento do país, o que contribuiria para a Segurança Nacional, do que propriamente para a modernização reivindicada pelo âmbito acadêmico.

Entretanto, a Reforma Universitária de 1968 não deixou de apresentar também questões que eram reivindicadas pelo setor civil da sociedade, desde os anos de 1960:

⁹ GONÇALVES, N. G. . A Escola Superior de Guerra e a Lei 5692/71: educação e a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, p.8. Disponível em: www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/conteudo/file/423.doc (acesso em 30 de maio de 2012)

¹⁰ BRASIL, Lei nº 785/49 de 20 de agosto de 1949. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109474/lei-785-49> (acesso em 30 de maio de 2012)

¹¹ ALVES, Maria H.M. *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). Petrópolis-RJ : Vozes, 1984, p.35.

¹² GONÇALVES, op. cit. p.8.

¹³ Ibid, p.10.

Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. Para atender a esse dispositivo, criou-se uma política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal¹⁴

O terceiro e último capítulo busca relacionar os temas trabalhados até então, apoiando-se no conceito de representação, abordado por Chartier. Desse modo, é feita uma análise do Manual Básico da ESG de 1975, que contém elementos componentes da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, e sua relação com a Reforma Universitária, além da utilização de outros documentos que venham a completar essa relação.

O Manual Básico da ESG apresenta importantes conceituações como a de “Operações Psicológicas”, que:

(...) compreendem as ações políticas, militares, econômicas e psicossociais planejadas e conduzidas para criar um grupo – inimigo, hostil, neutro ou amigo – emoções, atitudes ou comportamentos favoráveis à consecução dos Objetivos Nacionais¹⁵

E desta forma, estão associadas à disciplina de Estudo dos Problemas Brasileiros, criada para o Ensino Superior, objetivando a disseminação dos ideais da Doutrina de Segurança Nacional.

Além disso, temos que a economia capitalista que orientava o período preocupava-se com a formação de profissionais que viessem a colaborar no desenvolvimento do país e no conseqüente acúmulo de capital. A educação, portanto, deveria estar direcionada a esse objetivo. Observa-se na Reforma Universitária a tentativa de adequar a formação acadêmica as demandas do mercado de trabalho.

Art. 23. Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho.¹⁶

Ainda no que diz respeito a formação voltada ao mercado de trabalho, encontra-se a Lei 464/69 que:

(...) estabelece normas complementares à Lei 5.540, visando adequá-la ao AI-5. Em seu Artigo 2º explicita claramente que “será negada autorização para funcionamento de universidade (...) ou estabelecimento isolado de ensino superior quando (...) não corresponda à exigência do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional”. Apesar disso, abria uma exceção ao ficar que a “disposição deste artigo” não se aplica nos casos em que “a iniciativa apresente um alto padrão”¹⁷

Tendo em vista essa nova configuração do campo educacional superior e o contexto de controle ideológico no qual estava inserido, entende-se que a universidade deixa de comportar seu papel de local formador de opinião pública e passa ao de formador de mão-de-obra. Segundo Germano, a reforma “tentou inviabilizar, a todo custo, um projeto de universidade crítica e democrática ao reprimir e despolitizar o espaço acadêmico”¹⁸

Compreende-se, portanto, que o âmbito educacional foi alvo de especial atenção durante a ditadura civil-militar e encontra-se presente nas “(...)diretrizes Doutrinárias da ESG, mas não como as [Educação e escola] responsáveis principais pelo fomento do Desenvolvimento”¹⁹. Entretanto,

¹⁴MARTINS, C. B. C. . A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado do Brasil. *Educação e Sociedade*, v. 30, p. 15-35, 2009, p. 16.

¹⁵ ESG. DEPARTAMENTO DE ESTUDOS. *Manual básico* – MB - 75. Rio de Janeiro: ESG, 1975, p. 316.

¹⁶ BRASIL, Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5540.htm (acesso em 30 de maio de 2012).

¹⁷ GERMANO, op. cit. p. 140.

¹⁸ Ibid, p. 123.

¹⁹ GONÇALVES, op. cit. p. 12.

observa-se que as medidas educacionais do período foram voltadas aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, buscando a formação de mão-de-obra na intenção de impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento do país, além da clara tentativa da despolitização das universidades, retirando seu papel de espaço de discussões e formador de opiniões – elementos esses contidos na Lei 5.540/68 que buscou reformar o Ensino Superior brasileiro, atendendo a várias reivindicações de indivíduos desse meio, sem menosprezar os objetivos do governo.

UM CONSENSO HISTORIOGRÁFICO? OS ESTUDOS POPULACIONAIS NO MESTRADO EM HISTÓRIA DA UFPR ENTRE 1972-82

Guiosepphe Sandri Marques

Orientador: José Roberto Braga Portella

Palavras-chave: História Demográfica; paradigma; História Regional

As condições necessárias para qualquer produção científica ultrapassam o próprio âmbito acadêmico, sendo colocadas, comumente, como neutras e dissimuladas. Estudar o paradigma em História Demográfica não é mexer só com a produção de textos ou entender as técnicas e metodologias correntes à época. Há toda uma esfera política, cultural e econômica que também se faz presente no momento de um aluno, professor ou pesquisador entrar ou sair de um paradigma. Ou seja, quando se busca entender a importância da História Demográfica no DEHIS-UFPR entre os anos de 1972-1982 isso não quer dizer que o texto é o foco principal ou que ele seja o único meio capaz de se conseguir uma reflexão sobre a História Demográfica. É em meio a toda esta multiplicidade de olhares – culturais, políticos, sociais, econômicos – que se pretende perceber o paradigma em História Demográfica.

Para tanto, esta monografia está organizada em três capítulos a seguir: o primeiro consiste em expor a criação da Universidade do Paraná até a criação do Departamento de História, passando pela criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná e pela criação do curso de Geografia e História; o segundo consiste em abordar, teoricamente, a construção da hipótese e a metodologia usada; e o terceiro aborda, brevemente, a História Demográfica na UFPR e a análise das três dissertações para se testar a hipótese e chegar à conclusão referida mais acima.

Em 1961 teve início o primeiro Projeto de Pesquisa referente à História Demográfica do Paraná, sob a direção da professora Altiva Pilatti Balhana, no Arquivo do Estado de São Paulo.¹ Este Projeto foi o começo, até onde se tem registrado, dos levantamentos de fontes para História Demográfica. Muitos trabalhos posteriores utilizaram os levantamentos destas pesquisas, por exemplo, as três dissertações escolhidas para a presente monografia.

Em 1969 foi criada a Linha de Pesquisa em História Demográfica do Paraná no Departamento de História, e com duas vertentes: Estudo da população tradicional e Estudo da população moderna. Esta iniciativa colocava em prática a primeira experiência, de fato, de trabalhos acadêmicos. Em 1970 é aprovado o Projeto *História Demográfica do Paraná* nos órgãos superiores da UFPR. No mesmo ano, este Projeto é publicado no Boletim da Universidade Federal do Paraná, tendo como autora a historiadora Altiva Pilatti Balhana. Em 1972 foi criado pela Resolução nº 2/72, de 28 de janeiro, do Conselho Universitário, o Mestrado em História do Brasil, opções de História Demográfica e de História Econômica, tendo seu funcionamento a partir do ano letivo de 1972/73; reconhecido no Processo nº 1377/73 – CNPq, como Centro de Excelência pelo Conselho Nacional de Pesquisas; credenciado pelo parecer nº 0688/74, de 05 de março de 1974. Em 1982, através da Resolução 4/82 do Conselho Universitário, foi autorizada a criação do curso de Pós-Graduação em História, área de concentração História Demográfica, ao nível de Doutorado.

A presente monografia foi motivada pela experiência obtida durante estudos sobre a história da UFPR e a partir de uma aproximação com a produção historiográfica do próprio Departamento de História da UFPR, entre os anos de 1972 a 1982. Estes dois fatos me

¹ Ata da Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. Consultada em 9 de outubro de 2009.

ajudaram a construir, aos poucos, uma problematização que desembocou tanto no *métier* de historiador na época e no DEHIS-UFPR quanto da própria produção historiográfica.

O estudo sobre a UFPR possibilitou identificar alguns elementos do paradigma em História Demográfica que são anteriores a própria criação da Linha de Pesquisa em História Demográfica do Paraná, por exemplo, a formação acadêmica das pessoas envolvidas (Altiva Pilatti Balhana, Cecília Maria Westphalen, Brasil Pinheiro Machado, Bento Munhoz da Rocha Netto), a ênfase na História Regional desde o tempo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná² e o apoio financeiro-institucional: MEC, Conselho de Pesquisas da UFPR e demais instituições externas.

A aproximação com a produção historiográfica do DEHIS-UFPR aconteceu a partir do momento que eu comecei a estudar a criação do Seminário de História, do Departamento de História e também algumas obras da ex professora Altiva Pilatti Balhana.³ Estas obras, levando-se em conta as distâncias temporais, despertaram-me alguns questionamentos muito próximos da banalidade: por que a ênfase nos estudos populacionais e na História Regional? As respectivas respostas parecem óbvias e sem maiores aberturas, entretanto, elas me proporcionaram toda uma reflexão em torno às práticas historiográficas ou às de se fazer a História Demográfica.

A produção em História Demográfica, assim como a formação em História Demográfica, apresentam toda uma permanência no uso de técnicas e metodologias específicas, sendo, em grande maioria, de origem francesa. A História Demográfica praticada no DEHIS-UFPR era o que se chamava de “Demografia Histórica” pelos franceses⁴, tendo como característica o forte uso serial e quantitativo de fontes: listas nominativas de habitantes e registros paroquiais de batizados, casamentos e óbitos.

Para se chegar ao objetivo desta presente monografia foram selecionados e analisados os manuais de iniciação de época, atas, projetos de pesquisa, títulos das dissertações de mestrado entre 1972-1982, a importância da História Regional no DEHIS-UFPR e três dissertações de mestrado de Ana Maria Burmester de Oliveira, Maria Ignes Mancini de Boni e Mariza Budant Schaff⁵. Tudo isto tem o objetivo de identificar os

² O professor Brasil Pinheiro Machado foi Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná de 1939 a 1951. No terceiro capítulo desta monografia, mesmo que por antemão, percebe-se a importância que este professor dava à História Regional.

³ As obras em questão são: BALHANA, Altiva Pilatti. *Santa Felicidade: um processo de assimilação*. 1958. 286p. Curitiba; BALHANA, Altiva Pilatti. *Santa Felicidade: uma paróquia Vêneta no Brasil*. Curitiba: Fundação Cultural, 1978. 155p.; BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Um Mazzolino de Fiori : vol. I*. Curitiba: Imprensa Oficial: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003. 424p.; BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Um Mazzolino de Fiori : vol. II*. Curitiba: Imprensa Oficial: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003. 469p.; BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Um Mazzolino de Fiori, vol. III*. Curitiba: Imprensa Oficial: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003. 514p.

⁴ História Demográfica e Demografia Histórica não são, de fato, a mesma coisa, porém, não há uma preocupação nas fontes consultadas em definir cada área em separado. As igualações de uma com a outra acontecem seja nas dissertações de mestrado ou nas fontes consultadas. Para um melhor esclarecimento sobre as especificidades de cada área, ver as seguintes produções acadêmicas: COSTA, I.N. *Por uma definição de Demografia Histórica*. Boletim de História Demográfica, São Paulo, ano I, n. 2, julho de 1994.; COSTA, I.N. *Demografia Histórica ou História Demográfica? Uma nota sobre terminologia*. Boletim de História Demográfica, São Paulo, ano VI, n. 18, novembro de 1999.; COSTA, I.N. *Demografia Histórica: algumas observações*. Revista de História [24]; João Pessoa, jan./ jun. 2011; HOLLINGSWORTH, T.H. *Uma conceituação de Demografia Histórica e as diferentes fontes utilizadas em seu estudo*. In: DEMOGRAFIA histórica: orientações técnicas e metodológicas. Maria Luiza Marcílio (org.). São Paulo: Pioneira, 1977. 261p., il. (Coleção novos umbrais).

⁵ BONI, M.I.M. *A população da vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes, 1765/1785*. Curitiba, 1974, 164p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná; SCHAFF, M.B. *A população da vila de Curitiba segundo as listas nominativas de habitantes – 1786/1799*. Curitiba, 1974, 165p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná; BURMESTER, A.M.O. *A população de Curitiba no*

elementos que constituem o paradigma em História Demográfica. A História Regional, independente da opção do mestrado, era o foco principal. O ex professor do DEHIS-UFPR, Brasil Pinheiro Machado, apresentou um relatório à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência explicando as especificidades e a importância da História Regional, sem cair na dicotomia de História do Brasil versus História Regional, eis:

A pesquisa Histórica na Universidade Federal do Paraná, dizendo das razões pelas quais a pesquisa histórica nela desenvolvida está voltada para a história regional, sobretudo como estratégia operacional. Refere o conceito de história regional, dentro do complexo da História do Brasil, como a história dos grupos humanos regionais, com a adoção, portanto, de um regionalismo social e não simplesmente geográfico, e considerando-se que cada uma dessas históricas regionais têm uma ambientação que a diferencia das outras, usando-se o termo ambientação no sentido de caracterização, de espaço social. Conceituada a região histórica, e ante a contribuição das demais Ciências Sociais, chegou-se à conclusão que o instrumento de estudo para o conhecimento da história regional era o das comunidades, haja vista que a formação da sociedade brasileira não foi a formação de uma sociedade unitária, indiferenciada, monolítica, monogenética, mas foi um conjunto de formações regionais que nasceram e se desenvolveram quase auto-suficientemente isoladas, com motivações diversas e criaram estilos de vida diversos em regiões geográficas diferentes. Cada uma dessas formações regionais que se constituíram pelo seu modo de povoamento tem a sua própria história. De modo geral estas histórias regionais seguem o seguinte modelo: 1. – O início do povoamento é assinalado pela formação de um núcleo colonizador, um centro social de irradiação, uma cidade ou uma vila. 2. – A expansão da comunidade, ou seja a expansão dirigida desse centro, de onde resulta a conquista, pela posse, de determinado território. 3 – A constante subordinação social e política dos núcleos resultantes da expansão ao centro social inicial, de modo a formar um conjunto.⁶

A História Demográfica do Paraná foi de grande importância ao promover um estudo mais “científico” e continuado acerca da História Regional. A aplicação de técnicas e metodologias novas proporcionou o surgimento de toda uma geração de pesquisadores que explorou as diversas fontes armazenadas ou jogadas em Arquivos Públicos e demais instituições. A importância da História Demográfica também se fez presente na recuperação e organização de diversos arquivos.

Sobre as três dissertações de mestrado, foram analisadas dentro de um contexto maior que remonta à criação do Seminário de História, em 1959, que expressam a prática da História Demográfica do Paraná. Para além disso, estas três dissertações e demais fontes usadas trazem toda uma relação social, política e cultural estabelecida no DEHIS-UFPR. O surgimento do paradigma em História Demográfica não foi apenas a melhor via possível ou um resultado do acaso. Desde a formação acadêmica de alguns professores, passando pelas parcerias do DEHIS-UFPR com outras instituições de pesquisa – nacionais e internacionais – até chegar a um financiamento do MEC e da reitoria da UFPR, muitos são os fatores que não só permitiram o surgimento como também a manutenção do paradigma. É sob esta ótica – relações que ultrapassam a aplicação de técnicas e metodologias e também a mera produção de trabalhos acadêmicos – que as três dissertações foram analisadas.

As três dissertações foram escritas em 1974, sob a orientação de Oksana Boruszenko, que também era da área de História Demográfica. As três dissertações

século XVIII – 1751/1800, segundo os registros paroquiais. Curitiba, 1974, 107p. Dissertação, Mestrado, Universidade Federal do Paraná

⁶*Estado Atual da Pesquisa Histórica no Brasil.* Mesa-Redonda por ocasião da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPPC-ANPUH), de 1971. pp. 353-368. pp. 362-363

mostram a continuidade cronológica do tema – os estudos populacionais –, o surgimento e as características da Vila de Curitiba, a crítica das fontes, a composição da população, a estrutura dos domicílios etc. As metodologias, de Louis Henry e Michel Fleury, e específicas para a História Demográfica, são as mesmas para as três dissertações, e o uso de uma na outra é corrente.⁷ A estrutura textual é muito parecida, e o forte uso de fontes primárias no meio das dissertações é comum. A todo o momento, as autoras apontam as limitações das fontes usadas, sejam as lacunas das fontes ou até mesmo os erros de feitura das fontes.

As autoras destas dissertações também foram alunas de graduação do curso de História da UFPR e, em 1971, as mesmas viraram professoras do Departamento de História, ou seja, a entrada delas no mestrado servia, também, como capacitação do corpo docente, assim como um reconhecimento social dentro do paradigma. Fazer parte do paradigma não era só produzir trabalhos na área, mas também ocupar papéis sociais hierárquicos.

Vale a pena ressaltar que o Mestrado em História da UFPR tinha outra Linha de Pesquisa, a de História Econômica, e que muitas dissertações, num total de 56, produzidas no período de 1972 a 1982 são desta mesma área. Entretanto, e conforme os estudos feitos acerca do Mestrado em História (títulos das dissertações, palavras-chave, comentadores) da UFPR, há como se dizer que houve uma importância ou talvez um destaque a mais para a Linha de História Demográfica. Além de a Linha de Pesquisa em História Demográfica do Paraná ter uma quantidade maior de produção, há também publicações específicas de metodologias para a mesma. A própria criação de um doutorado nesta mesma área aponta para uma importância que a História Demográfica tinha.

Face ao exposto, acredita-se que estas três dissertações, e mais algumas publicações que falam sobre o Mestrado em História da UFPR⁸, possibilitam uma análise bastante reflexiva em torno à História Demográfica entre os anos de 1972 a 1982. Para isto, esta presente monografia utiliza-se de contribuições teóricas da filosofia da ciências e da História.

Apesar de o Programa de Pós-Graduação em História da UFPR ter quase quatro décadas de existência, não há nenhum trabalho acadêmico que problematize a sua produção. Uma abordagem em torno da História Demográfica do Paraná, que também traz consigo a possibilidade de se estudar a(s) influência(s) de outras correntes historiográficas, à época, no Mestrado em História da UFPR, permite um estudo inédito não só acerca da produção historiográfica da Pós-Graduação, mas também de metodologias desenvolvidas especificamente para as fontes encontradas no Paraná: listas nominativas de habitantes e registros paroquiais de batizados, casamentos e óbitos.

Para se chegar ao objeto de análise, a presente monografia faz uma breve abordagem do ensino superior no Paraná, mais especificamente em Curitiba, entre os anos de 1912 a 1970. Dentro deste recorte temporal, há diversos acontecimentos mencionados: criação da Universidade do Paraná em 1912; desmembramento, em 1918, da Universidade do Paraná em três Faculdade, de Engenharia, Medicina e Direitos; criação do Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Paraná (onde começou o curso de História) em 1938; restauração da Universidade do Paraná, em 1946; federalização da Universidade do

⁷ As dissertações foram produzidas na mesma época e sob a mesma orientação, e as respectivas defesas têm uma diferença de dois meses. Pode-se dizer que as três dissertações estudam a mesma coisa, a população de Curitiba, mas em períodos diferentes, com fontes diferentes – em partes – e em sucessão.

⁸ BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Um Mazzolino de Fiori : vol. II*. Curitiba: Imprensa Oficial: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003. 469p. pp. 251-263; BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. *Um Mazzolino de Fiori : vol. III*. Curitiba: Imprensa Oficial: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003. 470p. pp. 361-373.

Paraná, em 1950; criação de pós-graduações no Paraná a partir de 1965; reforma universitária de 1968; reforma estrutural-organizacional da UFPR. Depois, aborda os aspectos teóricos-metodológicos que embasaram-na: a construção da hipótese e a metodologia usada. Mais adiante, a presente monografia traz um breve estudo sobre a História Demográfica na UFPR (atas, publicações, projetos de pesquisa), e a análise comparativa de três dissertações de mestrado.

Por fim, esta monografia problematiza se houve ou não um paradigma da História Demográfica, tendo como referencial teórico as contribuições do filósofo da ciência Thomas Kuhn que publicou em 1961 uma obra chamada *A Estrutura das Revoluções Científicas*, cujos objetivos consistem em analisar a formação e as características do(s) paradigma(s) dentro da comunidade científica. A ciência normal, que significa a pesquisa firmemente baseada em uma ou mais realizações científicas passadas e que são reconhecidas durante algum tempo por uma comunidade científica⁹; e ela frequentemente suprime novidades fundamentais, porque estas subvertem necessariamente seus compromissos básicos.¹⁰ O conceito de paradigma, que aparece com diversas acepções na obra já citada, pode ser entendido como uma base teórica e metodológica, ou um consenso sobre tudo aquilo que é produzido no interior de uma disciplina. Se um dado grupo ou comunidade científica tem mesmo um paradigma, só pode ter um, por mais que se estudem linhas ou propostas incompatíveis entre si.¹¹ O paradigma informa quais as questões sobre a natureza que podem legitimamente ser postas e das técnicas que podem ser devidamente aplicadas na busca das respostas a essas questões.¹²

Um exemplo de abordagem reflexiva a partir da noção de paradigma ou um programa é o capítulo de um livro do historiador brasileiro José Carlos Reis.¹³ Neste capítulo, o autor expõe e comenta alguns trabalhos que analisam se os *Annales* formaram ou não um paradigma ou um programa, se são herdeiros ou não de uma prática anterior ou o fruto de uma revolução científica.

Para o objeto de análise, a Linha de Pesquisa em História Demográfica do Paraná, as características que definem um paradigma (mesmo alinhamento metodológico, regras de pesquisa e solução de problemas etc.), segundo Thomas Kuhn, aparecem e são praticadas, independente de os indivíduos envolvidos perceberem. Ao longo da pesquisa, e com base no referencial teórico usado, dá para se dizer que houve um paradigma da História Demográfica no Paraná antes mesmo da criação do mestrado. A iniciação e a inserção de alguns membros envolvidos no paradigma, e que depois viraram professores do Departamento de História, mais a produção historiográfica entre 1972 a 1982, demonstram que havia sim um paradigma ou uma orientação metodológica. Inclusive, foram desenvolvidas metodologias específicas para o tratamento de dados acerca da História Regional.

Tendo estes elementos, que também o são constitutivos daquilo que Thomas Kuhn chamou de paradigma, conclui-se que houve um paradigma. Conclui-se também que este paradigma é de forte influência da historiografia francesa da época, tendo como contribuições diretas os historiadores Frédéric Mauro, Louis Henry e Michel Fleury – a metodologia destes dois últimos era bastante usada na História Demográfica do Paraná, e

⁹ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. 257p. p. 29.

¹⁰ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997. 257p. p. 24..

¹¹ KUHN, Thomas S. *A função do dogma na investigação científica*, p. 59. In: DEUS, Jorge Dias de (org.) *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*, pp. 53-80. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 240p.

¹² KUHN, Thomas S. *A função do dogma na investigação científica*, p. 67. In: DEUS, Jorge Dias de (org.) *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*, pp. 53-80. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 240p.

¹³ REIS, José Carlos. *A História, entre a filosofia e a Ciência*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 120p. pp.67-106.

eles também ministravam cursos e/ou palestras na Pós-Graduação em História da UFPR. Havia também a tradução de livros específicos para a História Demográfica, por exemplo, o livro de Louis Henry, *Técnicas de análise em demografia histórica*.¹⁴

A Linha de Pesquisa em História Demográfica do Paraná era constituída por praticantes que iam desde a graduação, passando pela Pós-Graduação, até chegar aos professores, mas não todos, do Departamento de História. Desde a criação do Seminário de História, em 1959, a História Demográfica era aplicada à História Regional, pois esta última, mais o estudo da teoria da história, era a finalidade do Seminário de História e também do Departamento de História.¹⁵ A História Regional dita tradicional, por exemplo, a de Romário Martins, foi analisada e usada, com bastante frequência nas três dissertações, para se reescrever a História Regional aos moldes da História Demográfica.

¹⁴ HENRY, L. *Técnicas de análise em demografia histórica*. Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 1977, 165p.

¹⁵ Ata da Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. Consultada em 9 de outubro de 2009.

DA BASILÉIA À VIDA NÔMADE: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS ENTRE A “SEGUNDA INTEMPESTIVA” E O “CREPÚSCULO DOS ÍDOLOS”.

Aluno: Murilo Mischiatti Pagotto

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Braga Portella

Palavras-chave: Nietzsche; História; Vida.

Dada a importância das questões levantadas por Nietzsche para o tema da Teoria da História,¹ a monografia objetivou investigar as possíveis permanências e rompimentos entre dois textos produzidos em momentos diferentes da vida do filósofo: “*Segunda Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida*” (1874) e “*Crepúsculo dos Ídolos*” (1888).

Contudo, antes de apresentar ambos os livros de Nietzsche, fez-se necessário fornecer uma breve contextualização dos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais da Europa no último quartel do século XIX, bem como uma sucinta caracterização das concepções históricas presentes neste momento conturbado da história europeia.

Como afirmou Eric Hobsbawm, o principal tema nascido da dupla revolução – Revolução Industrial e Revolução Francesa – consistia em refletir “*a natureza da sociedade e a direção para a qual ela estava encaminhando ou deveria se encaminhar.*”². Havendo dois principais grupos divergentes acerca deste problema: “*os que acreditavam no progresso e os outros.*”³.

Com efeito, entre os apregoadores do progresso, havia a crença de “*que a história humana era um avanço, mais que um retrocesso*” e era possível “*observar que o conhecimento científico e o controle técnico do homem sobre a natureza aumentava diariamente*”⁴. Segundo Hobsbawm, a base da ideologia do progresso havia sido o liberalismo burguês dos séculos XVII e XVIII, cujas ideias eram rigorosamente racionalistas e seculares, em oposição ao irracionalismo das tradições vigentes.⁵ Continuando com sua linha de raciocínio, Hobsbawm aponta que tanto o liberalismo, quanto o socialismo e o anarquismo são descendentes da tradição humanista e iluminista, contudo o que os diferenciava não eram os objetivos – uma sociedade mais livre e igualitária –, mas sim os métodos para consegui-los.⁶ Por conseguinte, havia dois rompimentos nítidos entre as ideias liberais e socialistas: a primeira referia-se à crença de que a sociedade era composta por átomos individuais, cuja força motriz estava no interesse próprio e na competição; a segunda consistia na adoção da preposição histórica evolutiva.⁷

Na via oposta havia os que resistiam ao progresso. Sobre esses Hobsbawm afirma que suas ideologias “[...] *mal merecem o nome de sistema. Eram antes atitudes carentes de um método intelectual comum [...]*”⁸. No bojo de um grupo formado tanto por radicais revolucionários quanto por conservadores, apregoavam-se críticas acusando o liberalismo de destruidor da ordem social, uma vez que os dois grupos concordavam que o velho regime havia sido melhor que o novo: os radicais idealizando um passado idílico em que

¹ REIS, José Carlos. “*História da consciência histórica ocidental contemporânea – Hegel, Nietzsche, Ricoeur*”. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, página 168.

² HOBBSAWM, Eric. “*A Era das Revoluções: 1789 – 1848*”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, página 255.

³ Ibid.; página 255.

⁴ Ibid.; página 256.

⁵ Ibid.; página 256-257.

⁶ Ibid.; página 264.

⁷ Ibid.; página 264-265.

⁸ Ibid.; página 267.

reinava o espírito comunitário e os conservadores relembando a existência da ordem e do suposto compromisso paternalista dos que ocupavam as posições superiores. Os argumentos desses últimos baseavam-se sobretudo na crítica à razão, contestando suas pretensões de se imiscuir em assuntos demasiadamente complexos para a compreensão humana – como a organização social; afirmavam que as sociedades, por organizarem-se paulatinamente ao longo dos séculos, não podiam ser projetadas artificialmente; Consequentemente, defendiam a continuidade em detrimento das rupturas abruptas.⁹

No âmbito desta disputa entre progressistas e conservadores, insere-se a problemática do historicismo – conceito que Arno Wehling afirma, com razão, possuir uma polissemia infernal. Segundo o próprio Wehling o termo possivelmente aparece pela primeira vez num estudo de Karl Werner sobre Vico, em 1881, “*significando o conjunto de posições que, no século XVIII, valorizavam o conhecimento histórico em contraposição ao racionalismo a-histórico cartesiano*”¹⁰. Assim, considerando a questão de etapas do historicismo desde o final do século XVIII até o seu apogeu, na segunda metade do século XIX, o autor nos fornece três períodos distintos: **a) Historicismo filosófico**: consistindo basicamente na aceitação mecanista de um universo regido por leis; apesar da grande maioria dos representantes dessa vertente encontrar-se no século XVIII, Hegel, no início do século XIX, pode ser considerado pertencente a esse segmento; **b) Historicismo romântico ou historismo**: destoava dos demais pela recusa em aceitar leis universais para a História, pelo enfoque anti-racionalista e a crença numa realidade histórica orgânica e inconsciente; Ranke e seus seguidores estariam inclusos nesta corrente; **c) Historicismo cientificista**: caracterizava-se pela busca de leis, frequentemente pela macro-teleologia, com graus maiores ou menores de determinismo; compreendendo a grande maioria das produções de cientistas sociais entre 1850 e a Primeira Guerra Mundial.¹¹

Conforme escreveu Wehling, a “*abordagem Histórica das questões foi colocada no pensamento ocidental apenas no século XVIII, paralelamente à tese iluminista de separação entre natureza e cultura*”¹², uma vez que entre o Renascimento e início do século XVIII a visão baconiana/cartesiana negava a possibilidade da história enquanto categoria do conhecimento.¹³ Assim, o elemento substancial do historicismo, em todas as suas etapas, constitui-se na definição de um território epistemológico para a história distinto de outros saberes.¹⁴ Com efeito, foram adotadas pelo historicismo oitocentista duas soluções diferentes para o problema da sucessão temporal surgido no século anterior: a primeira, numa vertente reducionista, substituindo o mecanicismo por um evolucionismo igualmente sistêmico e esquemático, imbricado em leis científicas; a segunda, numa vertente culturalista, afirmando um território dinâmico e ontológico da cultura que poderia ser recuperado metodologicamente.¹⁵ Na mesma linha, José Carlos Reis observa que

Foi no século XVIII que se intuiu pela primeira vez esses dois sentidos da história: o primeiro, revolucionário e emancipacionista, foi elaborado pelos iluministas, franceses e alemães e se radicalizou com o marxismo; o segundo, conservador e tradicionalista, foi revelado pelo italiano Giambattista Vico e se radicalizou com a Escola História alemã e os historicistas, nos séculos XIX e XX.¹⁶

⁹ Ibid.; página 268.

¹⁰ WEHLING, Arno. “*A Invenção da História – Estudos sobre o historicismo*”. Rio de Janeiro: Editora Central da Universidade Gama Filho, 1994, página 13.

¹¹ Ibid., página 29.

¹² Ibid., página 30.

¹³ Ibid., página 30.

¹⁴ Ibid., página 30.

¹⁵ Ibid., página 71-72.

¹⁶ REIS, José Carlos. “*História & Teoria: Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*”. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, página 208.

Assim, para Reis, o historicismo romântico seria uma investida contra o racionalismo iluminista, ou seja, “o papel político do historicismo (romântico) seria o de defender os direitos locais alemães contra o expansionismo nacionalista francês oculto sob seu discurso universalista”¹⁷.

Com efeito, fez-se necessário expôr à parte tanto a filosofia da história de Hegel, quanto o historismo de Ranke. Não obstante existir um hiato de três décadas entre a morte de Hegel e o primeiro livro publicado por Nietzsche – que investe diretamente contra o pensamento hegeliano –, é pertinente a análise de suas ideias, uma vez que, como expresso por Karl Löwith, há um caminho que conduz de Hegel a Nietzsche por via dos jovens hegelianos;¹⁸ Quanto a Ranke, a pertinência de discuti-lo reside no influxo que sua figura teve durante boa parte século XIX.¹⁹

Para Hegel, o ponto chave ao discutir a História é ter em mente a ideia de que a razão governa o mundo; pois para ele, na História nada fica completamente perdido: esta seria “antes de tudo, o processo, devir, o desdobrar-se da razão no tempo”²⁰. Curiosamente para este filósofo, o sujeito da história não é o indivíduo humano – pois este agiria apenas conforme seus interesses próprios sem visar a razão maior –, mas sim o “espírito do mundo” (a encarnação da razão no âmbito da história universal), que utiliza os homens meramente como instrumento para realizar seu fim.²¹ Assim, para Hegel a marcha do espírito atingiria a sua realização com o surgimento do Estado moderno, “que deve encarnar a moral, a liberdade e a razão, (e) ser a forma última do progresso”²².

Quanto ao historismo, Sérgio Buarque de Hollanda afirma que surgiu como oposição ao jusnaturalismo a-histórico e baseava-se numa reflexão individualizante e historizante;²³ na mesma linha, Wehling observa que o historismo surge antes como visão de mundo, nos idos de 1830, para logo se converter num método científico.²⁴ Com efeito, é pertinente fazer uma breve menção sobre o método de Ranke, uma vez que ainda hoje há muita confusão sobre o assunto. Segundo Wehling,²⁵ os princípios básicos do método histórico foram lançados pela escola de Berlim, tendo Ranke inovado no criticismo das fontes históricas, bem como foi o primeiro a utilizá-las para integrar uma obra – não consistindo apenas em juntar as fontes sem interpretá-las, como fizeram alguns historiadores da segunda metade do século XIX, acreditando que desta forma estariam reproduzindo o passado tal como ocorreu.

Assim, neste ambiente intelectual extremamente marcado pelo influxo das idéias de Hegel e de Ranke, surge a “Segunda Consideração Intempestiva sobre a utilidade e os inconvenientes da história para a vida” (1874). Este ensaio, juntamente com outros três, faz parte do conjunto intitulado “As Extemporâneas”, que, nas palavras de Sarah Kofman, são “uma série de panfletos destinados a diagnosticar os males da civilização atual e a indicar os seus remédios.”²⁶ É importante levarmos em consideração, que Nietzsche não se

¹⁷ Ibid.; página 212.

¹⁸ LÖWITH, Karl. “De Hegel a Nietzsche – La Quiebra Revolucionaria del Pensamiento em el Siglo XIX”. Buenos Aires: Editora Sudamericana, 1974, página 246.

¹⁹ CARR, Edward Hallet. “Que é História?”. São Paulo, Paz e Terra, 1996, página 45.

²⁰ PEREIRA FILHO, Antônio José; BRANDÃO, Rodrigo. “História e filosofia – uma introdução às reflexões filosóficas sobre a história”. Curitiba, Editora Ibepex, 2011, página 102.

²¹ Ibid., página 104.

²² BOURDÉ, Hervé; MARTINS, Hervé. “As Escolas Históricas”. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983, página 51.

²³ HOLANDA, Sergio Buarque. “Ranke: História”. Ática, 1979, página 8-9.

²⁴ WEHLING, Arno; op. cit.; página 115.

²⁵ Ibid.; 112, 116, 118.

²⁶ KOFMAN, Sarah. “O/Os 'conceitos' de cultura nas Extemporâneas ou a dupla dissimulação”, in: MARTON, Scarlett. “Nietzsche hoje? Colóquio de Cerisy”. São Paulo, Brasiliense, página 77.

limita a criticar apenas a concepção historicista hegeliana,²⁷ pois o filósofo igualmente nega o valor da História enquanto uma disciplina autônoma.²⁸

É refletindo sobre o espírito histórico que permeia a Europa – em especial a Alemanha –, na segunda metade do século XIX, que Nietzsche inicia seu ensaio. Neste texto, o filósofo afirma que “*Certamente precisamos da história, mas não como o passeante mimado do jardim do saber (...). Isto significa: precisamos dela para a vida e para a ação, não para o abandono confortável da vida ou da ação (...)*” e complementa “*somente na medida em que a história serve a vida, queremos servi-la*”²⁹.

Para Nietzsche, é possível viver sem história e viver feliz: é o que demonstra o animal e a criança. Entretanto, o ser humano logo cedo conhece a palavra “foi”, “*a fórmula que leva o homem aos combates, ao sofrimento e ao desprezo, e o faz lembrar que no fundo toda existência é tão somente uma eterna incompletude*”.³⁰ Com efeito, o filósofo observa que a felicidade possui a característica intrínseca de poder viver a-historicamente o momento; e sugere que a vida de um homem fortemente impregnado pelo sentido histórico, sem força suficiente para a capacidade de esquecer e de viver a-historicamente, estaria fadada a se diluir numa infinidade de pontos móveis no devir, obstando a ação do indivíduo no presente. Como Nietzsche afirma, seu problema se baseia na constatação de que “*há um grau de insônia, de ruminação, de sentido histórico, para além do qual os seres vivos se verão abalados e fortemente destruídos, quer se trate de um indivíduo, de um povo ou de uma cultura*”³¹.

Ao longo do ensaio, o filósofo passa a analisar cinco problemas que o excesso de história engendrou na civilização ocidental: gera oposição entre interioridade e exterioridade; leva uma época a imaginar que possui a virtude mais rara e a justiça num grau mais elevado que qualquer outra época; perturba o instinto de um povo e impede o amadurecimento tanto do indivíduo quanto da comunidade; sugere a crença na velhice da humanidade; leva uma época a atitude de ironia consigo mesma.³² Apesar da crítica incisiva, Nietzsche deixa margem para solução dos cinco problemas causados pelo excesso de história, uma vez que caberá à “*própria história (...) resolver o problema da história*”³³.

Quanto ao “*Crepúsculo dos Ídolos*” (1888), este inicialmente foi projetado para fazer parte do livro “*A Transvaloração de Todos os Valores*”, que não pôde ser concluído, pois Nietzsche sofreu um colapso mental em 1889.³⁴ Sobre seu livro, que pode ser considerado uma síntese de sua filosofia,³⁵ o próprio Nietzsche chegou a afirmar que quem quisesse ter uma idéia a respeito de como “o mundo estava de ponta-cabeça” antes dele, deveria começar por esta obra.³⁶

Com efeito, logo no prefácio Nietzsche expõe seu objetivo:

este pequeno livro é uma *grande declaração de guerra*; e, quanto ao escrutínio de ídolos, desta vez eles não são ídolos da época, mas ídolos eternos, aqui tocados com o martelo como se este fosse um diapasão – não há absolutamente ídolos mais velhos, mais convencidos, mais empolados... E tampouco mais ocos... Isso não

²⁷ REIS, José Carlos. Op. Cit.; página 162.

²⁸ DENAT, Céline. “*Nietzsche, pensador da história? Do problema do 'sentido histórico' à exigência genealógica*”. in: MARTON, Scarlett (org.) “*Caderno Nietzsche*”. São Paulo, vol.24, 2008.

²⁹ Ibid., página 68.

³⁰ Ibid., página 71.

³¹ Ibid., página 73.

³² Ibid., página 107-108.

³³ Ibid.; página 142.

³⁴ MONTINARI, Mazino. “*Ler Nietzsche: O Crepúsculo dos Ídolos*”, in: MARTON, Scarlett (org.) “*Caderno Nietzsche*”. São Paulo, vol.3, 1997, página 78.

³⁵ Ibid.; página 84.

³⁶ NIETZSCHE, Friedrich. “*Ecce Homo*”. Porto Alegre, L&PM Editores, 2005, página 131.

impede que sejam os *mais acreditados*, e, principalmente no caso mais nobre, tampouco são chamados de ídolos...³⁷

Entretanto, pelo fato do livro ser dividido em aforismos com temas desconexos, fica impossibilitada uma exposição fluída, tal como foi feita com a “*Segunda Intempestiva*”. Com efeito, como expôs Rüdiger Safranski “*As últimas obras, que surgem em rápida sucessão, “O Caso Wagner”, “Crepúsculos dos Ídolos”, “O Anticristo” e “Ecce Homo”, não desenvolvem mais novas idéias, mas tornam mais tosco ou mais aguçado o já conhecido*”³⁸. Logo, a temática principal abordada no “*Crepúsculo dos Ídolos*” refere-se à moral e à metafísica como sintoma de decadência da modernidade.

Exposto os dois textos, Renarde Freire Nobre observa que não se deve alcunhar Nietzsche de irracionalista; não obstante o próprio filósofo ter passado boa parte da sua vida criticando os sistemas fechados, a razão e a verdade, sua filosofia possui um grau elementar de sistematização e coerência lógica das ideias.³⁹ Assim, Nobre define o pensamento de Nietzsche como possuindo uma “*transracionalidade vital*”.⁴⁰

Portanto, partindo da premissa levantada por Nobre, é possível observar, como apontado por Céline Denat, que a defesa da “sensibilidade histórica”, levantada por Nietzsche na “*Segunda Intempestiva*”, viria complementar os termos “psicológico” e “fisiológico”, não designando um saber específico, mas antes um modo de pensamento.⁴¹ Assim, articulando os três termos, Nietzsche cria, na fase tardia de sua produção intelectual, o procedimento genealógico que

retoma as exigências implicadas, ao mesmo tempo, “na história” e “na história natural”: é necessário questionar os valores morais como alguma coisa que, dotada de vida, está incessantemente submetida ao devir e à mudança (...), como processo relativo ao corpo, a necessidades vitais ou a sofrimentos orgânicos (...);⁴²

É importante frisar que o procedimento genealógico não se assemelha a um método científico: antes, Nietzsche propõe a interpretação genealógica enquanto um artista. Nesse sentido, ao longo de toda a vida produtiva do filósofo, nota-se uma valoração da arte sobre a ciência, pois, como observou Roberto Machado, para Nietzsche “*a superioridade da arte sobre a ciência é não opor verdade a ilusão, é afirmar integralmente a vida*”⁴³. Ou seja, é afirmar a vida no seu caráter de impermanência, vir-a-ser, ilusão e terreno para criação.

Por fim, evidenciou-se que durante toda a vida, Nietzsche esteve preocupado com uma filosofia voltada para a vida, e na defesa desta idéia o filósofo esteve engajado até o seu adoecimento.

³⁷ NIETZSCHE, Friedrich. “*Crepúsculo dos Ídolos*”. São Paulo, Companhia das Letras, 2008, página 8.

³⁸ SAFRANSKI, Rüdiger. “*Nietzsche: biografia de uma tragédia*”. São Paulo, Geração Editorial, 2005, página 280.

³⁹ NOBRE, Renarde Freire. “*Perspectivas da Razão – Nietzsche, Weber e o conhecimento*”. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2004, página 22.

⁴⁰ Ibid.; página 30.

⁴¹ DENAT, Céline. Op. Cit.; página 9.

⁴² Ibid.; página 32.

⁴³ MACHADO, Roberto. “*Nietzsche e a Verdade*”. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, página 46.

Banca 5

Resumos

O JORNAL 30 DE AGOSTO NA CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SINDICAL DOS PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ, UM ATO NO CONTEXTO DE REORGANIZAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DOCENTE (1978-1988).

Graduando: Wagner Tauscheck.

Orientador: Dennison de Oliveria.

No dia 30 de agosto de 1988, os policiais militares do Estado do Paraná reprimiram violentamente uma manifestação dos professores da rede estadual de ensino. Eles estavam armados com bombas de efeito moral, spray de gás lacrimogêneo, cassetetes e cavalos. Quando o ato estava em frente do palácio do governo, os policiais impediram que o carro de som continuasse, momento que marcou o início de um confronto mais violento entre policiais e professores. A pior parte desse confronto aconteceu quando a polícia militar, ao tentar acabar com o acampamento próximo à Assembleia Legislativa do Paraná, utilizou da cavalaria e bombas para reprimir os professores e retirar suas barracas. Nas palavras do próprio sindicato:

“Naquele dia, os educadores, que organizaram um acampamento em frente ao Palácio, não encontraram o diálogo como resposta, mas a violência policial. Mobilizados e esperançosos para buscar seus direitos, professores/as foram recepcionados por policiais militares armados de cassetetes, spray de gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. O batalhão de choque, policiais acompanhados de cães ferozes e da cavalaria também investiram contra a passeata”.¹.

Essa descrição deste ato está na edição comemorativa de 20 anos do jornal *30 de agosto*, mas também em outras publicações com citações, imagens, reportagens e muitas outras edições comemorativas sobre essa greve, para além de próprio nome do jornal, consolidando assim um “monumento de memória”² do sindicalismo paranaense.

Desta forma, podemos afirmar a existência da construção de uma memória sobre essa manifestação. Com objetivo de compreender a complexidade desse fato político e transformá-lo em objeto de análise historiográfica essa pesquisa se inscreve no campo da história política na temática acerca da organização sindical dos servidores públicos, se debruçando em especial sobre o papel da construção da memória coletiva e institucional no processo de reorganização do sindicato e de redemocratização.

Na tentativa de entender essa construção, me utilizei do material do próprio Sindicato Estadual dos Professores (APP-Sindicato). Porém, ao utilizar esse material é importante ressaltar que a construção dessa memória, em torno desse ato, vai para além dos materiais produzidos pelo sindicato. Uma vez que, já se passou mais de 25 anos desse ato e ele ainda é lembrando pela repressão e violência aos professores.

Essa construção para além dos espaços do jornal fica evidente pela forma que ele é retomado em diferentes momentos por diferentes interlocutores. Seja através da memória institucional do sindicato produzida pelos seus materiais e o dia anual de paralisação, organizado pelo sindicato com objetivo memorialístico com o título “dia de luta e luto”. Ou na política partidária, com os debates eleitorais em que Alvaro Dias (PSDB), governador da época pelo PMDB (1987-1991), é candidato a algum cargo eletivo. Ainda

¹ Jornal “30 de agosto”: Edição especial publicada em outubro 2008. Texto: “30 de agosto: Violência contra os educadores completa 20 anos”.

² LE GOFF, Jaques. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1994.

podemos afirmar que esse ato é lembrado também após outras repressões que os movimentos sociais ainda sofrem em nosso estado.

Ao analisar o Jornal 30 de agosto, que tem como nome a data do ato, busco responder as seguintes questões: como esse ato está presente nesse periódico sindical, para além do seu título? Ou seja, qual a complexidade da narrativa e memória construída nos últimos 20 anos pela APP-Sindicato? É possível inserir esse processo de luta na trajetória de reorganização do sindicalismo no serviço público? Quais as singularidade e contradições na trajetória de reorganização da APP-Sindicato no período do ato e quais relações podem ser estabelecidas com o contexto histórico mais amplo?

O jornal *30 de agosto*, de sua primeira edição no início dos anos 90 até o número comemorativo de 20 anos do ato, é o objeto dessa pesquisa. Em especial a relação que a narrativa do ato marcou uma disputa política e de concepção sindical, nas três gestões após a greve. Como fontes secundárias foram utilizadas outras descrições do ato e também reportagens do jornal curitibano para apontar qual foi a construção do ato contexto em que ele ocorreu.

Esse recorte nos remete a necessidade de um debate metodológico de análise de fontes jornalísticas em relação à memória e política. Para tanto, vou utilizar o clássico livro *“Imprensa e história do Brasil”* de Maria Helena R. Capelato, para quem “a imprensa registra, comenta e participa da história”³. Ou seja, para ela a imprensa não pode ser entendida simplesmente como portadora dos fatos históricos ou como a outra face dessa mesma análise, em que as fontes jornalísticas devem ser descartadas, uma vez que, estão “impregnadas” de elementos ideológicos e de manipulação.

Desta forma, não entendo a fonte jornalística simplesmente como elemento de manipulação de interesses e desprendida dos fatos ou em um sentido contrário, quando a reportagem é entendida como “espelho da realidade”. Tentarei, por outro lado, entender essa reportagem como uma parte do quebra cabeças ou uma rede de elementos que constroem intencionalmente ou não memória política.

Antes de partir para os resultados dessa pesquisa é importante descrever o estado das fontes, até mesmo pelo fato de que isso nos ajudou a compreender a importância desse ato e a construção das memórias, visto que as primeiras edições do jornal estão reunidas em uma pasta comemorativa encadernada pelo secretário de comunicação do sindicato em decorrência da comemoração dos 60 anos da entidade.

Espero que até aqui tenha ficado evidente que existiu um esforço por parte do sindicato em construir a memória dessa repressão. Partindo desse esforço, podemos apontar para algumas das análises presentes nesse trabalho monográfico, inicialmente podemos tentar compreender a utilização do termo “dia de Luto e Luta”. Expressão ligada ao ato do dia *30 de agosto* que inicialmente foi utilizada na gestão de concepção sindical corporativista e que se tornou o subtítulo do jornal em diferentes edições. Ainda sendo reafirmado como identidade da paralisação anual realizada pelo sindicato no dia do ato.

Como podemos observar, a construção dessa memória passa por essa expressão, pois para o sindicato lembrar esse ato sempre está ligada a outra luta no presente, ou seja, apontando para a necessidade de ação do sindicato. Assim, podemos ler a abordagem do dia *30 de agosto* como uma orientação no presente. Existem vários exemplos possíveis, pois o calendário de mobilizações do sindicato sempre passa pela paralisação dia 30 de agosto, mas vou citar a campanha extremamente relevante até os dias de hoje, pois não foi inteiramente conquistada, ou seja, a campanha pela hora atividade:

“cerca de 3 mil professores de todas as regiões do Estado participaram da passeata no dia 30 de agosto. Como acontece todos os anos, a manifestação

³ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1998, p.13.

relembrou a repressão do governador Alvaro Dias contra professores em greve em 30 de agosto de 1988(...)Este ano o principal tema da data foi a reivindicar a implementação do hora-atividade em 50%, mas o magistério também quer a reposição de todas as perdas de do Governo Alvaro Dias (conforme promessa de Lerner).”⁴

Mas a expressão “dia de luto e luta” é composta por duas palavras, sendo que a primeira palavra é “Luto”. Essa palavra remete ao passado e a uma necessidade de nunca se esquecer da violência sofrida pelos professores no momento de redemocratização do país. Esse discurso do “nunca mais” foi estudado brilhantemente por Beatriz Sarlo⁵, que ao analisar o contexto do fim das ditaduras latino-americanas, a lembrança tornou-se fonte para a restauração de laços sociais e comunitários. Partido dessa afirmação à autora busca debater como o relato em primeira pessoa ganhou, no caso argentino, uma força de verdade. Na análise dos relatos sobre o nosso ato podemos trabalhar enquanto uma hipótese com a ideia de que era necessário construir um discurso em que “nunca mais” serão suportados atos de violência por parte do Estado contra os movimentos sociais após a redemocratização.

Nesse sentido as produções dessas matérias feitas pelo sindicato acabam por enquadrar a memória desse passado, dando um “sentido comum”. Porém, partindo das proposições de Michael Pollak⁶, podemos perceber a existência de disputas, silêncios e esquecimento se compararmos as diferentes narrativas produzidas pelo jornal 30 de agosto sobre o ato.

Em relação a como atendemos a memória partimos também Sarlo, para quem a memória tem força com a “sua irrupção no presente é compreensível na medida em que seja organizado por procedimentos da narrativa, e, por trás deles, por uma ideologia que evidencia um *continuum* significativo e interpretável do tempo.”⁷ Nessa parte do texto a autora está falando da produção de obras não acadêmicas e de grande circulação, ou seja, que não passaram pelos debates metodológicos que tem a função supervisionar ou que no mínimo “garante o artesanato aceitável dos seus produtos”⁸.

Mesmo que a autora não esteja trabalhando com a memória produzida por periódicos, suas problematizações fizeram amadurecer uma análise sobre a produção de relatos sistemáticos sobre o passado produzido pelo sindicato, uma vez que também não são acadêmicos e acabam, como afirma a autora, por alimentarem-se do “sentido comum” ou não oferecendo um sistema de hipóteses, mas certezas sobre a memória do ato.

Um momento em que fica clara uma disputa sobre a memória do ato está na transformação do sindicato em associação e nas disputas de concepção sindical, em especial com os conceitos em torno do “novo sindicalismo”.

O sindicalismo no contexto da redemocratização é um objeto que já se tornou clássico em nossa historiografia, seja através de análises althusseriana da permanência

⁴ Jornal “30 de agosto”. Edição de setembro de 1996, nº48, ano VI. Texto: ato do dia 30 foi dedicado a luta pela hora-atividade.

⁵ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁶ Sobre as disputas de memória presentes em jornais, e que utilizam a metodologia proposta por Pollak tivemos como referência a obra *Memória e narrativa jornalística* de Ana Paula Goulart Ribeiro e Danielle Ramos Brasileira, em as autoras estudam a construção e os silêncios da memória sobre a chacina da Candelária no jornal O Globo. Ainda sobre a memória e política a partir de Pollak, podemos citar o texto *Memória e conflito no Partido dos Trabalhadores* em que Igor Gomes Santos trabalha com as disputas em torno das tradições e memória da política fundacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

⁷ *Ibidem*, p 13.

⁸ *Ibidem*, p 13

estruturas legais e relação com o estado - como na importante obra de Armando Boito Jr⁹, em um sentido diferente com uma abordagem das novas experiências e potencialidades do período e o estudo do movimento operário no ABC paulista, como trabalhado por Ricardo Antunes, em “O novo sindicalismo”¹⁰. Ou ainda, através de análise de Marcelo Badaró Mattos¹¹, para quem o “novo sindicalismo” deve ganhar aspas e o plural para poder debater a uma dupla significação uma ligada à produção acadêmica e na outra ao discurso sindical. Nessa obra Badaró dá voz a uma análise que não se prende ação coletiva isoladamente, partindo de uma influência Thompsoniana.

Um elemento é consensual nas pesquisas acima citadas, o movimento sindical constituído no final dos anos 70 e na década seguinte era considerado novo pela sua capacidade de retomada do movimento grevista, da reorganização sindical com princípios na tentativa de superação do sindicalismo atrelado ao estado, da crítica ao governo civil-militar, da criação de centrais sindicais, em especial a CUT. Nessa experiência existiu ainda uma relação com os movimentos sociais do campo e de movimentos populares ligados à teologia da libertação.

Desta forma, para continuarmos a análise desse jornal nos faz necessário retomar o que estou chamando de “novo sindicalismo” e entender a trajetória do sindicalismo público. Resumidamente podemos elencar 7 pontos que constituem essa concepção sindical: a) crítica ao regime militar e participação no processo de redemocratização; b) crítica ao sindicalismo corporativista; c) estar inserido em um processo nacional de lutas docentes; d) ter relação com outros movimentos e sindicatos; e) concepção Classista; f) se relacionar com a CUT.

Essa concepção dita mais “combativa” está ligada a gestão que organizou a greve de 1988, transformou a associação em sindicato e lançou o jornal *30 de agosto*. Isso fica evidente pela aproximação com CUT, solidariedade ao MST outras greves, concepção classista de sindicato, luta pelas Diretas Já e a participação em espaços nacionais do sindicalismo docente como a Coordenação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) criada no contexto de mobilização docente a partir do final dos anos 70 e filia-se a CUT em 1988¹².

Essa dicotomia entre sindicalismo e associação deve ser relativizada na prática de organização dos professores. Como podemos observar, o sindicato absorve a tradição do associativismo, como podemos ver no próprio nome que mantém a palavra “associação”, mesmo sendo esse pretensamente uma palavra negativa e apenas é acrescido o sufixo sindicato, com também é herdeiro de todo o patrimônio físico da entidade.

Mesmo no *jornal 30 de agosto*, em sua primeira edição produzida pela gestão que realizou essa transformação ao falar da greve 1990 o texto retoma a tradição de mobilização e greves anteriores. Com o título do texto “A maior greve” em comparação a outras mobilizações do magistério paranaense citando as greves de 1962, 1968, 1978, 1980, 1981, 1982, 1986 e 1988. Ou ainda nesse mesmo texto quando se remete a tradição de 42 anos que é atacada pelo governo que criminalizou seus diretores e impediu o

⁹BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Hucitec, 1991.

¹⁰ANTUNES, Ricardo. *O Novo sindicalismo*. São Paulo: Urgente. 1991.

¹¹MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

¹² Para uma análise sobre o sindicalismo docente nos anos 80 e 90, ler: *Movimento Sindical Docente: A Difícil Trajetória* de Aparecida Nari de Souza. Ainda sobre o novo sindicalismo e movimento docente, ler tese: *As Lutas dos Trabalhadores da Educação: do Novo Sindicalismo a Ruptura com a CUT*, de Kenia Aparecida Miranda (História-UFF). Para uma história geral do sindicalismo no serviço público, ler: *A Liberdade Desfigurada – A Trajetória do Sindicalismo no Setor Público Brasileiro*, de Arnaldo José França Mazzei Nogueira.

sindicato de fazer arrecadar a contribuição na folha de pagamento “de certa forma buscou destruir a organização que já tem 43 anos de existência”¹³.

As disputas por essa memória e a relação com a concepção fica evidente na gestão posterior em que a opção ganha à diretoria e ao escrever sobre o *30 de gosto* aponta para uma crítica:

“30 de agosto é dia de meditar. Há tempo de repensar a nossa luta.se é um dia de luto pela nossa EDUCAÇÃO, podemos transforma-lo em vitoria, se não cometemos os mesmos erros de nos pautarmos pelas sirenes dos mestres das ruas”¹⁴

Essa crítica está presente em outros textos que apontam para a necessidade de superação o sindicalismo classista e de origem trotskista que só estaria favorecendo elementos externos aos professores. Portanto, temos uma gestão (88-91) que é responsável por uma aproximação ao “novo sindicalismo”, mas que ao ser derrotado em 1991 expõem outra narrativa sobre o *30 de agosto*.

Porém, em 1994, se inicia outra gestão e o grupo ligado a sindicalismos “cutista” ganha novamente o sindicato e em um texto sobre o balanço do Governo Alvaro Dias aponta para outra leitura do *30 de agosto*. Essa gestão também é responsável por em 1995 a filiar a APP-sindicato a CUT. Como podemos observar nessa citação:

“A resistência da categoria se fez sentir em duas greves. Um em 1988, com a tentativa de novo acampamento e ocupação da Assembleia Legislativa. Ao apelo que houvessem negociações- quem não se lembra era o 30 de agosto- o governo respondeu com bombas, cassetetes, cavalaria, vandalismo policial, ferimentos corporais e mutilações morais em todos os professores (...) Em 1991 ocorreu novo processo eleitoral no sindicato. Apareceu um messias, condutor do magistério. O nosso salário vai melhorar na base do dialogo e greve nunca mais foram frases muito ouvidas na campanha ”¹⁵

Portanto, esse trabalho aponta para a constatação de que a organização dessa memória não é única, pois existem diferenças de abordagem e discursos sobre o ato, em diferentes gestões políticas do jornal. Em alguns momentos as narrativas parecem estar mais próximas à necessidade de dar identidade aos professores, com uma concepção mais corporativista e em outros momentos, ligado a memória da violência e do momento de redemocratização e reorganização sindical. Desta forma, aponta a construção de uma memória sindical, em disputa, presente no jornal *30 de gosto* sobre o dia de “Luta e Luto” dos professores do estado do Paraná.

Palavras chaves: 30 de agosto, memória e sindicalismo docente.

¹³ Editorial do jornal 30 de agosto edição: ano 1; nº 1; novembro/dezembro de 1990.

¹⁴ Jornal “30 de agosto”: Edição de agosto de 1991, nº5, ano I. Texto: 30 de agosto – luta e luto.

¹⁵ Jornal “30 de agosto”: Edição de novembro de 1993, nº17, ano III. Texto: Os responsáveis pela situação dos professore.

REVOLUÇÃO FEDERALISTA – RECRUTAMENTO E DISCIPLINA MILITAR NA FORMAÇÃO DO IMAGINÁRIO DA REPÚBLICA

Autor: João Carlos Moreira

Orientador: Professor Dr. Dennison de Oliveira

INTRODUÇÃO, PROBLEMATIZAÇÃO E OBJETIVOS

A Federação e a Carta Constitucional de 1891 visavam à instituição de uma nova ordem política para o Brasil do final do século XIX. Nos Estados, diversas facções se entrecrocavam para ter o monopólio de assentamento das estruturas de dominação, enquanto no Exército aconteciam cisões na esfera de comando, à medida que os militares entravam em desacordo a respeito de qual grupo apoiar.

Deodoro da Fonseca viu tornar-se impraticável sua continuidade à frente do governo em virtude de diversos motivos, como um cenário econômico caótico e insatisfações causadas por sua tendência centralizadora. Vitorioso na sucessão, o Marechal Floriano promoveu afastamento de grupos regionais que haviam apoiado seu antecessor. No Rio Grande do Sul têm início atos de hostilidade que terminam em guerra civil, a Revolução Federalista (fevereiro de 1893 a agosto de 1895). A luta se amplia quando acontece aliança entre os federalistas e os participantes da Revolta da Armada, decorrente esta de atritos entre os líderes do novo regime e a oficialidade da Marinha.

Implementada a coordenação de movimentos, os federalistas invadem Santa Catarina, iniciando um movimento rumo ao Paraná e São Paulo, e é nesse trajeto que ocorre o episódio conhecido como Cerco da Lapa, quando os revoltosos viram barrada sua marcha em direção ao norte do país.

Brasil Pinheiro Machado, - advogado e educador, indicado em 1946 para Interventor Federal do Paraná pelo presidente Dutra - discorrendo sobre as batalhas da época, registra haverem acontecido “ideologias ardorosamente encarnadas nos campos de batalha”¹.

João Cândido Ferreira, prefeito da cidade da Lapa no período de 1892 a 1896- período durante o qual aconteceu o cerco daquela cidade - afirma que os defensores da república florianista “lutavam, todos, com denodo e galhardia, na defesa da mística que armava seus braços”².

A conscrição, enfim, segundo Pedro Calmon – jurista, professor de Direito Público Constitucional, Ministro da Educação e Saúde no biênio 1950-1951 - teria arregimentado um punhado heroico de voluntários que findariam por forjar uma “história impregnada de sangue e iluminada de idealismo”³.

Problematizando tais discursos laudatórios, recorremos a pesquisadores da história militar brasileira contemporânea, como Frank D. McCann, que afirma estarem a “identidade individual e os sentimentos de autoestima e satisfação de um soldado vinculados a seu senso de participação e integração em uma identidade coletiva maior”⁴.

A moderna visão da História da Mecânica da Destruição, a seu turno, nos mostra que a disciplina da caserna tem limitado alcance quando compele o soldado à luta, e expõe a fragilidade do ser humano para suportar a tensão prolongada da batalha⁵.

¹ MACHADO, Brasil Pinheiro. **Discurso do Desembargador Pinheiro Machado**. In: Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. 1 vol. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense Ltda, 1944, pg. 65.

² FERREIRA, João Cândido. **Discurso do Presidente de Honra do Congresso**. Ibidem, p.69

³ FERNANDES, José Loureiro. **Relatório do Secretário Geral do Congresso**. Ibidem, p. 23.

⁴ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Editora Schwarcz.p. 35.

⁵ KEEGAN, John. **A Face da Batalha**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000,p. 14.

Ora, observando-se o que ocorria no Brasil naquele final de século, notamos um consenso na historiografia sobre o período no qual o Imperador aparece preocupado com o problema da lealdade no Exército. Os oficiais estavam indignados com a utilização dos militares para a caça de escravos fugidos e começaram a reunir-se para discutir fatos ligados à Casa de Bragança - como por exemplo o problema sucessório - advindo daí efeitos desastrosos sobre a lealdade numa instituição onde a confiança é requisito fundamental para a manutenção da paz e da ordem. Acirram-se, ademais, as diferenças entre a casta militar e o sistema político. Acontece uma fuga generalizada da cadeia de comando quando os descontentamentos são endereçados diretamente ao imperador, e em 1887 eclode a “questão militar”: oficiais reivindicam o direito de manifestar seu descontentamento em público.

A proclamação da república adquire os contornos, então, como entende McCann, de “um ato de traição a juramentos solenes de obediência ao imperador”⁶.

Considerando-se que na época a carreira militar era objeto de escárnio, que os praças haviam sido, em sua maioria, coagidos fisicamente ao serviço militar, e eram recrutados entre os menos instruídos e os mais pobres; que o novo regime não possuía legitimidade para arriscar-se em eleições; que não havia consenso sobre o que era o republicanismo; que a ambição pessoal revelava-se numa “política de apetites” (conceito explicado a seguir, na seção Antecedentes) – percebe-se que a junção de todos esses fatores não poderiam oferecer uma ambiência favorável à apregoada “história impregnada de sangue e iluminada de idealismo”.

Este portanto, o objetivo de nosso trabalho: estudar a influência real de “idealismos e ideologias” na conscrição e disciplina dos combatentes alinhados com a defesa do gabinete da recém-criada República brasileira, no âmbito da Revolução Federalista. Este estudo toma como problema, pois, a relação entre o serviço militar em tempo de guerra civil e o estatuto da cidadania vigente àquela época.

ANTECEDENTES- O esgarçamento do tecido monárquico

Fontes do século XIX identificam uma geral repugnância da população à carreira das armas e existem referências a alistamentos à força, quando o número de voluntários não atendesse a expectativa das autoridades⁷.

Disposições como alistamento universal, sorteio para cobrir vagas não preenchidas, a substituição do alistamento por pagamento de certa quantia em dinheiro ou a possibilidade de apresentação de substitutos minaram a já pequena aura de seriedade concedida pela população ao serviço militar, e o ônus de preencher as vagas estabelecidas pelo Ministério da Guerra recaiu sobre os pobres e sobre os desapadrinhados. O recrutamento era levado a efeito “a laço”, ou “a pau e corda”, e tal situação repetia-se na esfera da Marinha. Era com terror que a população examinava a possibilidade de ver-se chamada a defender, com armas, posições políticas que muitas vezes não entendia (e sobre cuja existência frequentemente nem era informada).

Relativamente à disciplina, assiste-se, no período imediatamente anterior à derrubada da monarquia, militares e representantes de grupos econômicos aliando-se na “promoção e defesa de interesses comuns”⁸.

Examinando movimentos sociais, revoluções e violências do Estado, Frank D. McCann cita o etno-historiador Anthony F.C.Wallace e sua teoria da revolução aplicada à América

⁶ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889-1937**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007. pp.28-36.

⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. p.19.

⁸ **Ibidem**, p. 60.

Latina⁹. Tal teoria divide as revoluções em dois tipos : aquelas levadas a efeito com base na “política dos apetites” e outras ancoradas em uma “ política de identidade”. A política de identidade presta-se para identificar um “movimento de revitalização, um esforço deliberado e organizado por alguns membros de uma sociedade para construir uma cultura mais satisfatória” (exemplo: as revoltas de Canudos e do Contestado).

Ao derrubar as estruturas do Império, oficiais e representantes da elite ‘paisana’ da República pretendiam, ainda segundo McCann, simplesmente assenhorear-se dos instrumentos de poder; inexistia convicção filosófica ou política com vistas a alterar em profundidade estruturas sócio-econômicas. Nunca se pretendeu alargar as vias de acesso a uma maior participação política da sociedade, nem ampliar-lhe as chances de aprimorar a educação. A esse conjunto de motivações denomina-se “política de apetites”. Um dos desdobramentos dessa conjunção de interesses individuais teria sido dificultar a estruturação de um Exército leal e disciplinado.

Decorre do exame de tal quadro uma questão: pode tal plethora de sentimentos e aspirações, mais ligadas a ambições pessoais que a um profissionalismo ancorado firmemente em um rígido código de honra e disciplina, gerar confiança em “voluntários” dispostos ao sacrifício extremo, o da própria vida? Consegue-se instalar nos quartéis a ordem necessária, obrigatória mesmo, num ambiente em que se decide atos de violência, praticada no caso contra irmãos da mesma pátria?

DEPOIMENTOS DE COMBATENTES

De 7 a 10 de fevereiro de 1944, numa homenagem ao cinquentenário da Revolução Federalista, foi organizado pelo Governo do Estado do Paraná o Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894. Trata-se de um momento em que os agentes históricos já se permitiam falar mais livremente sobre tema tão delicado. Além do distanciamento no tempo, o contexto nacional (crise do Estado Novo) e internacional (iminente derrota do nazi-fascismo na Segunda Guerra Mundial) também favorecia essas manifestações.

Diversas declarações feitas pelos próprios oficiais envolvidos nos combates dão conta de conscrições havidas à força e da preocupante falta de disciplina dominante no meio militar. São eles: José Niepce da Silva, engenheiro civil, oficial florianista, depois coronel da reserva do Exército; o Gal. Mário Tourinho, Chefe do Governo Provisório e interventor no Paraná após a revolução de 1930; o Cel. Pedro Cordolino de Azevedo, oficial florianista, professor de História Militar na Escola Militar do Realengo; o Dr. Filipe Maria Wolff, nascido na Alemanha, 1835, instado, em de novembro de 1893, a unir-se às forças florianistas, e que participou do cerco da Lapa, como oficial médico.

No que diz respeito aos registros trazidos pelos Anais do Primeiro Congresso de História da Revolução de 1894, os testemunhos têm peso e crédito que não podem ser desconsiderados. Foram declarações feitas por oficiais florianistas, ou seja, integrantes de postos superiores na hierarquia militar do exército em cujo seio irromperam os fatos que ora analisamos. Repetimos – não se trata de acusações lançadas por desafetos ou inimigos. Além do que representam a opinião de destacados personagens de nosso panteão de vultos históricos, merecedores do respeito de diversas gerações.

E referidos testemunhos apontam para esta direção: no âmbito do Exército que defendia o gabinete de Floriano, quando dos eventos ligados à Revolução Federalista, o recrutamento era efetuado, grande número de vezes, à força, e excetuados honrosos casos isolados, a indisciplina fazia-se presente nos quartéis, em todos os níveis.

⁹ MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria**: História do Exército Brasileiro 1889-1937. São Paulo: Editora Schwarcz, 2007. p. 17.

O IMAGINÁRIO DA REPÚBLICA

Guy Bourd  e Hervé Martin mostram-nos¹⁰ o risco de a História submeter-se aos desígnios dos poderosos. E cita casos como os de Jean Frossart, na Idade Média; no registro das Grandes Cr nicas da França; na historiografia encomendada pelos soberanos Valois e as cr nicas de Guillaume Gruel.

Levamos em conta também o alerta de Eric Hobsbawm, acerca da objetividade do historiador: “A tomada de consciência da constru o do fato histórico... lançou uma luz reveladora sobre os processos de manipula o que se manifestam em todos os níveis da constitui o do saber histórico”.¹¹

O Brasil não escapou indene às arremetidas da historiografia comprometida. Aqui também uma justifica o– articulada, racional e “cientificamente” demonstrada– impôs-se como auxiliar na tarefa de convencimento das massas. Dessa caixa de ferramentas os republicanos sacaram a propaganda e a concep o de uma ideologia, definida por José Murilo de Carvalho como uma justifica o racional da organiza o do poder¹² – nascia o mito de origem da República. Dessa empreitada de plasmar a imagina o popular fazia parte a implanta o de uma mentalidade de respeito e admira o pelas nossas forças armadas, fiadoras (deflagradoras na verdade) que foram no advento do novo regime. Nesse contexto   que vicejam perigosas interpreta es históricas, que podem levar a uma distor o, quando não transmuta o completa, das motiva es que guiaram milhares de homens no transcorrer das refregas. Os sentimentos de ojeriza demonstrados – na época que se examina, a da Revolu o Federalista - pela popula o em rela o às forças armadas não se coadunam com os relatos hist ricoslouvaminheiros que fazem desfilar diante da sociedade descri es de atos heroicos estribados em fortes convic es republicanas. Qual a explica o para o descompasso?

Resposta : foram desembainhados os símbolos. Se não convém intimidar com o sabre, arregimentam-se a palavra escrita e a falada. A estratégia agora não   a da localiza o da cavalaria, nem da disposi o formal dos batalhões, mas do convencimento, do sítio ao cora o e   mente dos cidad es.

Cuida-se de inculcar na mentalidade da popula o que o golpe, apelidado convenientemente de “revolu o”, atende aos seus anseios mais legítimos.

Eric Hobsbawm oferece¹³ um conceito que ajuda a entender melhor essa dinâmica: o conceito de “tradi o inventada” (conjunto de práticas que visam inculcar certos valores e comportamentos através da repeti o, o que implica, automaticamente, uma continuidade em rela o ao passado).

Uma leitura atenta dos símbolos e versões de fatos relacionados   República evidencia o objetivo de convencer um determinado público da legitimidade da nova ordem. Havendo ficado inconcluso o mito de origem, por divergências intestinas no Exército e desavenças entre Exército e Armada, procurou-se conciliar esforços na elei o de um herói (símbolo poderoso, encarna o de ideais e aspira es)¹⁴. A escolha acabou recaindo sobre Tiradentes. E o esforço de propaganda não parou a : sucedem-se a utiliza o da imagem feminina para representar a República (copiada do imaginário francês), a defini o da bandeira e hino nacionais, os monumentos em praça pública.

¹⁰ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. Mem Martins: Publica es Europa-América, 1983, pp.28,33,76-77.

¹¹ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p.11.

¹² CARVALHO, José Murilo de. **A forma o das Almas**: O imaginário da República no Brasil. São Paulo : Cia. Das Letras, 2008. p.9.

¹³ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A inven o das Tradi es**. São Paulo: Editora Paz e Terra S.A., 2006.p.9.

¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Op.Cit.**, p.55.

Também na história da Revolução Federalista pode-se vislumbrar esse esforço de catequese e convencimento do público. Aconteceram atos de heroísmo? Sim. Foi observado o código de disciplina? Sim. Aconteceram conscrições voluntárias? Sim. Mas não com a frequência, magnitude e grau de generalidade que algumas versões pretendem sejam a expressão da realidade.

O episódio cruento da Lapa também não escapou de ser arregimentado para defender a imagem da República nascente. Conquanto túmulo de heróis verdadeiros, emprestou o sacrifício de uns poucos idealistas para legitimar uma aventura de tomada de poder, e até hoje é palco de uma superposição bastante sutil: o drama de seus valentes defensores é utilizado como fundamento para legitimação de um arranjo político.

CONCLUSÃO

Após a proclamação da república aconteceu um genuíno sentimento patriótico de parte do oficialato que buscava estruturar uma política eficiente de defesa nacional. Mas tais oficiais não conseguiram traduzir e implementar tais aspirações em meio a uma generalizada desconfiança. Largas camadas da população tinham dúvidas tanto no que diz respeito à seriedade da organização militar como à existência de verdadeiros sentimentos de preocupação - de parte do novo grupo autoguidado às esferas de poder - com tradições democráticas e com o bem-estar geral.

E aconteceu a formação de um mito de origem, e o mito foi recebendo acréscimos. Os primeiros conceitos a serem trabalhados envolviam a convergência de um sem-número de interpretações do que seria a própria República. Cumpria também convencer que a sublevação do acantonamento de São Cristóvão, no dia 15 de Novembro, respondeu mais a inspirações de conteúdo ideológico que a prosaica luta pelo poder. Na sequência, havia a necessidade de demonstrar o relevante (e heroico) papel das forças armadas no apoio à proclamação do novo regime e posterior defesa deste em insurreições como a que se examina neste trabalho. É na continuidade do engendramento desse mito que, não obstante a existência real de alguns verdadeiros heróis que honraram nossa nacionalidade - nos dois lados da guerra civil - despontam exageros e fantasias que não se sustentam à luz dos depoimentos alinhados neste trabalho e que foram trazidos pelos próprios militares.

Consideramos, portanto, superdimensionados os relatos de algumas versões historiográficas quando se reportam a uma generalizada bravura e defesa de idealismos e ideologias na conscrição e disciplina dos combatentes alinhados com a defesa do gabinete da recém-criada República brasileira, no âmbito da Revolução Federalista.

Os depoimentos contidos nos Anais referidos, até aqui inexplorados pelos historiadores, constituem um manancial de informações que desconfirmam em grande medida mitos de ardorosa convicção republicana em episódios como os do Cerco da Lapa e, por extensão, da Revolução Federalista. Resta entender como e porque tais falas foram enunciadas naquele momento histórico, a que interesses atendiam, o que pretendiam ao criticar os mitos em questão. Pode-se colocar aqui como perspectiva de estudo futuro o entendimento da súbita aparição desse tipo de discurso.

Palavras-chave: : conscrição militar – disciplina militar – revolução federalista –

MAFALDA E O (DES)EQUILÍBRIO ENTRE KREMLIN E PENTÁGONO

Aluna: Denise Miotto Mazocco

Orientador: Dennison de Oliveira

Palavras-chave: Quadrinhos, Mafalda, Guerra Fria

A produção de história em quadrinhos se consolida no século XX. Por um lado, essa produção veicula ideologias conservadoras, liberais, imperialistas (como o Pato Donald¹), entre outras. Por outro, constitui um espaço de críticas. No período pós-guerra, prevalecem as HQs que traziam a ideologia americana. Já, na virada dos anos 60-70, surgem os quadrinhos, embalados pela contracultura, de contestação social e política.

É nos anos 60 que se inicia a produção da fonte que constitui objeto deste estudo: as tiras da Mafalda. Conforme Marcos Nicolau as tirinhas de jornal – com forma própria representante de práticas socioculturais dentro da imprensa – têm a função de construir uma visão de mundo de modo humorístico e crítico. Nicolau afirma que por trás do propósito do entretenimento com o uso do humor, a tira ironiza, satiriza e provoca reflexões a respeito de fatos comuns e também de questões mais sérias do país e do mundo².

Entre os anos 1964 e 1973, o autor humorista argentino Quino constrói a personagem Mafalda que pertence a uma família da classe média urbana argentina. Quino explora várias temáticas, tais como a Guerra Fria, a Guerra do Vietnã, o medo do comunismo, o capitalismo – representado pelo personagem Manolito –, o socialismo – com a personagem Liberdade –, o cotidiano da classe média argentina, as influências dos produtos americanos no universo infantil, os valores humanos, a emancipação da mulher, políticas governamentais, entre outros. Mafalda demonstra um grande pessimismo com relação ao governo e às autoridades políticas nacionais e internacionais, daí a criação de tiras sobre a ONU, sobre as relações entre países, a função do presidente e políticas públicas. Esta pesquisa privilegiou as tiras cujo tema em comum é as relações políticas internacionais na década de 60 e início da década de 70 do século XX.

Objetiva-se analisar como as relações internacionais do período destacado são criticadas, ironizadas por Quino. Para tanto, foram selecionadas 17 tiras e dividiu-se o trabalho em três etapas: (i) discussão sobre a produção de histórias em quadrinhos; (ii) revisão historiográfica sobre as relações internacionais do período e suas repercussões no contexto latino-americano, argentino, principalmente; e (iii) análise das tiras selecionadas, com ênfase na utilização do conceito de ironia.

A respeito das histórias em quadrinhos, entende-se que essa produção não é independente de um contexto político e social. Para essa discussão, este trabalho buscou os autores Moacyr Cirne e Umberto Eco. Ambos tratam dos quadrinhos como produtos da cultura de massa. No entanto, enquanto o primeiro enfatiza a natureza política e ideológica dessa produção, o segundo destaca a procura consciente do leitor por esse tipo de entretenimento como forma de fruição, bem como enfatiza o papel do autor.

Segundo Cirne, a história das HQs está diretamente ligada à história dos avanços técnicos da imprensa, da ilustração e da caricatura e, até, à do cinema. Cirne enfatiza que o quadrinho existe econômica, política e ideologicamente, apesar de ser criado e fantasiado. A saga dos super-heróis é proveniente do contexto de apogeu do nazismo e da Segunda

¹ A respeito da relação entre Pato Donald e Imperialismo ver OLIVEIRA, D. . *Walt Disney e Karl Marx: interpretações do imperialismo (1870-1918)*. In: DORÉ, A. ; LIMA, L. F. S. ; SILVA, L. G.. (Org.). *Facetas do império na História: conceitos e métodos*. 1 ed. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

² NICOLAU, Marcos. *Tirinha: A síntese criativa de um gênero jornalístico*. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2007.

Guerra Mundial, os protestos sociais dos anos 60 e a contracultura influenciaram os comix underground e o novo quadrinho europeu, por exemplo. Assim como toda a arte é política, todo o quadrinho é político, de modo que toda obra contém, direta ou indiretamente, conotações políticas ora liberais, ora conservadoras, ora revolucionárias.³

Umberto Eco, por sua vez, não nega que as HQs surgiram com a indústria cultural. Ao analisar as histórias do Super-homem, constata que os quadrinhos constituem um produto industrial, de modo a funcionar como uma imposição do sistema e reforço dos mitos e valores vigentes. No entanto, o próprio autor questiona o agrupamento de toda produção quadrinística no âmbito da rede industrial-comercial, bem como não defende que as criações estilísticas do gênero possuem apenas a função de evasão e de mascaramento da realidade. Eco atribui, portanto, à genialidade do autor a capacidade de elaborar um discurso incisivo capaz de dominar as condições pelas quais se move.⁴ Levanta-se a hipótese de que Quino é um exemplo desse autor.

A produção de quadrinhos está diretamente vinculada ao período pós-guerra, denominado Guerra Fria, uma vez que veiculam traços sociais, culturais, políticos que foram transformados nesse contexto.

Nesse período, convivia-se com a possibilidade diária de um enfrentamento direto entre EUA e URSS, dado o investimento maciço em armas por ambos os lados. No entanto, Eric Hobsbawm afirma que as duas grandes potências procuraram evitar um confronto direto, assim supunham que a coexistência pacífica entre si era possível. O autor explica que os governos aceitaram a divisão global de forças feita após a segunda guerra, apesar da profusão de discursos ameaçadores produzidos por esses países. A princípio, segundo Hobsbawm, a URSS dominava parte dos países sob as forças comunistas e não tentava ampliá-la pelo uso da força militar, enquanto os EUA controlavam o resto do mundo capitalista, assumiam a hegemonia das antigas potências coloniais, porém não interviam no espaço aceito de domínio soviético.⁵

Desta feita, identifica-se a divisão do mundo em dois blocos, principalmente após a recusa da URSS de participar do Fundo Monetário Internacional e do Banco Internacional. Conforme Paul Kennedy, EUA e URSS eram as únicas nações capazes de influir no destino de metade do globo. A disputa ideológica acompanha essa divisão, como constata Kennedy liberalismo e comunismo, como ideias universais, eram mutuamente excludentes. Nesse sentido, surgem propostas como a Doutrina Truman.⁶

É importante destacar a criação (em 1945, quando foi assinada a Carta das Nações Unidas, em São Francisco) e atuação da Organização das Nações Unidas (ONU). Conforme Luiz Roberto Lopez, dois obstáculos no pós-guerra prejudicavam o cumprimento dos seus altos propósitos: a Guerra Fria e o direito de veto dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança – Inglaterra, França, China Popular (desde 1971), EUA e URSS – como elementos que bloqueiam as decisões diplomáticas.⁷ A Guerra Fria possibilitou o surgimento de blocos, de organismos internacionais regionais e colaterais à ONU.

Ainda sobre a ONU, é pertinente para esta pesquisa destacar a defesa do princípio de Autodeterminação dos povos, invocado – não só, mas aqui se destaca – na Declaração das Nações Unidas (1º de janeiro de 1942) e na Conferência de Yalta (10 de fevereiro de 1945). Esse princípio é considerado como um dos principais fins da Organização, principalmente no que diz respeito à defesa dos direitos humanos. Entende-se como

³ CIRNE, Moacy. *Uma introdução política aos quadrinhos*. Rio de Janeiro: Angra, 1982.

⁴ ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

⁵ HOBBSBWM, Eric. *A era dos extremos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

⁶ KENNEDY, Paul M. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

⁷ LOPEZ, Luiz Roberto. *História do Século XX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

Autodeterminação o direito de um povo de não ser submetido a outro Estado contra sua vontade e de se desvincular de um Estado ao qual não quer se sujeitar, bem como o direito de um povo de escolher a forma de Governo dentro de um Estado.⁸

Observa-se nas tiras de Quino que essa disputa entre as duas potências impactou, e foi recebida, de alguma forma na América Latina: ora por meio dos meios de comunicação – nota-se que Mafalda dialoga com as notícias mundiais por meio do rádio, da televisão e do jornal –, ora pela observação das reações dos personagens – o medo do comunismo e das armas nucleares, por exemplo.

Quanto à América Latina, compreende-se que, contraditoriamente ao crescimento urbano, ao desenvolvimento e à modernização, predominava nas cidades latino-americanas a desigualdade social, gerada pela distribuição desigual de renda. Observa-se, conforme Oliveira e Roberts, que ocorre o aumento do número de trabalhadores da indústria e do setor de serviços, bem como consolida-se a classe média assalariada que dependia do Estado e das empresas privadas⁹.

No final dos anos 50, acentua-se a internacionalização das economias urbanas. As indústrias dos países latino-americanos passaram a utilizar mais capital do que trabalho, o que permitiu uniões com empresas multinacionais. Lopez observa que, nesse período, a América Latina, assim como o caso da Índia, não obteve uma emancipação política suficiente para que a economia atingisse um nível significativo de autonomia; empresas estrangeiras multinacionais receberam grandes incentivos e vantagens. Nesse sentido, predominava o intervencionismo dos EUA.¹⁰ Destaca-se o período do final da década de 50 pela entrada da Argentina no FMI e no Banco Mundial. Entre 1966 e 1972 o país passa por um período de regime autoritário. No final da década de 60, cresce no país a mobilização estudantil e operária, relacionadas, de certa forma, às mobilizações sociais representadas pelo ano de 1968. A respeito dessa década, Luiz Alberto Romero aponta que se acentuou o anticomunismo na Argentina, por parte da direita, do liberalismo antiperonista e da Igreja. Era a entrada do país, bem como da América Latina, na Guerra Fria. Os militares – sob a influência dos norte-americanos, com o pretexto de manter a segurança interna, assumiram a postura anticomunista também. A partir da década de 70, as economias latino-americanas tornaram-se cada vez mais dependentes dos investimentos externos.¹¹

Para este trabalho, vale observar as décadas de 60 e 70 conforme David Harvey. Para o autor, a crise dos anos 70 leva à passagem do fordismo para a acumulação flexível, e, conseqüentemente, gera maior flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Procuram-se novas experiências na organização industrial, da vida social e política. Nesse sentido, movimentos contraculturais e pós-modernistas aparecem nos anos 60, como uma reação à alta cultura modernista, às conseqüências políticas da combinação entre capitalismo e imperialismo. Em oposição à racionalidade técnico-burocrática e às formas de poder institucionalizado, explora-se a autorrealização individualizada, incorporam-se manifestações antiautoritárias e a crítica à vida cotidiana, manifestadas por hábitos iconoclastas – na música no vestuário, na linguagem e no estilo de vida. Entre 1968 e 1972 emerge, segundo Harvey, o pós-modernismo, cuja arte busca a fragmentação, instabilidade da linguagem e dos discursos.

⁸ BALDI, Carlo. *Autodeterminação*. In: BOBBIO, Norberto; et al; Dicionário de Política. Brasília: Unb, 2007.

⁹ OLIVEIRA, Orlandina de & ROBERTS, Bryan. *O crescimento urbano e a estrutura urbana na América Latina, 1930-1990*. In: BETHELL, Leslie. História da América Latina: A América Latina Após 1930. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005.

¹⁰ LOPEZ, Luiz Roberto. *Ops cit.* p.133.

¹¹ ROMERO, Luis Alberto. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p.136.

Enquanto o modernismo concebia uma relação direta entre o dito e o como era dito, o pós-modernismo traz a percepção das diversas possibilidades de combinação e transformação de ambos.¹² Daí a ironia, conceito utilizado na análise das tiras.

Não se encontraram indicações de que Quino era adepto da contracultura, mas suas críticas possivelmente anunciam traços pós-modernos. É evidente que o autor acompanha as mudanças políticas, econômicas e sociais, que impactam de modo recíproco em alterações culturais – já que a fonte deste trabalho consiste em uma produção quadrinística. O autor se utiliza de elementos comuns à sociedade argentina – tais como a construção da família nuclear característica da classe média crescente, a relação das pessoas com os meios de comunicação e a ambientação urbana.

Para a análise das tiras, a pesquisa seguiu as indicações de Paulo Ramos segundo qual, a leitura de HQs demanda do leitor o conhecimento dos personagens, o domínio prévio de padrões de referência, elementos gráficos do gênero, tais como balões, expressões faciais dos personagens, movimentos, elementos que indicam espaço e passagem do tempo, vinhetas e hiatos entre cada quadrinho – o que compõe a sequência da tira.¹³ A articulação entre elementos verbais e não verbais produz a comicidade nas tiras – garantida pelo final inesperado. A fim de analisar esse efeito de humor (por meio do qual Quino produz as críticas), utiliza-se aqui o conceito de ironia.

Conforme Beth Braith a ironia ocorre a partir de um discurso produzido sobre discursos formados anteriormente (já-ditos), recuperados na/pela memória discursiva¹⁴. Nesse processo irônico o já-dito é desqualificado¹⁵. Dessa forma, a construção e percepção do humor, gerado pela ironia, auxilia a observação de aspectos de uma dada cultura e sociedade, já que valores sociais fazem parte da natureza do humor. Assim, essas manifestações podem revelar a agressão a instituições vigentes e aspectos encobertos por discursos oficiais.

Das 17 tiras analisadas, foram selecionadas duas para compor este resumo. Na primeira tira¹⁶, a pergunta do pai da Mafalda – se o jornal é velho ou é de hoje – tem um sentido temporal, refere-se à data do jornal. A data indica para Mafalda que o jornal é de ‘hoje’, mas a manchete apresentada, para a personagem, é velha, ou seja, é uma informação que já apareceu outras vezes nos jornais. Quino, dessa forma, recupera discurso já-dito – ‘A URSS recusa uma proposta norte-americana’ – e o coloca na contradição velho-novo; assim, ironicamente, expõe-se esse desentendimento entre URSS e EUA como fato corriqueiro, até atemporal:



¹² HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

¹³ RAMOS, P. E. *Tiras cômicas e piadas: duas leituras, um efeito de humor*. Tese de doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

¹⁴ Saber pré-construído que torna possível todo o dizer.

¹⁵ Utiliza-se a definição de ironia sob o viés da Análise do Discurso. Apresenta-se essa discussão em: BRAITH, B. *Ironia em perspectiva polifônica*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

¹⁶ Ambas as tiras – e as demais analisadas nesta pesquisa – foram retiradas de QUINO. *Toda a Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Na segunda tira, aparece um meio de comunicação com o qual a personagem dialoga, o rádio. Os veículos de comunicação em Mafalda – rádio, jornal e televisão – trazem as notícias cotidianas, funcionando como o meio de contato das personagens com os desdobramentos políticos nacionais e internacionais. A postura de Mafalda diante dessas informações é de contestação, porém de contestação ingênua, um tanto confusa (como observou Eco), no sentido de não compreender exatamente as causas e desfechos dos acontecimentos veiculados. O primeiro quadro da tira traz a notícia, o fato, ‘Desarmamento’ é a referência direta à indústria de produção de armamentos no período em questão e, conseqüentemente, ao medo de uma guerra eminente. Chama a atenção de Mafalda a palavra ‘exortação’, cujo significado é “animar com palavras”. Ao considerar ‘perda de tempo’, alterando/expandindo o significado do termo, a personagem ironiza a atitude do secretário, como uma tentativa inútil de solucionar o problema do desarmamento. Entende-se que a intervenção do secretário da ONU não é eficaz, funcional; URSS e EUA estavam, portanto, acima dessa instituição.



Ambas as tiras constituem exemplos das críticas de Quino às Relações Internacionais nos anos 60 e início dos anos 70. O autor acompanha as alterações política e sociais do período e confere às tiras a denúncia do constante relacionamento animoso entre EUA e URSS, da ineficiência da ONU na resolução de querelas internacionais, da sobreposição dessas potências às suas respectivas áreas de influência – daí o traço anti-imperialista de algumas das tiras observadas –, em que se acrescenta a crítica tanto à ideologia capitalista quanto à comunista, bem como evidencia a reação das pessoas – representadas por Mafalda e os demais personagens – diante da ameaça nuclear e do comunismo. Quino, nessa produção, é o autor de Eco, aquele que critica determinados valores e aspectos utilizando-se de um meio – produtos de cultura de massa, como os quadrinhos – usados originalmente para divulgá-los.

Observa-se, assim, a relevância das tiras de Mafalda como fonte para o estudo dos temas acima pontados, uma vez que, ao produzir o humor, a tira recupera aspectos culturais e sociais e fatos cotidianos, políticos ou econômicos, e questiona/critica. Obtém-se, portanto, evidências do que se lia, ouvia, discutia, temia no período e local em que as tiras eram publicadas. Desse modo, pode-se chegar ao leitor, dado que, para a compreensão da ironia – processo que gera o efeito de humor – esses aspectos e fatos (discursos), que serão contrapostos, são compartilhados¹⁷.

¹⁷ Apesar dessa menção ao leitor, não constitui a proposta deste trabalho o estudo da recepção das tiras.